



**Universidade de Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Ruana Garcia de Souza Brito

**Exílio, reconhecimento e pensamento político e social (1824-1829)**

São Gonçalo

2018

Ruana Garcia de Souza Brito

**Exílio, reconhecimento e pensamento político e social (1824-1829)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

São Gonçalo

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
dissertação, desde que citada a fonte

---

Assinatura

---

Data

Ruana Garcia de Souza Brito

**Exílio, reconhecimento e pensamento político e social (1824-1829)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em:

Banca Examinadora:

---

Prof. Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva (Orientadora)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Jefferson de Almeida Pinto (Avaliador Externo)

IF Sudeste MG

---

Prof. Dr. Eduard Scheidt (Avaliador Interno)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Claudio Antônio Santos Monteiro (Suplente)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2018

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho ao meu marido, Sylvio Portugal, por acreditar em mim e me incentivar a continuar os estudos.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todos àqueles que de alguma forma fizeram parte desta trajetória, direta ou indiretamente. Sobretudo, agradeço à Deus e à minha família, por me apoiar, incentivar e me ensinar que o estudo é a maior das heranças.

Agradeço ainda a todo o corpo docente do PPGHS com que convivi durante este período e muito aprendi. Em especial a minha orientadora Ana Paula Barcelos pela dedicação e valioso auxílio na elaboração deste trabalho e aos professores Jefferson de Almeida e Eduard Scheidt por aceitarem participar das bancas de qualificação e defesa, contribuindo significativamente para a elaboração deste trabalho.

## RESUMO

BRITO, Ruana Garcia de Souza. Exílio, reconhecimento e pensamento político e social (1824-1829). 2018. 123 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

Ao longo deste trabalho analisamos a trajetória intelectual e a produção de conhecimento de José Bonifácio de Andrada e Silva durante os anos em que permaneceu exilado na França, logo após o rompimento com a figura de D. Pedro I e o consequente fechamento da Assembleia Constituinte, que perdurou entre os anos de 1824 e 1829. A partir deste recorte, procuramos tratar das influências de se pensar as disputas políticas brasileiras à distância e o quanto a frustração pela falta de reconhecimento no Brasil, mesmo depois de tudo àquilo que acreditara ter feito, o influenciou. Seja se tratando de estímulo sua produção de conhecimento, seja contribuindo para a construção de uma autoimagem marcada pela vitimização.

Palavras-chave: José Bonifácio, exílio, reconhecimento, ressentimento, pensamento político e social.

## **ABSTRACT**

BRITO, Ruana Garcia de Souza. Exílio, reconhecimento e pensamento político e social (1824-1829). 2018. 123 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

Throughout this work we analyze the intellectual trajectory and production of knowledge of José Bonifácio de Andrada e Silva during the years in which he remained exiled in France, soon after the rupture with the figure of D. Pedro I and the consequent closing of the Constituent Assembly, which lasted from 1824 to 1829. From this clipping, we sought to deal with the influences of thinking about Brazilian political disputes at a distance and how much frustration for the lack of recognition in Brazil, even after everything that had been believed, the influence. Whether it is stimulating their production of knowledge, or contributing to the construction of a self-image marked by victimization.

Keywords: José Bonifácio, exile, recognition, resentment, political and social thinking



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1- O CONTEXTO DA INDEPENDÊNCIA E A TRAJETÓRIA DE JOSÉ BONIFÁCIO 20	
1.1 – As disputas políticas no período da independência brasileira.....	20
1.2 – História e memória de José Bonifácio .....	34
2- EXÍLIO E ANÁLISE DE CONJUNTURA SOCIAL: O OLHAR DE FORA .....	51
2.1 – Da dissolução da Constituinte ao refúgio em Talence: O trajeto de José Bonifácio rumo ao Exílio. ....	51
2.2 – Análises políticas e sociais, rede de sociabilidade e a experiência do exílio nas correspondências. ....	64
3- EXÍLIO E RESENTIMENTO: A CONSTRUÇÃO DE UMA AUTOIMAGEM .....	83
3.1– O olhar ressentido e a busca por reconhecimento.....	83
3.2 - O olhar saudoso e o retorno para o Brasil.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
FONTES CITADAS.....	116
BIBLIOGRAFIA.....	118
ANEXO 1.....	121

## INTRODUÇÃO

Ao longo desta dissertação pretendemos analisar a trajetória intelectual e a produção de conhecimento de José Bonifácio de Andrada e Silva durante o seu período de exílio na França, logo após o rompimento com a figura de D. Pedro I e o fechamento da Assembleia Constituinte, que perdurou entre os anos de 1824 e 1829. A partir deste recorte, trataremos das influências de se pensar as disputas políticas brasileiras à distância e o quanto a frustração e o ressentimento pela falta de reconhecimento no seu país estimulou a sua produção de conhecimento, e ao mesmo tempo contribuiu para a construção de uma autoimagem marcada pela vitimização.

Durante o contexto da independência, José Bonifácio exercera uma série de cargos políticos e de confiança, como o de Conselheiro de D. João VI, Vice-presidente da Junta Provisória de São Paulo, Ministro do Reino e do Estrangeiro e Ministro do Império e Negócios Estrangeiros. Portanto, o personagem esteve diretamente inserido e influenciado pelo cenário político e, com isso, desenvolveu uma série de projetos de caráter liberal conservador para o país que então nascia.

Tais projetos, porém, ao envolverem temas polêmicos como a “civilização” dos índios, a emancipação dos escravos e a reforma agrária, falharam à medida que esbarraram nos interesses daqueles que detinham influência política e protagonizaram o processo da independência brasileira. Segundo Miriam Dolhnikoff<sup>1</sup>, como membro da elite, as ideias de José Bonifácio supostamente a beneficiariam, mas esta mesma elite não se mostrou disposta a pagar o preço de tais mudanças. Por essas e outras razões, ao longo de sua trajetória, José Bonifácio colecionou uma série de opositores políticos, incluindo o próprio D. Pedro I.

Esta oposição fora fruto de uma série de intrigas de oponentes políticos e agravou-se ainda mais com o resultado do primeiro projeto da Constituição brasileira. Segundo Lúcia Neves<sup>2</sup>, sob a influência das constituições europeias, este possuía um caráter liberal e previa, para além da divisão dos três poderes, o predomínio do Poder Legislativo sobre

---

<sup>1</sup> DOLHNIKOFF, Miriam (org). Introdução. In: *Projetos para o Brasil. Coleção: Grandes Nomes do pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras – Publifolha, 2000.

<sup>2</sup> NEVES, Lúcia Maria B. P. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

o Executivo – com certas limitações ao poder do monarca – o que teria contrariado os ideais centralizadores e absolutistas do Imperador.

Como consequência, em novembro de 1823 a Assembleia Constituinte fora dissolvida e José Bonifácio, junto aos demais opositores do Imperador, seguiu para o exílio na Europa e logo foi nomeado um Conselho de Estado para concluir o projeto de Constituição que estava sendo elaborado. A partir deste momento, portanto, discutir projetos para a nova nação já não fazia sentido para Bonifácio, que a esta altura estava fora do cenário político brasileiro. É a partir de então que o personagem reconstrói seu discurso, demonstrando seu ressentimento e sua decepção com os rumos tomados pelo Brasil. Afinal, se sentia vítima por achar que suas condutas foram todas em prol do bem da nação e, ao mesmo tempo, viu seus projetos falharem tanto no âmbito político quanto no social. Tal perspectiva é fundamentada pela definição dada por Claudine Haroche para o ressentimento como “uma reposta inconsciente, efeito longínquo de uma angústia ignorada, recalcada, ligada ao sentimento ameaçador de uma negação da existência”<sup>3</sup>.

Fora do cenário político brasileiro e exilado na França, o personagem mostrava-se bastante ressentido não só com os novos rumos tomados pelo Brasil, que não se aproximavam daquilo que planejara, mas, sobretudo, com o próprio Imperador por se sentir traído. Nesse sentido, a questão do ressentimento pelo não reconhecimento de suas ações acabou por contribuir para a construção de sua própria identidade, colocando-se como vítima diante dos seus opositores políticos e do Imperador, o que pode ser percebido na fala abaixo:

Fui deportado, creio que só por medo, mas que puerilidade de haver-se medo de um indivíduo, em um vasto Estado, onde a influência individual se perde em um montão de influências individuais, de riqueza, parentela, variedades territoriais, etc. Ninguém tem direito, diz um sábio escritor, de arrancar um cidadão de sua pátria<sup>4</sup>.

Vale ressaltar que, segundo Michael Pollak<sup>5</sup>, o que faz o sujeito reivindicar o lugar de vítima depende da leitura que faz de sua participação nesse passado. Portanto, esta é uma questão subjetiva, já que se relaciona diretamente com sua sensibilidade e sua

---

<sup>3</sup> HAROCHE, Claudine. Elementos para uma antropologia política do ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res) sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2001. p. 340.

<sup>4</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Os Brasileiros querem ter liberdade. In: DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio, o patriarca vencido*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Col. Perfis Brasileiros) p.108.

<sup>5</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2. n. 3, 1989.

percepção de mundo. Muitas vezes, como é o caso de José Bonifácio, o sujeito histórico empreende uma verdadeira luta de memória para provar essa posição.

Por outro lado, acreditamos que no contexto da independência brasileira e imediatamente posterior a ela, enquanto José Bonifácio estava ativo no cenário político brasileiro, seu trabalho intelectual foi constante e diretamente influenciado pela política e pela experiência social da época. Somente no exílio, longe dessas influências, ele pode construir um conhecimento mais autônomo em relação às disputas políticas do período. Em carta de 1825 enviada a Antônio de Menezes Drummond, ele diz:

As cartas que recebi do Brazil nada dizem, porque o terror robsperriano que assola o Rio de Janeiro, ata a língua daquela pobre e tímida gente e até os obriga a mentir<sup>6</sup>.

Cabe lembrar que a idade já avançada – na altura em que foi para o exílio José Bonifácio já tinha sessenta e um anos de idade – e a carreira já construída podem, segundo Edward Said<sup>7</sup>, ser fatores capazes de interferir no discurso do sujeito e até gerar radicalismos, bem como a preocupação com a imagem que haveria de ficar para a posteridade.

A partir destas reflexões, pretendemos analisar o quanto a experiência do exílio, em razão da distância, pode ser marcada pela sensibilidade e pela frustração, ao mesmo tempo em que pode contribuir para a produção de conhecimento. Afinal, ao olhar para o país e não enxergar nele as propostas as quais tanto se dedicara, José Bonifácio se empenhou ainda mais na atividade intelectual, produzindo um pensamento político e social recortado por um novo olhar: o do ressentimento.

Com este trabalho, portanto, constatamos a importância da relação reconhecimento/ressentimento para a história intelectual, em especial para o estudo da trajetória de José Bonifácio. Afinal, assim como outros intelectuais, ele teve sua produção de conhecimento diretamente influenciada pela experiência do exílio e, ao mesmo tempo, possui a particularidade de ter vivido o momento inicial de construção da nação no Brasil.

Cabe destacar que devido à relevância histórica do personagem em questão, ao longo dos anos foram escritas diversas obras com diferentes leituras e debates em torno da imagem e da memória de José Bonifácio. Tais análises foram mapeadas por Emília Viotti da Costa que destaca que a identidade do personagem estudado – visto ora como

---

<sup>6</sup> Carta enviada a Antônio de Menezes Drummond em 17/10/1825.

<sup>7</sup> SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. Tradução: Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

herói, ora como déspota – vêm sendo construída desde a sua época, por ele próprio, por seus partidários e também por opositores. Segundo Viotti da Costa, “cerca de século e meio nos separam dos acontecimentos e uma vasta bibliografia surgiu em torno deste assunto”<sup>8</sup>, de modo que os estudos sobre a emancipação política do Brasil têm atribuído grande importância ao desempenho político de José Bonifácio.

Segundo a autora, se, por um lado, a versão intitulada “Andradina” criou o mito do herói nacional, atribuindo a José Bonifácio a consolidação da independência e a manutenção da unidade nacional, para a vertente “Antiandradina”, a independência foi fruto da vontade de todos os brasileiros. Logo, José Bonifácio não teria sido responsável por ela, mas apenas um ministro que, como tal, expediu ordens em prol da mesma. Nesse caso, ele teria sido um mero cooperador. Mas, apesar das críticas, Costa conclui que o mito de José Bonifácio resistiu entre os historiadores: “A versão Andradina continuaria a vicejar alimentada pelo patriotismo nacionalista, pelo culto positivista dos heróis e, mais tarde, já no século XX, pelo regionalismo paulista”<sup>9</sup>.

Um exemplo que merece destaque neste sentido é a obra de Otávio Tarquínio de Sousa. Publicada pela primeira vez em 1945, ainda hoje é considerada a sua biografia mais abrangente. Fortemente marcada pelas imagens do “herói” e do “patriarca da independência”, esta obra foi revista pela historiografia posterior e diversos aspectos da trajetória de vida do personagem foram questionados.

Cabe ressaltar, que coube à historiografia mais recente a desmistificação desta tendência a “heroicização” e de supervalorização de particularidades ou pioneirismos, tendo em vista que o sujeito passou a ser visto como um reflexo daquilo que ele viveu no seu coletivo. Portanto, ele é fruto da sociedade de seu tempo e das suas redes de sociabilidade.

Dos trabalhos mais recentes sobre José Bonifácio, destacaremos, entre outros, o de Miriam Dolhnikoff, que ao selecionar e reunir os diversos textos do personagem – que nos trazem uma gama de informações importantes sobre o seu pensamento e que, portanto, serão utilizados por nós ao longo deste trabalho – constrói uma imagem positiva do personagem, apesar de salientar suas diversas contradições.

Por fim, também será importante nesta análise a produção historiográfica acerca do contexto da independência brasileira, cercado das disputas políticas em que o

---

<sup>8</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977, p.53.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 97.

personagem esteve inserido e que envolveram conceitos tão caros como os de nação, cidadania e liberdade, bem como sobre o liberalismo conservador, que influenciou muitos políticos e intelectuais no Brasil no século XIX. Neste sentido, entre outros autores, destacaremos o trabalho de Lúcia Neves<sup>10</sup> que mapeia os diferentes conflitos de interesse entre as elites política e intelectual brasileiras – chamada por ela de elites luso-brasileiras, sendo elas a Coimbra, a qual pertencia Bonifácio, e a Brasiliense – e a busca pelas influências sobre as ações de D. Pedro<sup>11</sup>. Segundo a autora, existiram três momentos distintos no que chamou de drama da emancipação: no primeiro, houve a desilusão do império único constitucional; no segundo, a concepção separatista de um império com as bases do Antigo Regime; e, por fim, a construção de um imaginário de independência de acordo com as necessidades do novo país.

Ao analisar as disputas políticas em torno das escolhas de D. Pedro I, Iara Lis Souza demonstra como a persona do Imperador mostrou-se integrante ao projeto político – a monarquia constitucional – que transformaria o Brasil em um corpo político autônomo. Para a autora, a memória social de D. Pedro e a imagem de Brasil estavam diretamente associadas e faziam parte de uma mesma face, uma representando a outra:

Estabelece-se aí uma espécie de torvelinho, pois ao mencionar o Brasil ou D. Pedro o outro vem de imediato e necessariamente. Um se faz gêmeo e análogo do outro, ganhando uma condição quase mítica ao se imbricarem naquilo que se consolidou e cristalizou na memória nacional como a origem do Brasil independente<sup>12</sup>.

Já no que diz respeito à relação entre a independência e o surgimento de uma consciência de nação e da construção de uma unidade nacional, utilizaremos o trabalho de Jurandir Malerba. A partir de uma análise historiográfica sobre as chamadas datas-baliza do processo de construção da nação, o autor chega à conclusão de que “uma precisa distinção conceitual entre ‘processo de independência’ e ‘formação da nação’ é um imperativo”<sup>13</sup>. Para o autor, a construção da nação não pode se confundir com a formação do Estado e menos ainda com a independência do Brasil de Portugal.

Ao comparar o processo de construção da nação nas Américas portuguesa e espanhola e questionar-se sobre o porquê da primeira ter se tornado uma entidade única

---

<sup>10</sup> NEVES, Lúcia Maria B. P. *Corcundas e constitucionais...* Op. Cit.

<sup>11</sup> Visto como uma figura conciliadora, capaz de manter unificado o novo Império.

<sup>12</sup> SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada. O Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 17.

<sup>13</sup> MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência Brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 26.

enquanto a segunda se fragmentou em dezoito países, Richard Graham<sup>14</sup> defende que o Estado levou à formação de uma nação, não o contrário, mesmo acreditando que este foi um processo mais circular do que linear. Segundo o autor, apesar dos desejos autonomistas e separatistas de várias províncias brasileiras, ao instigarem suas revoltas e verem-se deparados com uma massa de insatisfeitos que poderiam ir contra o seu *status quo*<sup>15</sup>, as demais províncias optaram pelo caminho seguro de apoiar o Império e a figura do Imperador, considerado naquele momento uma figura de autoridade legítima capaz de manter a ordem e a coesão social. É a partir de tal concepção que Graham trata da monarquia como salvação.

Em relação aos ideais liberais do Brasil neste contexto, Emília Viotti da Costa<sup>16</sup> destaca que serviram como armas ideológicas para alcançar metas políticas e econômicas específicas e não como um gesto de imitação cultural do que era visto como “civilizado”. Para a autora, a teoria e a prática liberais no Brasil no século XIX se explicam a partir de particularidades locais e da ausência de duas classes – presentes na origem do liberalismo europeu: aristocracia e proletariado. Ao se inspirar no liberalismo europeu e adaptá-lo às próprias necessidades e interesses, este, por vezes, se mostrou contraditório.

Somando-se a este debate, Ricardo Salles destaca que o liberalismo era bem adaptado à realidade brasileira do século XIX e que sua conjugação com a escravidão era coerente com o contexto da Antiguidade onde foram desenvolvidos conceitos como cidadania e direitos e que eram apropriados pelo liberalismo após o século XVIII. Tal perspectiva, portanto, teria sido uma característica do pensamento político naquele período e influenciou não apenas José Bonifácio e o Grupo Coimbrão, mas a toda a elite luso-brasileira. Segundo o autor:

Historicamente o liberalismo não só conviveu, como não teve o propósito de eliminar todas as desigualdades políticas e jurídicas [...] a aplicação correta do ideário liberal não necessariamente deveria implicar a extensão do conceito de cidadania ao conjunto de uma formação social<sup>17</sup>.

Para alcançarmos os objetivos deste trabalho – partindo de uma análise que conjugue história intelectual e história das ideias políticas – temos como eixo principal

---

<sup>14</sup> GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do Século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. In: *Diálogos*. DHI/UEM . v.05, N. 1, 2001, p. 11- 47

<sup>15</sup> Tendo em vista que a maior parte da população era composta por escravos e pobres e as lembranças e temores da independência do Haiti no final do século XVIII estavam bastante presentes na elite brasileira ao longo do século XIX.

<sup>16</sup> COSTA, Emília Viotti da. Liberalismo: Teoria e Prática. In: *Da Monarquia a República...* Op. Cit.

<sup>17</sup> SALLES, Ricardo *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. p. 101.

algumas questões e pressupostos teóricos referentes ao exílio. Destacamos, sobretudo, a forma como este exílio influenciou na produção de conhecimento de José Bonifácio, bem como o papel das emoções e do ressentimento neste sentido.

Com isso, utilizaremos a coletânea *Memória e (Res)sentimento* de Stella Bresciani e Marcia Naxara, que empreende uma discussão sobre os usos da memória e os ressentimentos que a acompanham. Em seu texto inicial, Pierre Ansart alinha história, memória e ressentimento, convidando os historiadores a discutirem a história, especialmente a política, levando em consideração os vários aspectos “das relações entre os afetos e o político, entre os sujeitos individuais em suas afetividades e as práticas sociais e políticas”<sup>18</sup>. O significado de ressentimento adotado por esse autor é aquele referente ao sentido mais negativo da palavra, relacionado à mágoa, à dor e ao pesar. Para ele, seria “uma dor do passado que dá sentido político a construção voluntária de memórias, ou de seu próprio esquecimento, para a efetivação de demandas sociais e constituições de subjetividades”<sup>19</sup>. Vale ressaltar, que além deste lado negativo, o ressentimento também possui outro positivo, aquele que gera produção de conhecimento e análises políticas, como ressaltou Marion de Magalhães na mesma coletânea. Ao citar os estudos de Hannah Arendt sobre a exclusão social dos judeus, a autora destaca exemplos deste tipo de produção intelectual:

Enquanto o parvenu (ou o arrivista) nega-se totalmente, transformando-se em um dos outros da cultura dominante, apagando a diferença e assimilando-se, o pária (ou o judeu rebelde) é um outsider, que não nega ou apaga suas diferenças, mas as mantém conscientemente, transformando sua fraqueza e marginalidade em fonte de força e desafio. [...] Atitude que supera a raiva, autovitimização ou o próprio ressentimento, deslocando-se inconscientemente para outros objetos<sup>20</sup>.

Somando-se a esta discussão, Edward Said destaca que as prerrogativas do intelectual exilado são vistas como uma condição a ser escolhida. Uma espécie de modelo a ser seguido – ou perseguido – a fim de formar uma resistência ao intelectual que se sinta “tentado, ou mesmo assediado ou esmagado, pelas recompensas da acomodação, do conformismo, da adaptação”<sup>21</sup>. Isto porque:

---

<sup>18</sup> ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). Op. cit., p.15.

<sup>19</sup> Ibidem, p.17.

<sup>20</sup> MAGALHÃES, Marion B. de. O ressentimento do exílio. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). Op. cit., p. 492.

<sup>21</sup> SAID, Edward. Representações do intelectual. As Conferências Reith de 1993. Tradução: Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 70.



No fim das contas, o exílio não é uma questão de escolha: nascemos nele, ou ele nos acontece. Mas, desde que o exilado se recuse a ficar sentado à margem, afagando uma ferida, há coisas a aprender<sup>22</sup>.

Cabe ressaltar que a memória – que está relacionada a nossa sensibilidade e portanto, possui um caráter subjetivo – é também construída por afetos, que têm efeitos concretos na vida do indivíduo. Eles são uma leitura histórica e sensitiva do nosso passado e dizem respeito a tudo aquilo que nos afeta, seja de maneira positiva ou negativa.

Consideramos, além disso, que a construção do “eu”, ou seja, da própria identidade, se dá a partir do “outro”, pois, segundo Tzvetan Todorov<sup>23</sup>, a identidade é uma construção interna que está diretamente relacionada e influenciada pelas construções externas e a forma como o indivíduo se vê depende da forma como o outro o vê. A partir do conceito de alteridade, consideramos que o homem, na sua vertente social, tem uma relação de interação e dependência com o outro. Por esse motivo, o “eu” na sua forma individual só pode existir através de um contato com o “outro”. Ou seja, é pela interação social que o sujeito constrói-se como indivíduo diante do confronto com o mundo externo. Nesse sentido, a importância do olhar do outro é uma questão social, capaz de interferir na vida do sujeito em diversos aspectos, como sua qualificação, ascensão profissional, entre outros. Cabe a nós mapearmos quem é este “outro” para José Bonifácio e o quanto isso interferiu no seu olhar sobre si mesmo e na construção da sua autoimagem.

Para Pierre Bourdieu<sup>24</sup>, quando o sujeito fala aos seus pares – através das suas redes de sociabilidade – ele tem o intuito de ser ouvido, a fim de conquistar credibilidade, legitimidade e reconhecimento, e tornar-se um expoente em determinado segmento. Relacionando esta afirmação à proposta já mencionada de Todorov, podemos concluir que quando isto não ocorre, pode gerar ressentimento e frustração.

Já segundo Bakhtin<sup>25</sup>, a compreensão dos signos dá-se em ligação com a situação, o contexto em que ele toma forma e essa situação é sempre social. O signo ideológico na constituição do sujeito, parte do exterior para o interior, ou seja, do *social para o individual*, e a palavra nada mais é do que *produto de interação viva das forças sociais*.

---

<sup>22</sup> Idem. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 57.

<sup>23</sup> TODOROV, Tzvetan. *A Vida em Comum: Ensaio de Antropologia Geral*. Campinas: Editora Papirus, 1996.

<sup>24</sup> BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

<sup>25</sup> BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. pp. 248 – 293.

O autor vai mais além ao afirmar que só pensamos graças a um contato permanente com os pensamentos alheios, pensamento este expresso no enunciado. Dessa forma, a consciência individual é resultante de um diálogo interconsciências. Tais perspectivas se relacionam com o pensamento de Bourdieu, que destaca que o sujeito se constitui do social para o individual, ao que podemos concluir que os sujeitos são formados pela incorporação de disposições (*habitus*) produzidas no interior de um determinado espaço social (campo).

Nesta discussão, consideramos a correspondência como um espaço privilegiado para a observação da relação do indivíduo consigo mesmo e com os outros. Para trabalhar com este tipo de fonte textual, utilizaremos como inspiração metodológica Roger Chartier que, em seu livro *La Correspondance*, dedica-se aos usos sociais da escrita através da pesquisa de manuscritos franceses da metade do século XIX. Para o autor, investigar as práticas de escrita ajuda a entender os modos como uma comunidade constrói suas representações sobre o mundo, investindo-o de significados plurais.

Como observa Chartier, a leitura da correspondência ajuda a compreender melhor a maneira como os indivíduos constroem as suas representações sobre o mundo, pois ao associar práticas sociais e a subjetividade, o gênero epistolar revela-se como um espaço privilegiado para a observação das relações do indivíduo consigo mesmo e com os outros<sup>26</sup>. Para o autor, enquanto ato de comunicação que oferece um testemunho escrito, a carta implica tanto uma lucidez introspectiva como uma retórica demonstrativa, inscrevendo-se num contexto pessoal e social que é inseparável das circunstâncias históricas e culturais em que foi produzida, fornecendo, com isso, preciosas informações sobre a visão de mundo dos seus autores e a atividade intelectual de uma determinada sociedade.

Por fim, ao analisarmos um recorte da trajetória de Bonifácio e ao utilizarmos os trabalhos de alguns biógrafos para nos aprofundarmos no estudo do personagem, devemos fazer uma crítica externa da fonte, considerando os contextos históricos de produção, bem como os seus objetivos. Para isso, utilizaremos os pressupostos teórico-metodológicos de autores como Pierre Bourdieu e Jacques Le Goff.

Segundo Bourdieu, a vida (que é uma história) não constitui um conjunto coerente e orientado que possa ser apreendido de forma objetiva. O relato, seja ele biográfico ou

---

<sup>26</sup> CHARTIER, Roger (dir.). *La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle*. Paris: Fayard, 1991. p.9-10.

autobiográfico, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica, pretende organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis. Esse é um problema apontado por Bourdieu em muitas análises de trajetórias individuais. É provável ainda que esse ganho de coerência esteja na origem do interesse que os investigados têm pelo empreendimento biográfico. Essa propensão a tornar-se o ideólogo de sua própria vida, selecionando certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência, conta com a cumplicidade natural do biógrafo<sup>27</sup>.

Jacques Le Goff, por sua vez, destaca a importância da biografia como uma metodologia que visa não somente a história de um indivíduo, mas também toda uma perspectiva de cunho social. Para ele, o papel que o personagem biográfico exerceu em seu tempo é contundente na própria estruturação da biografia. Mesmo com toda essa busca sobre os fatos que circunscrevem o ambiente do personagem, ele ainda é uma construção de um determinado tempo. Seguindo o conceito utilizado por Michel de Certeau<sup>28</sup>, cada “lugar social” se utilizará do passado de formas diferentes assim como a estruturação dele.

Em meio a toda a subjetividade do trabalho com o passado, em especial com o método biográfico, Le Goff propõe ainda uma biografia total - ainda que reconheça ser utópica a busca de um conhecimento integral do indivíduo - e expõe os compromissos do pesquisador com os “efeitos do real”<sup>29</sup> e recorda que o biógrafo precisa identificar no material que dispõe – em função da familiaridade com as fontes e com o tempo em que vive o seu personagem – os elementos que introduzem uma convicção razoável da verdade histórica<sup>30</sup>. Seguindo este princípio, o autor destaca que o trabalho do historiador se aproxima ao do romancista, à medida que estes efeitos do real são obtidos pela escrita, pelo estilo e pelo trabalho com as fontes. Resguardando, assim, o historiador das possíveis tentações e evitando o cunho anedótico, superficial e psicologizante.

---

<sup>27</sup> BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: *Usos e Abusos da História Oral*. RJ: FGV, 2006. p. 184.

<sup>28</sup> CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

<sup>29</sup> LE GOFF, Jacques. “Introdução”. In: *São Luís: biografia*. São Paulo: Editora Record, 1999. p. 22.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 28.

## 1- O CONTEXTO DA INDEPENDÊNCIA E A TRAJETÓRIA DE JOSÉ BONIFÁCIO

Francisco Falcon, ao apresentar o livro de Berenice Cavalcante sobre José Bonifácio, lembra a importância de se pensar o contexto histórico para se compreender as ideias e ações do biografado. Assim, “o estudo biográfico é inseparável do estudo das ‘circunstâncias’ (no sentido dado por Ortega e Gasset) do biografado: a sociedade, a época, a cultura, o ambiente intelectual”<sup>31</sup>. Baseados nesta concepção, antes de pensarmos as influências da experiência do exílio, entre os anos de 1824 e 1829, na produção de conhecimento e na percepção de si de José Bonifácio de Andrada e Silva, cabe analisar questões conjunturais e aspectos importantes da sua trajetória. Assim, dividiremos este primeiro capítulo em dois momentos. No primeiro, apresentaremos o contexto da independência brasileira, marcado por uma série de disputas políticas em que o personagem de José Bonifácio esteve diretamente inserido e atuante e que culminaram no seu exílio, no ano de 1824. No segundo, apresentaremos um breve histórico da sua vida, destacando, sobretudo, a formação acadêmica e a trajetória política, além de apontarmos as disputas em torno da construção da sua imagem e memória na historiografia brasileira desde a primeira metade do século XIX.

### 1.1 – As disputas políticas no período da independência brasileira

O período que antecedeu à independência brasileira foi marcado, para além do conflito entre Brasil e Portugal, por disputas internas dentro da própria elite luso-brasileira, assim definida por Lúcia Neves<sup>32</sup>. Esta havia se formado sobre as bases do absolutismo ilustrado e encontrou na Universidade de Coimbra e nas lojas maçônicas da Corte importantes espaços de sociabilidade. Estas últimas serviram de palco para a independência e influenciaram as opções de D. Pedro, considerado uma figura conciliadora e fundamental em meio às ideias divergentes. De um lado, a chamada elite brasiliense, liderada por Gonçalves Ledo, seguia uma vertente mais “radical”, próxima da ilustração francesa de Rousseau e que defendia um regime constitucional mais

---

<sup>31</sup> FALCON, Francisco. Apresentação. In: CAVALCANTE, Berenice. *Razão e sensibilidade: José Bonifácio, uma história em três tempos*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 13.

<sup>32</sup> NEVES, Lúcia Maria B. P. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003. A opção pela utilização do conceito de “elite luso-brasileira” se deu por ser considerado mais apropriado e coerente com a base da discussão feita pela autora e seguida neste trabalho.

democrático, com a soberania do povo. Do outro lado, a elite coimbrã, liderada pelos irmãos Andradas, defendia maior centralização política nas mãos do futuro Imperador, pautada na soberania da Nação.

O grande diferencial entre estes grupos, segundo Gladys Sabina Ribeiro, era a forma como os brasileiros falavam diretamente ao “Povo”<sup>33</sup>, sobretudo através de periódicos como o *Revérbero Constitucional*, demonstrando, assim, o seu caráter mais democrático. Com isso, o grupo de Ledo acreditava que o poder decisório deveria estar no Legislativo, ou seja, nas elites locais. Para isso, passou a promover através da imprensa uma intensa campanha em prol da Constituinte a fim de analisar a Constituição que estava sendo elaborada pelas Cortes de Lisboa e adaptá-la ao Brasil, que, segundo ele, possuía identidade própria e precisava disto para manter sua unidade.

A ideia da independência começou a surgir a partir de 1820, com a revolução do Porto<sup>34</sup>, quando as Cortes Portuguesas com intenção recolonizadora colocaram em risco os interesses das elites no Brasil, que aspirava um grande reino Luso-Brasileiro. Neste caso, Brasil e Portugal manteriam equilíbrio e autonomia, sendo considerados como iguais e com total paridade de direitos. Somente às vésperas da independência – quando os portugueses insatisfeitos com o domínio de Portugal, em vista da autonomia que o Brasil adquirira, desejaram fazê-lo retornar à condição de colônia (anterior a de Reino Unido alcançada a partir de 1815) – foi que a ideia da independência ficou clara. Esta, porém, foi concebida de formas distintas à medida que passou a envolver conceitos centrais, como liberalismo, separatismo e constitucionalismo<sup>35</sup>.

Segundo Miriam Dolhnikoff<sup>36</sup>, o grupo brasileiro foi o primeiro a defender abertamente a causa da independência brasileira. O fez a partir de janeiro de 1822, quando D. Pedro recusou as ordens das Cortes Portuguesas que o pressionavam para voltar a Portugal, o que, para elas, enfraqueceria as ideias emancipacionistas que aqui se desenvolviam. Já o grupo Coimbrão, sobretudo José Bonifácio, manteve-se atrelado à ideia de um reino dual entre Brasil e Portugal.

---

<sup>33</sup> Segundo a autora, ao falar em “Povo” os brasileiros se referiam apenas as elites locais, que segundo eles, deveriam ter participação no poder decisório, elegendo seus representantes.

<sup>34</sup> Movimento de caráter liberal que exigia, dentre outros pontos, a volta de D. João VI, a criação de uma monarquia constitucional em Portugal e o restabelecimento da exclusividade do comércio com o Brasil.

<sup>35</sup> As apropriações do conceito foram analisadas em dissertação de mestrado recentemente defendida no PPGHS da UERJ/FFP. Ver: GOMES, Jônatas Roque Mendes. “*Novo Pacto Social*”: *As apropriações dos conceitos de Constitucionalismo e Contratualismo no processo de construção da nação no Brasil (1820-1831)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. UERJ/FFP, São Gonçalo, 2017.

<sup>36</sup> DOLHNIKOFF, Miriam (org.). *Projetos para o Brasil*. Coleção: Grandes Nomes do pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras /Publifolha, 2000.

Para a autora, a princípio, o grupo Coimbrão temia a Constituinte porque esta confrontava a ideia de um poder centralizador. Segundo Dolhnikoff, enquanto o grupo de Ledo impunha que o Imperador jurasse a Constituição, para garantir que o poder decisório estivesse no Legislativo, José Bonifácio, propôs as Juntas Provisórias, de modo que D. Pedro estivesse na direção do processo e garantindo, então, um poder Executivo forte. Apesar desta forte oposição, ambos os grupos viam nas atitudes das Cortes portuguesas uma ameaça à posição do Brasil que, eles concordavam, merecia os mesmos privilégios de Portugal.

Em maio de 1822, D. Pedro finalmente cedeu à pressão pela Constituinte, ainda assim pensando em uma maior autonomia do Brasil e não em uma ruptura total com Portugal. Com o aumento da diferenciação entre brasileiros e portugueses e a crescente ameaça de conspiração interna, José Bonifácio, então Ministro do Reino e Negócios Estrangeiros, entrou no enfrentamento direto com Lisboa e através de ações autoritárias mandou colocar espões nas ruas, prender suspeitos e depositar armas.

Uma última tentativa de reconciliação entre Brasil e Portugal foi feita através da proposta de um Ato Adicional à Constituição portuguesa, escrita em 17 de junho de 1822 por Antônio Carlos de Andrada. Nela, era proposto um governo autônomo na ex-colônia de modo que existissem duas Cortes iguais, uma de cada lado do Atlântico, com o príncipe, D. Pedro, de um lado e o rei, D. João VI, do outro. Com a recusa de Portugal, a única alternativa restante era a separação. Esta, portanto, “deveu-se mais a falta de competência das elites de ambos os lados do Atlântico em preservar a monarquia dual, do que a um desejo latente de implantar um estado nacional”<sup>37</sup>.

Apesar das divergências entre os grupos Coimbrão e Brasiliense, às vésperas da emancipação do Brasil ambos os grupos acreditavam na monarquia representativa constitucional como a melhor forma de governo. Esta seria capaz de fornecer a segurança, tranquilidade e prosperidade do “povo”, bem como garantir através da figura de D. Pedro um equilíbrio dos poderes e evitar o esfacelamento de um Império ainda não unificado. Até mesmo a elite brasiliense acreditava que a proposta de uma República no Brasil, a exemplo daquelas estabelecidas na América espanhola, era incompatível com um território tão vasto. Segundo Lúcia Neves, tal característica é fruto da tradição de uma cultura política moldada em Coimbra e que formava o pensamento de grande parte

---

<sup>37</sup> MALERBA, Jurandir. Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c. 1980-2002). In: MALERBA, Jurandir. (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 33.

da elite política e intelectual brasileira. Segundo a autora, “transplantavam-se para o Novo Mundo as práticas políticas portuguesas, concebendo a monarquia como única forma viável de governo”<sup>38</sup>.

De modo geral, esta elite Luso-Brasileira se apropriou de ideias liberais conservadoras e, com isso, tinha uma série de interesses em comum como a manutenção da ordem, a monarquia, o não rompimento com as hierarquias, entre outros. Num primeiro momento, coimbrãos e brasilienses identificavam-se quanto a adesão à figura do príncipe como o único capaz de manter a unidade do Brasil. Após a campanha a favor da convocação da Assembleia Constituinte, porém, houve um rompimento definitivo, pois os brasilienses pretenderam reduzir o príncipe a um simples presidente da Junta Provisória do Rio de Janeiro, o que de fato não agradou a José Bonifácio e seu grupo com ideal centralizador. Com isso, podemos destacar que o principal tema de oposição entre eles – fortemente evidenciado pelos periódicos da época – centrava-se, sobretudo, na questão da descentralização do poder. Ao resumir este período, Marcello Basile afirma:

Entre 1820 e 1822, o movimento vintista português tornou-se responsável por uma inédita divulgação no Brasil das ideias liberais, embaladas pela grande proliferação de jornais e panfletos que passaram então a ser produzidos e circulavam nos dois lados do Atlântico, formando uma densa rede de debates<sup>39</sup>.

Apesar das ideias liberais, o autor ressalta suas limitações, já que a cultura política desse período estava essencialmente fundamentada nas Luzes portuguesas, o que explica o limite de seus mais caros valores: a união entre monarquia constitucional e a Igreja, e uma liberdade e igualdade restritas ao plano da lei. A linguagem mais radical só veio a desenvolver-se a partir dos últimos anos do Primeiro Reinado com o surgimento de uma nova facção política, os liberais exaltados. Segundo o autor, “substancialmente, portanto, não incorporavam os princípios mais radicais da Ilustração francesa ou mesmo do Liberalismo americano; daí as bases moderadas da Independência [brasileira]”<sup>40</sup>.

No que diz respeito ao ideal liberal no Brasil do século XIX, Roberto Schwarz destaca a disparidade e a incompatibilidade entre a sociedade brasileira escravista e os ideais do liberalismo europeu. Ao basear-se num panfleto liberal contemporâneo a Machado de Assis, o autor destaca que o princípio da economia política é o trabalho

---

<sup>38</sup> NEVES, Lúcia Maria B. P. Op. cit., p. 378.

<sup>39</sup> BASILE, Marcello. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. In: *Topoi*: revista de história, nº 3. Rio de Janeiro: 7 Letras, set. 2001, p. 92.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 93.

livre e, portanto, a existência da escravidão no Brasil fazia deste um “país impolítico”<sup>41</sup>, imoral e aquém da realidade científica iluminista. Segundo ele:

No plano das convicções, a incompatibilidade é clara, e já vimos exemplos. Mas também no plano prático ela se fazia sentir. Sendo uma propriedade, um escravo pode ser vendido, mas não despedido. O trabalhador livre, nesse ponto, dá mais liberdade a seu patrão, além de imobilizar menos capital. Este aspecto um entre muitos indica o limite que a escravatura opunha à racionalização produtiva<sup>42</sup>.

José Bonifácio destacava que a escravidão impossibilitaria a existência de uma Constituição Liberal. Segundo Ana Rosa Clochet da Silva<sup>43</sup>, para ele, além de contrapor-se à imperativa criação de uma identidade nacional, a existência da escravidão chocava-se com as bases de um “Império Constitucional”: economia de livre mercado, desenvolvimento industrial e agrícola, construção do cidadão civilizado e, finalmente, o reconhecimento externo da nação soberana – estando esta relacionada, entre outros fatores, à pressão inglesa pela abolição do tráfico.

Esta tese, no entanto, mostrou-se frágil com o tempo, tendo em vista que a construção do Estado Nacional e a Constituição se deram tomando como base justamente o regime escravista. Reiterando esta afirmação, podemos destacar as ideias de Ricardo Salles em seu livro *Nostalgia Imperial*, trabalho no qual destaca que o projeto de construção e hegemonia do Estado e dos cafeicultores fluminenses se deu a partir das relações sociais escravistas. Foi justamente a particularidade do Brasil em manter uma monarquia em meio as repúblicas da América, o que o autor intitula como a “planta exótica da América”,<sup>44</sup> que permitiu estas construções. Para Salles:

Do ponto de vista da nossa análise, da relação entre liberalismo e escravidão na primeira metade do século XIX, o que importa ressaltar é que esta doutrina econômica e política podia incorporar a escravidão moderna como um fato econômico possível numa economia de livre mercado e de direito irrestrito à propriedade privada [...] eram, contrabalançadas por considerações históricas, pragmatismo e pretensas características biológicas que justificariam a escravidão dos negros africanos, portadores de uma humanidade e uma cultura de escala inferior<sup>45</sup>.

Com isso, as ideias liberais fizeram parte da identidade nacional, pois o processo de independência teve como base ideais franceses, ingleses e americanos, tendo em vista que estes representavam uma ideologia que pregava a superioridade europeia, de

---

<sup>41</sup> SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. *As ideias fora do Lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das letras, 2014. p. 47.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>43</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. De Império a Nação. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, p. 30 - 33, 07 set. 2007.

<sup>44</sup> SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. p. 41.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 108.



modernidade e distinção e que, portanto, foram adotados com orgulho pela sociedade brasileira do século XIX. Segundo o autor, no entanto, essas ideias eram bastante adaptáveis à realidade brasileira. Nesse sentido, a tese defendida por Salles diverge de Robert Schwarz que defende que o ritmo de nossa vida ideológica era determinado pela dependência do país que, à distância, acompanhava os passos da Europa.

Também em sentido distinto de Schwarz, Emília Viotti da Costa defende que os ideais liberais no Brasil no século XIX serviam como armas ideológicas com que as elites brasileiras pretendiam alcançar metas políticas e econômicas específicas e não um gesto de imitação cultural do que era visto como civilizado. Para a autora, a teoria e a prática liberais no Brasil no período se explicam a partir das peculiaridades da burguesia local e da ausência de duas classes que eram referência no contexto do surgimento do liberalismo europeu: a aristocracia e o proletariado. Reiterando esta peculiaridade e as contradições entre a sociedade brasileira oitocentista e o liberalismo europeu, Costa destaca que:

As estruturas sociais e econômicas que as elites brasileiras desejavam conservar significavam a sobrevivência de um sistema de clientela e patronagem e de valores que representavam a verdadeira essência do que os liberais europeus pretendiam destruir.<sup>46</sup>

No que diz a respeito ao processo de independência brasileira, segundo Jurandir Malerba<sup>47</sup>, a própria historiografia formulada desde o século XIX não apresenta um consenso e há quase dois séculos vêm pontuando questões como o porquê desta ter ocorrido e levantando diferentes periodizações e razões para que ela ocorresse. Além da clássica discussão sobre quem teria surgido primeiro: o Estado ou a nação? A construção do Estado teria estimulado um sentimento de nacionalidade ou o inverso?

Primeiramente, o autor reúne as principais hipóteses sobre o caráter deste movimento e o quanto de rupturas e continuidades ele possui em relação aos movimentos separatistas anteriores. Ao fazer tal análise, não restam dúvidas sobre a importância dos fatores culturais, civilizacionais e, sobretudo, da opinião pública ao perpetuar um caloroso debate na imprensa nascente. Ao mesmo tempo, se estes foram alguns dos principais fatores que impulsionaram o Brasil rumo à independência, há ainda na historiografia uma corrente de estudos voltada para a ação de outros grupos organizados, como a maçonaria – um dos principais pontos de encontro e de circulação de ideias entre a elite luso-brasileira – e a participação popular, repensada, sobretudo a partir dos anos 1980, sob

---

<sup>46</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Liberalismo: Teoria e Prática*. In: *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977. p. 134.

<sup>47</sup> MALERBA, Jurandir. Op. cit.

influência dos estudos de história cultural, do conceito de resistência e da análise de novos atores sociais e das microesferas de poder.

Em segundo lugar, Malerba apresenta um vasto panorama de historiadores, como Gladys Ribeiro, Lúcia Neves, Richard Graham, Ilmar de Mattos, Maria Odila da Silva Dias e István Jancsó, que discutem as chamadas datas-baliza do processo de construção da nação: se este se deu antes da formação do Estado, durante o Primeiro Reinado, durante o Segundo Reinado ou até mesmo em um processo de longa duração que se estendeu até a República. Para o autor, porém:

A busca da data precisa da fundação da nação tende à abordagem que desconsidera, necessariamente, a independência como processo, centrando o foco exclusivamente em seu aspecto político. Em tal abordagem os condicionantes sociais fundamentais, como a própria redefinição das elites no período 1808-20, acabam em segundo plano<sup>48</sup>.

Por fim, retomamos a relação entre a independência e o surgimento de uma consciência sobre a Nação e a nacionalidade. A tese mais bem aceita atualmente é a de que o Estado é anterior e também o responsável pela construção da nação. Assim, ainda que existam teses que defendam a hipótese da anterioridade da nação, elas não serão abordadas no presente trabalho por não serem apropriadas as nossas escolhas. Ana Rosa Cloquet da Silva<sup>49</sup> destaca que à época da independência não existia uma preocupação com a unidade entre as diversas regiões da América Portuguesa. Portanto, não existia um sentimento de nação capaz de uni-las, já que ao defender a independência a intenção das elites locais era apenas a de assegurar a manutenção dos mecanismos garantidores de suas posições privilegiadas no monopólio do comércio e da escravidão. Neste sentido, István Jancsó e João Paulo Pimenta<sup>50</sup>, ao analisarem os discursos de deputados brasileiros nas Constituintes de Lisboa demonstram que a instauração do Estado brasileiro precede a difusão de um sentimento nacional, convivendo no início com um feixe amplo de diferenciadas identidades políticas, com trajetórias próprias e diferentes projetos para o futuro.

Em suma, a partir da análise historiográfica sobre o tema, chega-se a conclusão de que “uma precisa distinção conceitual entre ‘processo de independência’ e ‘formação

---

<sup>48</sup> MALERBA, Jurandir. Op. cit., p. 32.

<sup>49</sup> SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783-1823*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

<sup>50</sup> MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta - A experiência Brasileira*. São Paulo: Editora Senac, 2000; JANCÓS, István & PIMENTA, João Paulo G. *Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*. Apud. MALERBA, Jurandir (org.). Op. cit

da nação' é um imperativo"<sup>51</sup>. Segundo Malerba, a construção da nação não pode se confundir com a formação do Estado e menos ainda com a independência do Brasil de Portugal. Seguindo a periodização proposta por Sérgio Buarque de Holanda, entende-se que primeiramente houve a emancipação política do Brasil, entre 1808 e 1831, seguida de um processo de construção do Estado Imperial, iniciado com a Constituinte de 1823, e de uma longa discussão, ainda hoje existente, sobre a identidade brasileira. Todos esses processos estavam diretamente ligados.

Este trabalho se encontra vinculado a esta corrente na qual o Estado precede a nação. Nesse sentido, primeiro ocorreu a independência, depois a formação do Estado e, como consequência deste, o processo (longo e marcado por conflitos) de formação da nação. É justamente neste contexto que surgem discussões sobre os mais variados projetos para garantir a hegemonia e a construção da identidade nacional. Questões estas que são muito pertinentes à análise do pensamento de José Bonifácio.

Em geral os autores abordados se inspiram em Eric Hobsbawm<sup>52</sup>, que ao analisar as transformações dos conceitos de nação e nacionalismo, utiliza este segundo termo como fundamental para o sustento da unidade política e nacional. Para ele, a nação não vem antes do Estado e do nacionalismo, pois são estes que geram a nação, termo que a princípio era utilizado apenas por uma questão étnica, mas que na modernidade – sobretudo após 1830 – passou a ser definido por uma questão política. Para Hobsbawm, a consciência nacional se desenvolve de maneiras diferentes de acordo com a região ou grupo. No caso brasileiro, esta se deu primeiramente entre as elites do centro-sul.

Após a independência, D. Pedro manteve-se dividido entre as principais lideranças políticas que travaram uma disputa para decidir os destinos do futuro Império brasileiro. Tendendo ora para um, ora para outro grupo, como bem ressaltou Lúcia Neves ao analisar as atuações das elites coimbrã e brasiliense. Segundo a autora, tal desavença se aflorou ainda mais quando o grupo de Gonçalves Ledo tentou impor a D. Pedro o juramento de guardar e defender a Constituição antes mesmo desta existir, já que seria fruto de uma Assembleia Geral Constituinte ainda a ser anunciada no dia da grande aclamação do Imperador. Tal atitude não desagradou somente ao grupo coimbrão, mas também ao próprio príncipe regente que via em seu pai um prisioneiro das Cortes de Lisboa. Ainda assim, num primeiro momento, o grupo de Gonçalves Ledo e da Loja Maçônica do

---

<sup>51</sup> MALERBA, Jurandir. Op. cit., p. 26.

<sup>52</sup> HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Grande Oriente saiu vitorioso quando em uma cerimônia popular no dia doze de outubro, aclamou D. Pedro como Imperador, aproveitando-se de sua figura carismática. Segundo Neves:

Aclamar o príncipe regente como Imperador do Brasil significava não só romper profundamente com o passado colonial, pois não era um título transmitido por direito de herança ou legitimidade pessoal, mas sim uma ascensão ao trono, envolvendo algum elemento de escolha ou eleição por parte da população<sup>53</sup>.

Sua figura era a única capaz de manter unificado o novo Império, tendo em vista as rivalidades entre as províncias, sobretudo as da Bahia, Pará e Maranhão que se negavam a vincular-se ao governo de D. Pedro mantendo-se fiéis as Cortes de Lisboa. Iara Lis Carvalho Souza reitera tal perspectiva, ao colocar a figura do Imperador como mediadora entre as tantas ideias divergentes, pois somente ele seria capaz de conciliar as elites e controlar as camadas populares:

[D. João VI] ao partir seu filho Pedro aparecera como uma solução política, aos olhos de uma elite que perdia seu estatuto de Corte e continuava ansiando por ocupar espaços políticos e públicos que serviam à sua necessidade de implementar um mercado próprio e garantir sua riqueza. Viram em D. Pedro alguém que conseguia domar a cena pública, e na conformação de sua persona, lançou mão das luminárias, retratos, pálios, entradas, sermões, reconhecendo a sua importância para instalar um pacto com o seu povo<sup>54</sup>.

A aclamação a D. Pedro foi celebrada não só na Corte do Rio de Janeiro, mas em diversas províncias do novo Império que mostravam sua aceitação a causa brasílica. Tal celebração reforçou um sentimento de união e patriotismo que foi estimulado pelo próprio governo à medida que se mostrava necessário defender o Brasil da ameaça do envio de tropas portuguesas. Para Lúcia Neves, outro sinal indicativo dessa aceitação é que além das representações enviadas ao Rio de Janeiro, foram realizadas eleições para a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil que começaram ainda em outubro no Rio de Janeiro e que se estenderam nos meses seguintes nas demais províncias. Esse período é acompanhado por um constante investimento na construção de um sentimento de nacionalidade, manifestado em hinos, versos e até mesmo na substituição de nomes e sobrenomes inspirados na fauna e na flora brasileiras.

Essa vitória do grupo brasiliense, porém, mostrou-se bastante frágil à medida que a proposta do juramento pela Constituição foi abandonada ao alegarem a inconveniência do dia da celebração para este fim. A primeira grande oposição ao grupo veio logo no dia

---

<sup>53</sup> NEVES, Lúcia Maria B. P. Op. cit., p. 376.

<sup>54</sup> SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada. O Brasil como Corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 90.

seguinte à aclamação do Imperador quando um decreto oficial determinou o termo “Majestade Imperial” para tratá-lo. A expressão remetia aos usos do Antigo Regime em que o monarca retirava o seu poder de Deus em primeiro lugar, e não do povo como pretendiam que fosse. Além disso, a elite brasiliense perdeu seu porta-voz na opinião pública quando em outubro de 1822 o jornal *Revérbero Constitucional Fluminense* foi fechado. Tais acontecimentos ajudaram a recuperar a posição de Bonifácio e dos coimbrãos nesta disputa.

Acreditando que os membros do grupo brasiliense eram republicanos e anarquistas, José Bonifácio, que a esta altura ainda era Ministro do Reino e Negócios Estrangeiros, empreendeu uma verdadeira guerra contra o grupo, engendrando uma crise política para afastar seus principais representantes dos seus postos-chaves. Suas medidas autoritárias, porém, provocaram grande reação na população, sobretudo naqueles que apoiavam o grupo brasiliense, chegando a haver pasquins contra os seus atos. Influenciado por tais contestações, D. Pedro desfez os atos de Bonifácio que prendera o redator do *Correio Brasiliense* e acabara com os trabalhos da Loja Maçônica do Grande Oriente, e ainda aceitou a demissão do Ministro e de seu irmão, Martim Francisco, que ocupava a Pasta da Fazenda, em 27 de outubro de 1822.

Segundo Lúcia Neves, porém, a opinião da maioria da população ainda se mostrava favorável ao grupo coimbrão e as próprias eleições para a Assembleia Constituinte demonstraram tal tendência, já que entre os escolhidos a maioria absoluta era de homens formados em Coimbra. As eleições, “tinham demonstrado, por conseguinte, entre o público votante, um apoio às ideias da elite coimbrã, confirmando a proposta de uma monarquia constitucional moderada como a solução mais adequada para o império brasileiro”<sup>55</sup>. Além disso, chegaram a circular pela Corte diversos anúncios, escritos e proclamações mostrando-se contrários à demissão dos Andradas. Foram justamente essas manifestações em favor do grupo coimbrão, representados entre a população, a tropa e até mesmo entre os procuradores gerais das províncias, que aceleraram este impasse e reintegraram-nos aos respectivos ministérios. Nesses documentos, além de defenderem abertamente os irmãos Andradas, havia acusações ao grupo brasiliense que era visto como a verdadeira ameaça por pretenderem ocupar os cargos mais eminentes do Império, espalhando para isso ideias de despotismo.

---

<sup>55</sup> NEVES, Lúcia Maria B. P. Op. cit., p. 397.

Toda essa pressão fez com que D. Pedro se aproximasse novamente do grupo coimbrão – composto pelos Andradas e pelo Apostolado, já que ambos tendiam a posturas mais moderadas e absolutistas. Os ministros foram reintegrados no dia 30 de outubro. Na ocasião, o próprio D. Pedro foi à casa de José Bonifácio pedir sua volta, acontecimento este bastante destacado pela imprensa. Tal união foi marcada por uma nova cerimônia, desta vez de caráter restrito, em primeiro de dezembro de 1822, onde o Imperador foi coroado com o luxo e a pompa das antigas monarquias europeias do Antigo Regime. Segundo Neves, “eram passos para situar o Brasil na tradição do absolutismo ilustrado”<sup>56</sup>. Vale ressaltar ainda o simbolismo de tal ato, pois esta foi a primeira vez que um rei português foi coroado após a morte de Dom Sebastião, sendo este acontecimento fora do Brasil, ou seja, conjugavam-se vários elementos de um absolutismo ilustrado.

Aproveitando-se da boa aceitação do povo e das comemorações que se seguiram na cidade à medida que as notícias se propagavam, D. Pedro fez uma proclamação em agradecimento aos “briosos e leais fluminenses”<sup>57</sup> favoráveis a sua pessoa e à causa do Império e aproveitou a situação para pedir-lhes que ficassem atentos e denunciassem os causadores de males e inimigos da causa e confiassem no caminho constitucional e no novo Ministério.

Apesar da falta de possibilidade de defesa na opinião pública, já que os principais canais de expressão dos brasilienses se fecharam, Gonçalves Ledo enviou ao Imperador uma representação na qual destacava seus serviços à causa da pátria e pedia que fosse acusado através de uma ação criminal para, assim, poder se defender das acusações. Mesmo ao continuar defendendo uma forma de governo que tendia a democracia, Ledo passou a adotar uma linguagem mais moderada. Ainda assim, foi duramente rebatido e acusado de servir à pátria somente por orgulho e interesse próprio, sendo estas intenções opostas ao verdadeiro sistema de uma monarquia constitucional. Como resultado, em 02 de novembro, através de uma portaria de José Bonifácio – reintegrado ao governo e fortalecido pelas manifestações populares – foi autorizada pelo Imperador uma devassa contra os chamados facciosos e perturbadores da opinião pública, por conspirarem contra o governo, espalhando calúnias e excitando entre o povo a discórdia e a guerra civil.

Ao sintetizar esta disputa entre a elite coimbrã e a brasiliense, representada por José Bonifácio e Gonçalves Ledo respectivamente, Lúcia Neves conclui que ambas as partes eram constitucionais, mas ao disputar o controle pelo poder muitas vezes acabavam

---

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 401.

<sup>57</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 2 de Novembro de 1822.

utilizando-se de meios que não condiziam com os princípios liberais que defendiam. Bonifácio pretendia afastar do poder o grupo mais radical, pois sabia que a ideia da implantação de um governo republicano democrático não encontraria aceitação em uma sociedade escravista, pois esta, ainda idolatrando a figura do Imperador, reagiria ofendida e contrária a tais ideias. Já Ledo, a favor de uma maior descentralização política a fim de atender ao “Povo”, visava à implementação de um regime mais democrático que somente seria viável com a exclusão de José Bonifácio do cenário político. Portanto:

(...) sorriu a vitória ao grupo cujo pensamento mais se afinava com o de D. Pedro, que nunca fora propriamente um democrata e que, por sua educação, tendia muito mais para o absolutismo ilustrado da elite coimbrã do que para uma monarquia plenamente constitucional<sup>58</sup>.

Afinal, o projeto de nação defendido por José Bonifácio e o grupo coimbrão após a independência era o da monarquia constitucional. Esta, inspirada nas “bases sagradas da Inglaterra”<sup>59</sup>, deveria conjugar a existência e independência das câmaras, a liberdade individual, o júri e a liberdade de imprensa. Nas palavras do próprio Bonifácio:

Os homens por cujas veias corre sangue ibérico não são feitos para a república, mormente se no sangue têm alguma mescla africana e se sua religião é católica. Daqui concluo que o melhor sistema de governo que o Brasil pode ter é a monarquia temperada, com instituições análogas às da Grã-Bretanha<sup>60</sup>.

Em vista de todos esses acontecimentos, a ideia da convocação de uma Assembleia Constituinte, proposta desde abril de 1822 tornou-se ainda mais viável e urgente. Foi então, a partir da união entre os coimbrãos e D. Pedro, que esta surgiu. Na cerimônia do dia 01 de Dezembro de 1822, o Imperador fez o seguinte juramento: “Juro defender o vasto Império do Brasil” e “a liberal Constituição digna do Brasil e digna de seu Imortal Defensor como a pedem os votos dos verdadeiros amigos da pátria”<sup>61</sup>, palavras estas repetidas na cerimônia de abertura da Assembleia em 03 de maio de 1823.

Este juramento era contrário às ideias de soberania popular dos brasilienses à medida que foi adotada no Brasil a monarquia constitucional nos moldes da Europa da Restauração. Portanto, o Imperador se sobrepunha à Assembleia, pois se colocava como juiz e revisor da Constituição que estava para ser elaborada. Triunfava, pois, “o modelo do absolutismo ilustrado, em que a Constituição emanava da generosidade do soberano,

<sup>58</sup> NEVES, Lúcia Maria B. P. Op. cit., p. 403.

<sup>59</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Notas De que serve uma Constituição em papel? In: DOHLNIKOFF, Miriam (org.). Op. cit., p.122.

<sup>60</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Notas “Pro Domo”. Ibidem, p. 119.

<sup>61</sup> *O Espelho*, 03 de Dezembro de 1822.

que, pelo livre exercício de sua autoridade real, dela fazia concessão e outorga aos seus súditos”<sup>62</sup>.

Vantuil Pereira<sup>63</sup> faz um levantamento sobre a criação do sistema representativo, destacando os principais pensadores políticos que articularam este conceito e suas apropriações. Segundo Locke, à época das Revoluções Inglesas, as leis estabelecidas fundavam-se no Poder Legislativo, capaz de preservar a sociedade, pois alinhava tanto a tradição quanto a emergência das novas classes sociais. Após a derrota de Napoleão Bonaparte, porém, houve uma reformulação deste conceito de sistema representativo, empreendido, sobretudo, por Benjamin Constant. Segundo ele, os conceitos de representação e sistema constitucional representativo passaram a significar o auxílio que uma nação delega a certos indivíduos, aquilo que não quer ou não pode fazer por si mesma. Ainda segundo o autor, no Brasil, para algumas figuras como Frei Caneca, a vida política se iniciou com o funcionamento da Assembleia Constituinte e a fundação do sistema representativo. Opinião esta contrariada dentro do próprio âmbito da Assembleia que acreditava que mesmo antes desta ter sido admitida, a nação já havia proclamado D. Pedro seu Imperador e, portanto, havia iniciado sua vida política desde então.

A coroação de D. Pedro criou uma relação de proximidade entre as diversas províncias do Brasil e começou a forjar um sentimento de unidade entre elas. A Constituinte como consequência, iria formular os princípios de um pacto entre os membros da elite política e, para isso, deveria discutir assuntos como a divisão dos poderes e o papel de cada província no cenário nacional. Invariavelmente, esbarrou em questões bastante caras à época como escravidão e propriedade, além da incorporação dos direitos civis e políticos à extensa parcela da população que colocaram em evidência a dispersão de interesses materializados na Assembleia Constituinte. Segundo Vantuil Pereira, no aspecto geral “a Constituinte fortaleceu a efetivação da Independência do Brasil” e “possibilitou a reunião dos mais variados setores (...) pois se pretendeu disputar o controle político do Estado. Em ordem de prioridade, o primeiro elemento sobre o qual se devia discutir era a soberania”<sup>64</sup>.

Durante os meses em que a Assembleia Constituinte se estendeu, iniciou-se uma disputa entre os que defendiam o poder absoluto de D. Pedro, ligados ao Partido

---

<sup>62</sup> NEVES, Lúcia Maria B. P. Op. cit, p. 410.

<sup>63</sup> PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do Cidadão na Formação do Estado Imperial Brasileiro (1822/1831)*. São Paulo: Alameda, 2010.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 185.



Português, e aqueles que exigiam que o Imperador se submetesse ao Parlamento, ligados ao Partido Brasileiro. É importante ressaltar, porém, que, para Vantuil Pereira, estes partidos ou facções políticas, eram grupos que partilhavam uma visão de mundo bastante próxima e que não pretendiam romper com a ordem existente. Em sua maioria, defendiam a monarquia, mantendo-se a unidade territorial e a escravidão como elementos garantidores de seu modo de vida.

Segundo Emília Viotti da Costa, os homens que estavam presentes na Assembleia Constituinte – sacerdotes, funcionários públicos, profissionais liberais, fazendeiros, entre outros – “estavam unidos por laços de família, amizade ou patronagem a grupos ligados à agricultura e ao comércio de importação e exportação, ao tráfico de escravos e ao comércio interno”<sup>65</sup> e, por essa razão, organizaram a nação de acordo com os interesses desses grupos. A maioria dos participantes, porém, era inexperiente na prática legislativa já que poucos, como José Bonifácio, haviam participado também nas Cortes portuguesas. Desde o início dos seus trabalhos, as sessões foram bastante tumultuadas pelos choques entre moderados e radicais, divergentes quanto à forma de organização do Império e aos interesses defendidos.

Inspirados no liberalismo europeu, ajustado às suas próprias necessidades, estes homens adotaram a monarquia constitucional esperando conseguir unidade e estabilidade política. Para a autora, eles atribuíam a instabilidade dos demais países da América a forma republicana de governo e “desconfiavam tanto do absolutismo monárquico quanto dos levantes populares revolucionários – a exemplo do que ocorrera no Haiti – e estavam decididos a restringir o poder do Imperador e a manter o povo sob controle”<sup>66</sup>.

Apesar de esta ser uma instituição de elite, Vantuil Pereira destaca o papel dos pleitos populares já que, segundo o autor, o envio de petições ao Parlamento foi uma das principais formas de afirmação e participação do povo com suas demandas sociais. Os instrumentos constitucionais, portanto, “limitavam o exercício do voto [limitado para aqueles com renda inferior a 200 mil réis e excluído para aqueles que não eram considerados sequer cidadãos, como os escravos] mas não o da reivindicação dos direitos”<sup>67</sup>. Como resultado desta disputa, o primeiro projeto da Constituição brasileira – do qual Antônio Carlos de Andrada fora redator e autor principal – lido em setembro de 1823, ficou marcado por influência das constituições europeias, o que justificava a divisão

---

<sup>65</sup> COSTA, Emília Viotti da. Op. cit., p. 132.

<sup>66</sup> *Ibidem*.

<sup>67</sup> PEREIRA, Vantuil. Op. cit., p. 124.

dos três poderes: Executivo – poder exercido por D. Pedro e seus ministros de Estado; Legislativo – poder constituído pela Assembleia Constituinte e seus deputados e senadores; e o Judiciário – composto pelos juízes e tribunais.

“O projeto se compunha de duzentos e setenta e dois artigos, em que se consagravam todos os direitos do homem segundo a fórmula individualista-burguesa, todas as grandes reivindicações liberais do tempo, ajustadas à monarquia constitucional”<sup>68</sup>.

O projeto liberal, portanto, contava com o predomínio do poder Legislativo sobre o Executivo, o que contrariou profundamente a D. Pedro com seus ideais centralizadores e absolutistas. Ele “aceitava uma Constituição, mas não admitia converter-se em mero instrumento nas mãos dos representantes da Nação, como sucedera a D. João VI”<sup>69</sup>. Segundo Octávio Tarquínio de Sousa<sup>70</sup>, o maior agravante dessa situação seria a proposta da eliminação da sanção real, na qual a Câmara teria a prerrogativa de promulgar e aprovar as leis sem a aprovação do Imperador.

Como resposta à limitação de seus poderes, D. Pedro mostrou suas facetas mais autoritárias na madrugada de 12 de Novembro de 1823, em um episódio que ficou conhecido como a “noite da agonia”. Na ocasião, o Imperador usou de forças militares para cercar e, então, dissolver a Assembleia antes mesmo que esta pudesse concluir os debates e a deliberação sobre o projeto de Constituição que estava a elaborar. Além disso, mandou prender e deportar seus opositores, dentre os quais José Bonifácio e seus irmãos que foram mandados em exílio para Bordeaux, na França.

Por fim, D. Pedro nomeou um Conselho de Estado com pessoas de sua confiança, membros do Partido Português, para concluir a portas fechadas o trabalho iniciado pela Assembleia Constituinte. O resultado foi apresentado em 11 de Dezembro de 1823 e em 25 de Março de 1824 foi jurada a primeira Constituição do Império Brasileiro, de caráter liberal e sem submissão à nova Assembleia.

## **1.2 – História e memória de José Bonifácio**

Antes de adentrarmos no nosso objeto de pesquisa propriamente dito – a influência do exílio na produção de conhecimento de José Bonifácio – torna-se necessário neste capítulo, como já mencionamos anteriormente, lançar mão de alguns dados biográficos

<sup>68</sup> SOUSA, Otávio Tarquínio de. José Bonifácio. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1974. P. 197.

<sup>69</sup> NEVES, Lúcia Maria B. P. Op. cit., p. 411.

<sup>70</sup> SOUSA, Octávio Tarquínio de. A vida de D. Pedro I. Vol. 1. 3ª Ed. rev. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972 Apud PEREIRA, Vantuil. Op. cit., p. 170.

do personagem, a fim de obtermos um melhor conhecimento de sua trajetória e discutirmos sobre a bibliografia que contribui para a construção de sua imagem. Segundo Pierre Bourdieu:

Falar de história de vida é pelo menos pressupor – e isso não é pouco – que a vida é uma história e que [...] uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história<sup>71</sup>.

Segundo Francisco Almeida<sup>72</sup>, a escrita biográfica têm percorrido um caminho bastante oscilante no campo da historiografia. Enaltecida no passado, tornou-se uma escrita característica da história *magistra vitae*. Adiante neste capítulo, veremos como ela foi amplamente utilizada, ao longo do século XIX, como exemplo a ser seguido, contribuindo assim, para a construção de mitos nacionais durante o momento de escrita da história nacional oficial, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Na primeira metade do século XX, no entanto, a biografia viveu um momento de desprestígio – sobretudo com a Escola dos Annales – quando acreditou-se que sua metodologia não acompanhara o desenvolvimento das Ciências Sociais e das novas perspectivas historiográficas. Somente em fins do século passado, com obras de autores como Jacques Le Goff, Pierre Bourdieu e Geovanni Levi, é que ela ressurgiu como um importante campo histórico com diferentes questões de caráter teórico-metodológico a serem pensadas. Seus trabalhos nos servirão como inspiração neste sentido.

Ao empreender uma longa pesquisa em torno do rei Luís IX, canonizado São Luís, Le Goff<sup>73</sup> divide sua obra em três momentos. No primeiro, ele apresenta uma cronologia convencionalmente conhecida narrando a vida do personagem. No segundo, ele propõe um estudo sobre a memória perpetuada. Finalmente no terceiro, o autor trabalha com as principais características que circunscrevem a figura do personagem na história da França. A partir do conceito de lugar social, sua proposta metodológica visa não somente a história de um indivíduo e sua cronologia, mas também toda uma perspectiva de cunho social. O papel que o personagem biografado exerceu em seu tempo é contundente na própria estruturação da biografia. Segundo o autor, o indivíduo está inserido em um determinado tempo e possui uma função na sociedade. Assim, suas ações somente farão sentido em determinado contexto e seu pensamento e estruturação são partes intrínsecas

---

<sup>71</sup> BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.) *Usos e Abusos da História Oral*. RJ: FGV, 2006. p. 183.

<sup>72</sup> ALMEIDA, Francisco Alves de. A Biografia e o ofício do historiador. *Dimensões*, vol. 32, 2014, p. 292-313.

<sup>73</sup> GOFF, Jacques Le. Introdução. In: *São Luís: biografia*. São Paulo: Editora Record, 1999.

a ele. O indivíduo “constrói a si próprio e constrói sua época, tanto quanto é construído por ela”<sup>74</sup>

A contribuição de Pierre Bourdieu para este debate se dá pela sua concepção de que a trajetória do indivíduo varia no tempo e, portanto, é descontínua e fragmentada. Para o autor, por mais atrativa e sedutora que seja a ideia no senso comum, não existe uma sequência cronológica e lógica de acontecimentos na vida de uma pessoa, nem sequer uma linearidade que ligue e dê sentido e coesão aos acontecimentos. A construção dessa coesão pode ser realizada *a posteriori* pelo indivíduo – o pesquisador ou biógrafo – no momento que produz um relato oral ou a narrativa. Por isso, é fundamental ao historiador reconstruir o contexto, o local de ação do indivíduo biografado em sua pluralidade de tempo e espaço. Caso contrário, ele estaria reduzindo a vida do indivíduo a uma ilusão retórica. Para o autor:

Não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. Essa construção prévia também é a condição de qualquer avaliação rigorosa do que podemos chamar de superfície social<sup>75</sup>.

Assim, devemos precaver-nos contra a criação da chamada “ilusão biográfica”, situando claramente os agentes sociais em seu grupo social, procurando narrar e delinear a construção diacrônica da trajetória dos grupos nos diversos campos.

Contribuindo para esta discussão, Geovanni Levi<sup>76</sup> destaca que a trajetória de um indivíduo não nega a história social de um grupo. Existe pois, uma “relação permanente e recíproca entre biografia e contexto: a mudança é precisamente a soma infinita dessas inter-relações”<sup>77</sup>. Dar importância ao contexto significa, para o autor, levar em consideração as várias situações e cenários. Trata-se de não reduzir-se as condutas a comportamentos-tipos e, em segundo lugar, perceber que “as trajetórias individuais estão arraigadas em um contexto, mas não agem sobre ele, não o modificam”<sup>78</sup>.

José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu em 13 de junho de 1763 na vila de Santos, na capitania de São Paulo. Membro de uma família de oito irmãos, era filho de

---

<sup>74</sup> Ibidem, p. 23.

<sup>75</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. cit., p. 190.

<sup>76</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Op. cit. p.167-182.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 180.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 175.

José Ribeiro de Andrada e Maria Bárbara da Silva. Apesar de não possuir sangue nobre, sua família possuía a segunda maior fortuna da vila – que a esta altura estava em decadência devido à crise nas Minas Gerais –, além de certo prestígio social, pois segundo Berenice Cavalcante, seu pai ocupara uma série de cargos na administração colonial, tais como o de Fiscal da Intendência das Minas de Paranapanema, de Almoxarife da Fazenda Real, entre outros.

Durante a sua infância, Bonifácio concluiu os estudos primários ainda na vila de Santos e depois seguiu para São Paulo, onde possuía mais recursos e estudou em um Seminário Diocesano. Como na colônia ainda não existiam universidades em 1783, aos vinte anos de idade, José Bonifácio seguiu para Europa, para estudar na Universidade de Coimbra. Desta viagem, só retornaria ao Brasil trinta e seis anos depois, trazendo na bagagem uma vasta experiência oriunda de seus estudos científicos e da atuação político-administrativa no Estado Português.

Em Coimbra, José Bonifácio encontrou uma universidade recém reformada pelo Marquês de Pombal – marcada, sobretudo, pela influência da luzes. Nela, matriculou-se primeiramente no curso de Estudos Jurídicos, e mais tarde, nos cursos de Matemática e Filosofia Natural. Neste período, leu autores como Rousseau, Montesquieu, [Locke](#), [Virgílio](#), Newton, Tito Lívio, [Horácio](#) e [Camões](#), que o influenciaram em suas ideias e que, por vezes, eram citados em seus poemas de jovem estudante, marcados pelas promessas da independência recém-proclamada dos [Estados Unidos](#) e pelos questionamentos ao que conhecera como “monstro horrendo do despotismo”<sup>79</sup>

Recém-formado, publicou seus primeiros trabalhos científicos e passou a ganhar certa notoriedade neste campo, sobretudo na Mineralogia. Por intermédio do amigo Duque de Lafões, tornou-se membro da Academia de Ciências de Lisboa e devido ao auge vivenciado pela exploração de minas através do crescimento das necessidades ligadas à Revolução Industrial, em 1790 foi comissionado a empreender uma excursão científica pela Europa, às custas do governo Português.

Ao longo desta viagem, que durou cerca de dez anos, conheceu diversos países, como França, Alemanha, Áustria, Itália, Suécia, Noruega e Dinamarca. Com isso, pôde vivenciar diferentes experiências e acontecimentos políticos desses países, como por exemplo, a fase inicial da Revolução Francesa, já que viveu em Paris entre os anos de 1790 e 1791. Além disso, pode dar continuidade aos seus estudos e frequentar importantes

---

<sup>79</sup> Título dado a um de seus poemas, escrito por José Bonifácio na década de 1870.

centros de estudos na Europa, o que lhe permitiu, segundo Otávio Tarquínio de Sousa, notar certo atraso na Universidade de Coimbra.

Ao fim desta longa excursão, já qualificado como um mineralogista de renome internacional, retornou para Portugal no ano de 1800, a fim de dar continuidade às suas atividades científicas – o que não seria viável no Brasil ainda sem universidades. A partir deste momento, Otávio Tarquínio de Sousa<sup>80</sup> enumera uma série de cargos que Bonifácio ocupara em Portugal, como: a cátedra de metalurgia, criada especialmente para ele na Universidade de Coimbra; a nomeação como intendente-geral das Minas e Metais do Reino; membro do Tribunal de Minas; a direção das Casas da Moeda, Minas e Bosques de todos os domínios portugueses; e ainda a do Real Laboratório da [Casa da Moeda](#) de [Lisboa](#). Posteriormente, ele ainda teria ocupado os cargos de superintendente das Obras de Reflorestamento nos areais das costas marítimas; desembargador da Relação e Casa do Porto; superintendente do Rio Mondego e Obras Públicas de Coimbra; diretor das obras de encanamento e serviços hidráulicos; e provedor da Finta de Magalhães. Por fim, cabe destacar que José Bonifácio também lutou pela defesa do território português no contexto da primeira ocupação francesa, liderada pelo general Junot em 1807. Junto a Fernando Fragoso Saraiva de Vasconcelos, ele organizou e comandou as forças do Batalhão Acadêmico, a chamada milícia universitária de defesa.

Para alguns de seus principais biógrafos, este número bastante expressivo de ocupações e cargos frente ao governo português, teria sido fruto da proteção e indicação do amigo D. Rodrigo de Souza Coutinho – o Conde de Linhares – então ministro de D. João VI. Tais obrigações, fizeram com que Bonifácio tivesse que permanecer tantos anos em Portugal, o que por vezes contrariou a sua própria vontade, conforme declara em 1806:

Estou doente, aflito e cansado e não posso com tantos dissabores e desleixos. Logo que acabe meu tempo em Coimbra e obtenha a minha jubilação, vou deitar-me aos pés de S.A.R. para que me deixe acabar o resto dos meus cansados dias nos sertões do Brasil, a cultivar o que é meu<sup>81</sup>.

Segundo Otávio Tarquínio de Sousa, entre os anos de 1806 e 1819, o personagem em questão viveu um dos maiores dramas de sua vida com as dificuldades enfrentadas para exercer tantos cargos diante do desleixo da administração pública, da burocracia e da falta de verbas do governo português, situação esta que se agravou ainda mais com a partida da família real para o Brasil, em 1808. Para o autor, o desejo de José Bonifácio

---

<sup>80</sup> SOUSA, Otávio Tarquínio de. *José Bonifácio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945, p. 48 (Col. Documentos Brasileiros).

<sup>81</sup> Carta enviada ao Conde de Linhares em 1806.

durante este período, era o de retornar ao seu país de origem para, a partir da sua experiência, poder aplicar ali os seus projetos.

Ao analisar o discurso de despedida de José Bonifácio na Academia das Ciências em 24 de Junho de 1819, Sousa destaca suas intenções:

Frisava aí José Bonifácio o seu apreço pela continuidade cultural e afetiva dos dois países, o do seu nascimento e o que vivera tão largos anos; dava um como continuação do outro, mas ambos, o novo e o antigo, no mesmo pé de igualdade<sup>82</sup>.

Após pedir sua aposentadoria em uma carta enviada a D. João VI, José Bonifácio finalmente obteve sua licença com vencimentos para retornar ao Brasil em 1819, já aos cinquenta e seis anos de idade. Apesar de seu país ter se tornado Reino Unido e sede da Monarquia – ao invés da colônia que deixara para trás há mais de trinta anos – Bonifácio ainda encontrou nele algumas características que persistiam, como a escravidão e o latifúndio. Questões estas que o incomodavam e que viria a combater nos anos seguintes.

Atento às mudanças do Brasil, Bonifácio elaborou uma série de propostas – de caráter liberal conservador<sup>83</sup> - que tinham como pautas questões sociais (como a “civilização” dos índios e a emancipação dos escravos); questões políticas (como a discussão sobre qual deveria ser a forma de governo adotada); questões econômicas; e outras referidas à reforma agrária. Apesar de tais ideias falarem em benefício da elite – da qual fazia parte – esta, segundo Miriam Dolhnikoff<sup>84</sup>, não estava disposta a pagar o preço da modernidade que supostamente a beneficiaria.

Ao chegar ao Brasil, se instalou primeiramente em Santos e dedicou-se a uma viagem mineralógica pelo interior da província de São Paulo. Ainda em 1820, iniciou sua carreira política no Brasil, quando foi nomeado conselheiro de D. João VI. No ano seguinte, em virtude das transformações ocorridas com a Revolução do Porto, passou a ocupar o cargo de vice-presidente da Província de São Paulo.

No ano de 1822, após chefiar a delegação paulista que entregou a D. Pedro uma representação do Governo de São Paulo apoiando o príncipe e o instigando a desobedecer

---

<sup>82</sup> SOUSA, Otávio Tarquinio de. Op. cit, p. 63.

<sup>83</sup> Característica marcante do pensamento político e econômico brasileiro do século XIX, ao importar o ideal liberal e adaptá-lo aos interesses dos grupos dominantes. Segundo Gizlene Neder, especialmente no caso Brasileiro, a penetração do ideário liberal esteve vinculada, num sentido amplo, aos interesses da classe dos proprietários rurais, e dos grupos vinculados a ela, que ajustaram-no segundo suas conveniências. Nesse sentido, o discurso de Bonifácio assumia um aspecto nitidamente conservador, admitindo, por exemplo, a abolição da escravidão num futuro remoto, advertindo no entanto, sobre os perigos da anarquia social. Ver: NEDER, Gizlene. *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Achiamé Ltda, 1979.

<sup>84</sup> DOLHNIKOFF, Miriam (org.). Introdução. In: *Projetos para o Brasil...* Op. cit.

às ordens das Cortes Portuguesas e permanecer no Brasil, foi nomeado Ministro do Reino e Negócios Estrangeiros. A partir deste momento, José Bonifácio fixou residência no Rio de Janeiro e participou diretamente do processo de independência brasileiro, exercendo forte influência sobre a figura de D. Pedro, como vimos no início deste capítulo. Após o fechamento da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823, José Bonifácio seguiu em exílio para a França, acompanhado da sua esposa, dos seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco, além de outros doze deputados.

Exilado e com problemas financeiros, José Bonifácio morou em cidades como Bourdeus, Talence e Cauderan, entre os anos de 1824 e 1829. Neste período investiu nos estudos e na poesia, a qual se dedicara durante sua formação acadêmica, mas que deixara para trás no contexto da independência brasileira, quando dedicou-se, sobretudo, às suas funções políticas. Como veremos nos capítulos seguintes, esta fase de sua vida tornou-se um momento de autorreflexão, fortemente marcado pelo ressentimento e pela frustração por não sentir-se reconhecido e por ver grande parte dos seus projetos falharem, tanto no âmbito político, quanto no social. É marcada também pelo saudosismo e pela vontade de terminar os seus últimos dias no Brasil. Afinal, a esta altura, ele já era um homem de idade mais avançada.

Após obter permissão para regressar ao Brasil, Bonifácio embarcou em um navio rumo ao Rio de Janeiro em julho 1829, perdendo nesta viagem a sua esposa, Narcisa Emília O'Leary. A situação que encontrou no país era pouco promissora, pois o governo de D. Pedro I passava por um momento de instabilidade não apenas política, mas também social – sofrendo forte oposição e sem autoridade e força política para manter-se no poder.

Com a [abdicação](#) de D. Pedro I, em abril de 1831, José Bonifácio foi por ele nomeado [tutor](#) de seus filhos. Cargo este que não ocupou por muito tempo, pois fora acusado de conspiração republicana e foi dele destituído através de um decreto do então Ministro da Justiça, Aureliano Coutinho, em dezembro de 1833. Apesar de absolvido dois anos depois, nunca retomara o cargo, afastando-se definitivamente da vida política. Viveu os seus últimos anos na Ilha de Paquetá, no Rio de Janeiro, e morreu no ano de 1838, aos setenta e cinco anos de idade, na cidade de Niterói.

Ao resumir a sua trajetória e atuação política, Berenice Cavalcante destaca:

Essa carreira de altos e baixos, em que se alternavam momentos de projeção e de desprestígio em razão de suas atitudes, das ideias que defendeu e dos projetos que propôs, é um traço marcante de sua biografia. José Bonifácio desempenhou importantes funções, tanto no governo metropolitano quanto na ex-colônia, desfrutando trânsito peculiar entre membros das camadas altas das duas sociedades, privando do convívio de personagens influentes na esfera do



poder, usufruindo de grande prestígio na corte portuguesa, não sendo nobre de sangue nem mesmo português de nascimento, tendo alcançado estes postos em razão da sua formação ‘ilustrada’<sup>85</sup>.

Reiterando esta posição, Miriam Dolnikhoff destaca que em sua breve carreira política, entre junho de 1821 – quando foi nomeado vice-presidente da Junta Provisória de São Paulo – e novembro de 1823 – quando ocorreu a dissolução da Assembleia Constituinte, José Bonifácio foi um dos principais articuladores do processo da independência brasileira, da construção de um Estado Nacional e da conquista de um Império Brasílico. Sua derrota teria se dado em razão da sua “inacreditável capacidade de colecionar inimigos”<sup>86</sup>. Ao falar aos grupos dominantes, Bonifácio só poderia ter sido bem sucedido se tivesse a adesão destes, o que não ocorreu, já que segundo a autora “suas ideias não expressavam os interesses imediatos da elite emergente”<sup>87</sup>.

Unidade, centralização e monarquia, em plena América fervilhante de ideias federalistas e republicanas: estas foram conquistas da elite que se afirmava com a Independência, no interior da qual Bonifácio desempenhou um efêmero, mas importante papel de liderança. Entretanto, é como derrotado que escreve no exílio. Seu projeto de nação e as reformas defendidas como único meio de construir na América um país moderno e civilizado não haviam se concretizado<sup>88</sup>.

Nas palavras de Dolnikhoff, José Bonifácio foi um “ousado pensador reformista”<sup>89</sup> ao escrever sobre os mais diversos temas de interesse do Brasil da sua época. No entanto, permaneceu praticamente desconhecido, obscurecido pela pobre imagem oficial do “Patriarca da Independência”. Imagem esta que apesar de apagar sua atuação no campo da produção de conhecimento, conseguiu dar destaque a sua atuação política no contexto do surgimento da nação.

Devido à relevância histórica do personagem, sobretudo em relação à sua atuação como o “patriarca da independência”, não faltaram obras a seu respeito desde o século XIX, com diferentes leituras e que, portanto, geraram uma série de disputas e conflitos na historiografia brasileira. Ao lidarmos com esta bibliografia tão vasta, devemos levar em consideração a afirmação de Levi sobre a importância dos “elementos contraditórios que constituem a identidade de um indivíduo e das diferentes representações que dele se possa ter conforme os pontos de vista e as épocas”<sup>90</sup>.

<sup>85</sup> CAVALCANTE, Berenice. Op. cit, p. 18.

<sup>86</sup> DOLHNIKOFF, Mirian (org.). Introdução. In: *Projetos para o Brasil...* Op. cit., p. 5.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p.7.

<sup>90</sup> LEVI, Giovanni. Op. cit., p. 171.

Os documentos deixaram dele [José Bonifácio] imagens contraditórias, versões apaixonadas que se fixaram nos discursos do Parlamento, nos jornais e panfletos, nas memórias e cartas dos testemunhos, na sua própria correspondência e notas pessoais, versões mais ou menos subjetivas e lendárias que perpetuaram a sua figura na história<sup>91</sup>.

As obras existentes ressaltam os mais diferentes perfis de José Bonifácio: o cientista, o poeta, o pensador, o administrador e o político, sendo este considerado, na maior parte da vezes, o seu maior papel.

Vale ressaltar, que para emprendermos uma discussão em torno dessa memória construída sobre José Bonifácio, antes é preciso fazer uma breve análise sobre a relação entre memória e identidade social. Nesse sentido, o trabalho de Michel Pollak<sup>92</sup> nos traz importantes contribuições. Ao estudar sobre a memória produzida em torno das duas grandes guerras e a disputa de memória que existe em torno delas, o autor propõe que estudar a memória é um exercício bastante denso e complexo, que deve abarcar não somente a análise dos conteúdos e das representações produzidas por essa memória, mas também os discursos – ou a falta deles – dos grupos que as desenvolvem. Com isso, torna-se importante um olhar interdisciplinar, unindo concepções sociológicas e conceitos estudados pela história e pela psicologia, sobretudo a psicanálise.

Ao analisar a memória coletiva, Pollak destaca que as disputas de memória, de espaço e de reconhecimento – termo este dotado de bastante significado no estudo de José Bonifácio e que será melhor empreendido no terceiro capítulo – são muito fortes e capazes de alterar os caracteres sociais de um grupo. Ainda segundo o autor, a memória é um fator constituinte da identidade cultural de uma determinada região, servindo como um traço de identificação. Tal perspectiva, justifica o seu caráter seletivo, como um elemento que escolhe aquilo que deve ser lembrado e valorizado e o que deve ser legado ao esquecimento. Nesse sentido, na disputa de valores entre memória e identidade, ambas podem se favorecer – uma corroborando a outra – ou se confrontar – podendo ser opostas. Para Pollak:

Se é possível um confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isto mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos<sup>93</sup>.

---

<sup>91</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República...* Op. cit., p. 95.

<sup>92</sup> POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: *Revista Estudos Históricos*. V. 5, n. 12. 1992. pp. 200 – 212.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 205.

Cabe acrescentar a este debate, as contribuições de Maurice Halbwachs<sup>94</sup> que destaca que nossas memórias são as do grupos sociais a que pertencemos e a maneira como o indivíduo vê o seu próprio passado depende de como ele é construído pelos outros. Nesse sentido, o homem é tido como um ser social que se fortalece e se sustenta a partir dos grupos, ao se sentir incluído neles. Para o autor, ao longo de sua história o sujeito agrega elementos a sua memória – desde a sua infância, somando-se os muitos grupos sociais com os quais conviveu. Na medida em que circula por esses diferentes grupos e experiências coletivas, sua memória pode se modificar ou se reafirmar. Do contrário, ao separar-se deles, o sujeito deixa de fazer parte do todo. Nesse sentido, segundo Halbwachs, o particular tem uma relação intrínseca com o coletivo, pois a memória que construímos é, na verdade, fruto das nossas múltiplas experiências. Tal perspectiva, no entanto, deve ser analisada com certa cautela, a fim de não esvaziar as particularidades e homogeneizar a memória.

Toda essa discussão em torno da disputa de construção da memória individual ou coletiva, se mostrará ainda mais relevante e merecerá ser retomada no terceiro capítulo deste trabalho, quando analisarmos o esforço de José Bonifácio, já no exílio, para (re)construir a sua própria imagem diante daquela que deixara no seu país de origem. Uma importante obra que nos auxiliará na análise da memória construída em torno deste personagem é a de Emília Viotti da Costa que, ao propor um estudo das imagens de José Bonifácio traçadas ao longo do tempo, faz uma “história da história de José Bonifácio, visando à compreensão de como se estruturou a imagem do herói nacional”<sup>95</sup>. Segundo a autora:

Cerca de século e meio nos separa dos acontecimentos e uma vasta bibliografia surgiu em torno do assunto. Na bibliografia andradina há desde panegíricos até panfletos escritos com o fito de desmoralizá-lo, composições laudatórias e libelos infamantes, discursos comemorativos, elogios históricos e sólidos estudos fartamente documentados. Visando uns à análise do processo da Independência, visando outros ao estudo biográfico de José Bonifácio, os historiadores têm descrito os acontecimentos segundo versões nem sempre coincidentes, às vezes contraditórias. A imagem de José Bonifácio apresenta-se sob múltiplas faces. A versão andradina, no entanto, parece resistir a todos os impactos, prevalecendo na maioria das publicações o tom louvaminhas<sup>96</sup>.

A partir deste estudo, a autora destaca que a imagem de José Bonifácio, assim como a de seus irmãos, vêm sendo construída desde o século XIX, através das disputas

---

<sup>94</sup> HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In: *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003. pp. 29-70.

<sup>95</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República*. Op. cit, p. 62.

<sup>96</sup> Ibidem.

políticas do período da independência entre os já mencionados grupos coimbrão e brasileiro. Segundo Emília Viotti, ambos os grupos ajudaram a construir a imagem de José Bonifácio desde a época, sobretudo através da distribuição de folhetos e dos periódicos que os representavam.

Para a autora, esta imagem, pode ser dividida entre a corrente denominada “Andradina”, a qual defende e valoriza a participação dos irmãos Andradas nos acontecimentos políticos de sua época, bem como faz a sua defesa em meio às acusações dos opositores; e a “Antiandradina”, que minimiza sua participação política, imputando o mérito da independência muito mais à figura de D. Pedro e levantando uma série de acusações quanto à arbitrariedade de José Bonifácio, acusando-o de déspota e pouco patriota, já que a princípio ele foi contrário à Assembleia Constituinte. Para a autora, porém, foi a primeira versão que prevaleceu na historiografia brasileira.

Ao mencionar a tradição romântico-nacionalista da historiografia brasileira do século XIX, a autora ressalta a história dos grandes homens, empreendida pelos historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da fase das biografias e dos necrológicos. Para Viotti da Costa, tal perspectiva é marcada por um estilo entusiástico e apaixonado, próximo do nacionalismo de Michelet:

Mais do que o próprio D. Pedro, visto sempre como um português, José Bonifácio, este sim brasileiro, representaria a luta em prol da Independência. Esquecia-se toda a sua formação europeia, para ver nele apenas o brasileiro, que só este interessava aos que estavam empenhados em escrever uma história nacionalista. Homem “ilustre”, conhecido mais pelos seus atos políticos do que pelo seu programa social e econômico, ou pela sua política internacional, José Bonifácio aparecia como herói aos olhos dos historiadores preocupados com as efemérides nacionais e os estudos biográficos que fornecessem modelos de virtudes e relatassem feitos gloriosos e patrióticos, de uma galeria de homens ilustres<sup>97</sup>.

Segundo Maria da Glória Oliveir<sup>98</sup>, no Brasil do século XIX, a biografia servia para corroborar com a construção dos heróis nacionais, à medida que a história era vista como um exemplo a ser seguido e ensinado – em um sentido político e pragmático – e como um prognóstico para o futuro da nação. Para tal, o IHGB, através dos usos da memória, buscou construir a identidade e a unidade nacional, bem como legitimar as ações desses personagens e dos acontecimentos históricos em que estiveram envolvidos.

---

<sup>97</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Ibidem.*, p. 114.

<sup>98</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. Biografia, memória experiência da História. In: *Escrever vidas, narrar a História. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 137-169.

Legitimação esta que acreditava-se ser dada através de seu caráter de cientificidade, ao utilizar apenas fontes oficiais.

Com isso, os personagens a serem biografados, eram escolhidos de acordo com os interesses do próprio Estado, devendo ser considerados úteis e dignos para ele, e ter participado de momentos decisivos na história da nação. Tal perspectiva seguia a ideia do “fazer justiça” de Michelet, e portanto, servia para dar aos indivíduos o seu devido – e merecido – lugar na história. Perfil este que certamente se encaixou aos estudos de José Bonifácio no período. Não por acaso, diversas obras a seu respeito foram encomendadas ou financiadas por órgãos públicos ao longo dos anos, como a obra comemorativa do primeiro centenário da independência, encomendada pela Câmara Municipal de Santos à Alberto de Sousa, seu livro de poesias, encomendado pelo Ministério da Educação em 1946, sua obra política organizada por Octaciano Nogueira e publicada pelo Senado Federal em 1973, entre outros.

Como ressalta Emilia Viotti da Costa, embora submetida a algumas críticas – como a de Adolfo de Varnhagem – a “lenda” de José Bonifácio resistiu ao longo dos anos entre os historiadores:

A versão andradina continuaria a vicejar alimentada pelo patriotismo nacionalista, pelo culto positivista dos heróis e, mais tarde, já no século XX, pelo regionalismo paulista<sup>99</sup>.  
 (...) Valorizado pelos abolicionistas por seu programa emancipador, pelos progressistas por suas avançadas ideias econômicas e sociais, e pelos conservadores por suas ideias políticas conservadoras, José Bonifácio ganharia prestígio nos primeiros anos da República<sup>100</sup>.

Segundo a autora, desde a independência até os anos de 1930, a historiografia brasileira apenas retocou a imagem tradicional de José Bonifácio. Foi somente com a obra de Otávio Tarquínio de Sousa que teria surgido uma imagem mais humana e íntima do personagem. Para Costa:

Todo homem tem uma dimensão pessoal e uma dimensão histórica, as duas justapõem-se, confundem-se nos seus limites. Embora como homem, como ser social, seja necessariamente representante da sociedade em que vive, à qual está vinculado, existe sempre no seu âmago uma ‘zona de maior hermetismo’<sup>101</sup>.

Tarquínio de Sousa foi um autor da primeira metade do século XX, responsável por biografar diversos dirigentes políticos do processo de construção do Estado Nacional – entre os anos do Primeiro Reinado e as Regências –, dentre os quais José Bonifácio, e

---

<sup>99</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a República*. Op. cit., p. 116.

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 118.

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 120.

reuni-los na coleção *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Ainda hoje esta é considerada uma das biografias mais completas do personagem, ao levar em conta sua vida além da dimensão política e utilizar amplamente a sua documentação pessoal.

Segundo Márcia Gonçalves, Octávio Tarquínio procurava demonstrar o quanto os homens somente se configuravam enquanto sujeitos por intermédio da história, entendida como vivência social e cultural, circunscrita a uma duração. Para a autora:

Entre o final da década de 1920 e a de 1950, com destaque para os anos trinta e os anos quarenta, intelectuais empenhados na renovação da literatura e da história nacional, dispostos a circunscrever o campo dos Estudos Brasileiros, compreenderam a renovação da biografia como mais um aspecto necessário entre as estratégias de atualizar análises sobre a realidade nacional (...) alguns letrados brasileiros acharam que vultos eminentes da história política e da produção literária brasileira poderiam ter suas vidas apresentadas como trajetórias de homens de carne e osso, a sofrer todas as mazelas da condição humana – criadores e criaturas de experiências e enredos históricos<sup>102</sup>.

Apesar de elogiar o seu trabalho, Emília Viotti da Costa destaca as limitações do seu método psicológico e biográfico – bastante característico das biografias modernas. Ao revisitar o passado com os olhos do biografado, a autora acredita que Sousa informou pouco sobre os acontecimentos históricos da independência brasileira, com imagens bastante fragmentadas e subjetivas. Cabe-nos ressaltar que a obra de Otavio Tarquínio de Sousa não escapou ao forte posicionamento do autor, que ao longo de todo o trabalho teceu elogios e exaltou as qualidades do personagem, chegando a usar termos como: “homem singular” e “trindade dos Andradas”.

Além da distinção entre as correntes Andradina e Antiandradina apresentadas até o momento, Emília Viotti da Costa faz ainda a menção a uma terceira, construída posteriormente pela historiografia brasileira. Esta é nomeada versão “revolucionária” e, no geral, possui um cunho mais marxista. Nesse sentido, a autora destaca trabalhos como o de Caio Prado Junior que critica a história oficial feita a partir dos grandes personagens, admitindo não ser possível entender a participação dos indivíduos no processo histórico sem uma análise do contexto estrutural da época por eles vivida. A partir dela, a ação pessoal dos líderes da independência, passou a se subordinar à análise do processo como um todo, com suas contradições e seus grupos. Nesse sentido, José Bonifácio surge como “um representante, no governo, de sua classe e partido, a desempenhar importante papel

---

<sup>102</sup> GONÇALVES, Marcia de Almeida. Narrativa biográfica e escrita da história: Octávio Tarquínio de Sousa e seu tempo. In: *Revista de História*, 150 (1º - 2004), p. 145.

no movimento da Independência, que é visto como um conflito intenso e prolongado de classes e grupos sociais”<sup>103</sup>.

Esta tendência de preocupar-se mais com o processo em sua totalidade e não com os homens em isolado aflorou-se ainda mais com autores como Nelson Werneck Sodré, e contribuiu para que personagens como José Bonifácio fossem “deixados na sombra do passado”<sup>104</sup>. Segundo Emilia Viotti:

A partir da análise estrutural, os dados de opinião adquirem novo sentido, quando confrontados com a constituição real daquilo sobre o que versam as opiniões. A história de José Bonifácio deixa de ser a história de José Bonifácio visto por si mesmo e por seus contemporâneos para ser a história de sua participação objetiva no processo de emancipação política do país. As novas diretrizes metodológicas propõem uma mudança na direção da pesquisa: a história não é mais escrita a partir apenas do que os homens pensam, mas do sentido que seus pensamentos e atos assumem dentro do processo, examinadas as condições de possibilidade objetivas de seus ideais e de sua atuação. A partir da nova perspectiva pode-se esperar que, despersonalizando-se o estudo do movimento da Independência, possa o historiador libertar-se do peso das versões apaixonadas e míticas que têm dificultado o conhecimento do período. O risco que a nova orientação oferece está em considerar o processo como algo mecânico, automático, que tem sua lógica própria, independente da ação humana, esquecendo que a história é sempre dos homens; não do homem abstrato, genérico, mas do homem concreto, historicamente determinado e historicamente determinante<sup>105</sup>.

Em suma, a imagem do “Patriarca da Independência”, construída ainda no contexto das lutas políticas no período da Independência brasileira, perpetuou-se na história e historiografia brasileira. O caráter contraditório de seus projetos, politicamente conservadores – porém, avançados em termos econômico e social –, possibilitou a sobrevivência da imagem de José Bonifácio como um herói nacional, à medida que na sociedade brasileira:

(...) sobreviveram o liberalismo antidemocrático, a desconfiança em relação às soluções revolucionárias, a preferência pelas fórmulas reformistas e gradualistas, o ideal de integração nacional, e, ao mesmo tempo que o processo de modernização do país, os avanços do capitalismo vieram dar razão ao seu programa em favor do trabalho livre, da mecanização da lavoura, suas críticas ao latifúndio improdutivo, suas ideias em favor de uma Confederação Americana<sup>106</sup>.

Emilia Viotti ainda diz:

José Bonifácio representando os anseios de emancipação do jugo colonial continua a ser reverenciado pela sociedade como símbolo dos esforços pela consecução desse ideal; como tal, sua imagem permanece intacta enquanto perdurem as ideias de nacionalismo, autonomia e integração nacional<sup>107</sup>.

---

<sup>103</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a República...* Op. cit., p. 126.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 127.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 128.

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 129.

<sup>107</sup> *Ibidem*.

Com isso, podemos concluir que as obras produzidas em torno do personagem, desde o século XIX e início do século XX, como as de Barão Homem de Melo, Alberto Rangel e Otávio Tarquínio de Sousa – fortemente marcadas pela “heroicização” e pela supervalorização de suas particularidades ou pioneirismos – e as mais recentes, produzidas na virada do século, como as de Miriam Dolhnikoff, Emília Viotti da Costa e Berenice Cavalcante – marcadas por certa desmistificação deste herói e pelo seu olhar como um reflexo daquilo que viveu no seu coletivo, considerando-o fruto da sociedade de seu tempo e das suas redes de sociabilidade – no geral, corroboraram para esta visão positiva de José Bonifácio. No entanto, ao priorizarem suas ações políticas no contexto da independência brasileira, por vezes, diminuíram ou até mesmo relegaram ao esquecimento o período do seu exílio.

Findadas as devidas contextualizações e apresentações, nos próximos capítulos iremos nos aprofundar neste recorte cronológico: o exílio de José Bonifácio, entre os anos de 1824 e 1829. Período este que acreditamos ser de grande relevância para o estudo do personagem, à medida que pretendemos preencher uma lacuna e complementar esta série de estudos apresentada na revisão bibliográfica, já que, em geral, os autores pouco se dedicam ao tema. Além disso, cabe-nos ainda destacar o olhar mais subjetivo sobre o personagem, buscando pensar – e não justificar – seus conflitos internos e escolhas individuais.

A partir das concepções apresentadas na coletânea *Memória e (Res)sentimento* de Stella Bresciani e Marcia Naxara, consideraremos o quanto a experiência do exílio pode carregar em si um lado negativo e outro positivo em termos de produção de conhecimento. Em seu texto inicial, Pierre Ansart alinha história, memória e ressentimento, convidando os historiadores a discutirem a história, especialmente a política, levando em consideração os vários aspectos “das relações entre os afetos e o político, entre os sujeitos individuais em suas afetividades e as práticas sociais e políticas”<sup>108</sup>. O significado de ressentimento adotado por esse historiador é aquele referente ao sentido mais negativo da palavra, relacionado à mágoa, à dor e ao pesar: “Uma dor do passado que dá sentido político a construção voluntária de memórias, ou de seu próprio esquecimento, para a efetivação de demandas sociais e constituições de subjetividades”<sup>109</sup>.

---

<sup>108</sup> ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res) sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001. p. 15.

<sup>109</sup> *Ibidem*, p.17.



Por outro lado, destacamos que, além deste lado negativo, o ressentimento também possui um lado positivo, aquele que gera produção de conhecimento e análises políticas, como ressaltou Marion de Magalhães na mesma coletânea. Ao citar os estudos de Hannah Arendt sobre a exclusão social do povo judeu, a autora destaca exemplos deste tipo de produção intelectual:

Enquanto o parvenu (ou o arrivista) nega-se totalmente, transformando-se em um dos outros da cultura dominante, apagando a diferença e assimilando-se, o pária (ou o judeu rebelde) é um outsider, que não nega ou apaga suas diferenças, mas as mantém conscientemente, transformando sua fraqueza e marginalidade em fonte de força e desafio. [...] Atitude que supera a raiva, autovitimização ou o próprio ressentimento, deslocando-se inconscientemente para outros objetos<sup>110</sup>.

Tal proposta irá nortear a nossa divisão de capítulos daqui em diante. No segundo capítulo, iremos considerar o lado positivo do exílio ao discutir as suas implicações na trajetória e, sobretudo, na obra de José Bonifácio, estimulando-a e tornando-a mais autônoma. Com isso, buscaremos analisar o que ele pensou ao acompanhar os acontecimentos do Brasil à distância, bem como o que ele produziu em torno disso. Pretendemos ainda mapear as suas redes de sociabilidade no período – a partir dos personagens com os quais se correspondeu e suas influências intelectuais – através das referências aos autores lidos durante o exílio. Finalmente, no terceiro capítulo, iremos considerar o lado negativo do exílio, através do mapeamento da mudança no tom do seu discurso, fortemente marcado pelo ressentimento, pela tentativa de reconstruir a sua própria imagem colocando-se como vítima e pela justificativa dos seus atos políticos no contexto da independência. Tal discussão trará a este trabalho um caráter mais subjetivo, transpassado pelas influências dos seus afetos.

Para isso, utilizaremos, sobretudo, dois conjuntos de fontes. O primeiro trata-se da coletânea de textos escritos por José Bonifácio de Andrada e Silva ao longo de sua carreira, reunidos por Miriam Dolhnikoff no livro *Projetos para o Brasil*. Com caráter bastante diversificado – em textos divulgados ao grande público, como publicações em jornais ou apontamentos para a Assembleia Constituinte e textos de caráter mais restrito, como cartas e anotações pessoais (*pro domo*) –, eles nos permitem traçar um paralelo dos principais assuntos de interesse do personagem ao longo dos anos, bem como mapear suas mudanças e rupturas. Já o segundo trata-se de uma coletânea de correspondências escritas por José Bonifácio e seus irmãos durante o exílio ao amigo Antônio de Menezes

---

<sup>110</sup> MAGALHÃES, Marion B. de. O ressentimento do exílio: a estética da perda em Alfred Doblin. In: *Ibidem*, p. 492.

Vasconcelos Drummond<sup>111</sup>. Elas estão reunidas na coleção *Cartas Andradinas* – publicada nos anais da Biblioteca Nacional em 1890 – e compõem o nosso principal conjunto de fontes para este trabalho em razão da sua riqueza e possibilidades interpretativas, informando-nos sobre seu estado de espírito, suas leituras, produções e sobre sua preocupação em acompanhar, mesmo de longe, os acontecimentos políticos do Brasil pós-independência.

---

<sup>111</sup> Enquanto político, Menezes Drummond atuou nas províncias de Pernambuco e Bahia durante o período da independência. Alinhado aos Andradas, foi um dos fundadores e redator do periódico *O Tamoyo*. Após o fechamento da Assembleia Constituinte, fugiu do país e instalou-se na França, de onde manteve correspondências com os irmãos Andradas.

## **2- EXÍLIO E ANÁLISE DE CONJUNTURA SOCIAL: O OLHAR DE FORA**

### **2.1 – Da dissolução da Constituinte ao refúgio em Talence: O trajeto de José Bonifácio rumo ao Exílio.**

Como vimos no capítulo anterior, a primeira Assembleia Constituinte Brasileira fora dissolvida antes mesmo que pudesse concluir os debates e deliberações sobre o projeto de Constituição que estavam a elaborar há meses. Tal projeto – lido e assinado pelos sete membros da comissão em 1º de setembro de 1823 - fora redigido por Antônio Carlos, que assim como seu irmão, Martim Francisco, participou ativamente das reuniões da Assembleia, discursando diariamente.

Enquanto, José Bonifácio apesar de desempenhar um importante papel durante os dois primeiros meses da Assembleia, quando foi vice-presidente e presidente, respectivamente – teve como principal papel durante o período em que foi Ministro de Estado dos Negócios do Império o de interlocutor entre as resoluções da Assembleia e o Imperador. Já nos meses em que se seguiram, manteve-se afastado das sessões parlamentares na maior parte do tempo, faltando seja por motivos de saúde ou, segundo Otávio Tarquínio de Sousa, para evitar contrariedades.

Para o autor, as contribuições pessoais de José Bonifácio ao projeto, diziam respeito ao poder executivo com força e autoridade próprias, em condições de governar efetivamente a nação que se formava. Bem como, no que diz respeito ao resguardo da unidade nacional através de organização política e administrativa, com a divisão do território em comarcas, estas em distritos e estes em termos – procurando, sempre que possível, respeitar os limites naturais e à igualdade da população. Além disso, também teria partido de José Bonifácio os artigos e projetos acerca da criação de estabelecimentos para a catequização e civilização dos índios, sobre a lenta e gradual emancipação dos negros e sua educação religiosa e industrial, bem como sobre os contratos entre senhores e escravos fiscalizados pelo poder público.

“O projeto apresentado à Assembleia brasileira estava de acordo com os melhores figurinos constitucionais da época, estabelecia o sistema representativo com uma Câmara de deputados intangível, era francamente liberal. Do mesmo passo, entretanto, criava um poder executivo forte, delegado ao imperador, e não subordinado à confiança

da legislatura, como no parlamentarismo à inglesa, tentado mais tarde no Brasil”<sup>112</sup>

No primeiro capítulo desta dissertação, vimos que os trabalhos legislativos foram marcados por uma série de disputas entre as diferentes facções políticas. Desde o seu início, os liberais demonstraram o anseio de derrubar os irmãos Andradas de seus ministérios com o intuito de se vingar pelas perseguições sofridas por José Bonifácio no ano anterior. Enquanto os portugueses absolutistas viram seus interesses serem contrariados através de decretos emitidos pelo mesmo Bonifácio, também no ano de 1822, nos quais eliminava os privilégios lusitanos bem como, sequestrava os bens, mercadorias e imóveis pertencentes àqueles que tivessem apoiado Portugal durante a independência brasileira.

Apesar das notórias divergências entre liberais e portugueses, ambos os grupos uniram-se em torno das influências de D. Pedro I e seus amigos íntimos, a fim de derrubar o inimigo em comum: os irmãos Andradas. Logo após a demissão dos ministros, no entanto, tal aliança foi desfeita.

Os conflitos e desentendimentos ultrapassaram os limites da Assembleia Constituinte, alcançando a imprensa. Iniciou-se então uma guerra de ataques entre os jornais do país, que defendiam uma ou outra parte. Os ataques contra os portugueses em geral e até mesmo contra D. Pedro por parte dos jornais – *O Tamoyo* e *Sentinela da Liberdade* - e de deputados a favor dos Andradas levou o imperador a se aproximar dos portugueses.

Em meio a este momento de efervescência e de crise política, Otávio Tarquínio de Sousa destaca um episódio que teria sido fundamental para definir os rumos desta história. Um boticário, nascido no Brasil, sofrera agressões por parte de dois oficiais portugueses, que erroneamente o acusaram de ser o autor de um artigo publicado no *Sentinela*, que os teria ofendido. Tal acontecimento, serviu como uma oportunidade para que os Andradas alegassem que a agressão sofrida pelo boticário fora na realidade um atentado contra a honra do Brasil e do povo brasileiro. Em consequência, “o povo e muitos deputados aplaudiram em delírio e, à saída, Antônio Carlos e Martim Francisco foram carregados em triunfo até as suas casas”<sup>113</sup>.

---

<sup>112</sup> SOUSA, Otávio Tarquínio de. José Bonifácio. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1988. (Coleção História dos Fundadores do Império do Brasil, v. 1). p. 199.

<sup>113</sup> Ibidem. p. 205.

Ao assistir tais acontecimentos, o imperador ordenou que o exército se preparasse para um conflito. Demonstrando certa apreensão, os deputados reunidos na Assembleia exigiram respostas sobre a razão da reunião das tropas em São Cristóvão. Como seu representante, o governo enviou o seu novo ministro, Francisco Vilela Barbosa, que apresentou como exigências das tropas: restrições à liberdade de Imprensa e a expulsão dos Andradas da Assembleia. Os deputados ali reunidos, debateram sobre a proposta do governo e permaneceram em sessão durante toda a madrugada.

Como vimos anteriormente no capítulo um, o fim deste impasse, deu-se na manhã do dia 12 de Novembro, quando chegaria àquela Assembleia um oficial com o decreto de dissolução da Constituinte, por esta “ter perjurado ao solene juramento de defender a integridade do Império, sua independência e a dinastia de D. Pedro I”<sup>114</sup>. Neste mesmo documento, o imperador convocava uma nova Constituinte, segundo a qual trabalharia em breve sobre um novo projeto, que ele próprio apresentaria, e que seria duas vezes mais liberal do que àquele proposto pela Assembleia dissolvida. Tal promessa, no entanto, não chegou a ser cumprida, pois no dia 25 de março de 1824 D. Pedro I outorgaria a primeira Constituição Brasileira, sem que para isso houvesse uma nova Constituinte.

“Dissolvida a primeira Constituinte brasileira os três Andradas e mais doze deputados foram presos no mesmo dia em que se levou avante esse golpe de Estado: 12 de novembro de 1823. Seis dias mais tarde se mandava pagar pela folha das Pensões 1:200\$000 a cada um dos que seriam exilados [...] Não teriam contudo grande pressa em satisfazer o compromisso oficial da caritativa pecúnia”<sup>115</sup>

Após deixarem o prédio da Cadeia Velha, onde se reunia a Constituinte, vários foram os deputados que saíram presos. Segundo Sousa, alguns como Vergueiro, Muniz Tavares, Henriques de Resende, Carneiro da Cunha, José Martiniano de Alencar, Cruz Gouveia Xavier de Carvalho e Andrade Lima, retomaram logo a sua liberdade. Enquanto outros, como Montezuma, José Joaquim da Rocha, Padre Belchior Pinheiro, e os irmãos Martim Francisco e Antônio Carlos, permaneceram presos por serem “mais visados pela ira dos dominadores da ocasião”<sup>116</sup>.

---

<sup>114</sup> Ibidem. p. 207.

<sup>115</sup> RANGEL, Alberto. Textos e Pretextos, incidentes da chronica brasileira á luz de documentos conservados na Europa. Tours: Typographia de Arrault e Comp. 1926. p 66.

<sup>116</sup> SOUSA, Otávio Tarquínio de. Op. Cit. p. 208.

Ao que consta na narrativa de Menezes Drummond<sup>117</sup>, José Bonifácio teria passado toda a noite do dia 11 na Assembleia e fora para sua casa, no Catete, na manhã do dia 12 a fim de alimentar-se, tomar um banho e trocar de roupa para então retornar. Neste momento, no entanto, sua casa foi cercada por soldados da guarda de honra do Imperador e um oficial subiu a sua casa, comunicando acerca da dissolução da Constituinte e dizendo-lhe que o imperador, D Pedro. I, o convidava para ir até o palacete do Campo de Santana. Ao questionar se estava sendo preso, o oficial teria respondido à Bonifácio, que a ele não lhe fora dada nenhuma ordem neste sentido.

Ao partirem de sua casa, rumo ao palacete, o oficial da guarda que o acompanhava teria recebido novas ordens e o encaminhado para o Arsenal da Marinha. Ao descer ali, fora encaminhado ao comandante da armas do Rio, General Morais e segundo Menezes Drummond, teria dito a ele as seguintes palavras:

“Diga ao Imperador que eu estou velho, e morrer hoje fuzilado ou amanhã de qualquer moléstia, é cousa para mim bem indiferente; que é por seus filhos inocentes que eu choro hoje; que trate de salvar a coroa pare eles, porque para si está perdida desde hoje; a sentença o imperador mesmo a lavrou e já não pode subtrair-se aos seus efeitos, porque se o castigo da divindade é tardio, esse castigo nunca falta”<sup>118</sup>.

Chegando lá, Bonifácio teria encontrado seus companheiros, também presos: seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco, seu sobrinho padre Belchior, Montezuma, José Joaquim da Rocha e seus dois filhos. De lá, o grupo fora transportado, ao cair da tarde, para a Fortaleza de Laje onde permaneceriam no andar subterrâneo. Dias depois, no entanto, José Bonifácio fora transferido novamente, desta vez sozinho, para a Fortaleza de Santa Cruz, aonde obteve mais conforto.

Segundo Drummond, o governo tomou medidas para que a notícia da dissolução da Constituinte não chegasse rapidamente às províncias do Norte e por isso, mandou fechar a barra do Rio de Janeiro, para que não saísse nenhuma embarcação antes da partida dos presos de Estado que estavam destinados ao Exílio. Para o transporte destes, mandou preparar uma velha charrua, chamada *Lucônia* – um transporte português que havia sido apresado e estava em estado precário. Nos dias em que se sucederam ao preparo da embarcação, nenhuma outra embarcação, nacional ou estrangeira, saiu da barra do Rio de Janeiro e os presos permaneceram no armazém subterrâneo da fortaleza.

---

<sup>117</sup> DRUMMOND, Antônio M Vasconcelos de. Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia. Senado Federal, volume 165, 2012.

<sup>118</sup> *Ibidem.*, p 156.

“No dia 20 de novembro deixava o navio no porto do Rio. Transferido da Fortaleza de Santa Cruz para bordo do *Lucônia*, José Bonifácio teve a alegria de encontrar lá a sua mulher, D. Narcisa O’Leary e sua filha Gabriela, mulher de Martim Francisco. Todos os presos aliás, levaram as famílias, graças a intervenção do cônsul britânico Chamberlain, que se incumbiu também de guardar os livros e objetos do ex-ministro dos Estrangeiros, seu amigo [...] Mal decorridos quatro anos de permanência em sua terra, esta o expulsava como um ser nocivo, como um malfeitor”,<sup>119</sup>.

Aos presos casados, além da companhia de suas esposas, foram-lhe assinadas as pensões de um conto e duzentos réis e aos solteiros, o valor era de seiscentos réis. Os irmãos Andradas teriam partido para exílio em situação de pobreza: José Bonifácio não possuía mais do que 30 mil réis e “sua maior riqueza consistia em uma excelente livraria, em instrumentos de física e um importante gabinete numismático”<sup>120</sup>. Enquanto seus irmãos, nem isso tinham.

A longa e turbulenta viagem a bordo do *Lucônia* fora narrada em detalhes por Meneses Drummond em suas *Anotações*. Segundo ele, os primeiros empecilhos se deram ainda em terras brasileiras, quando as vésperas da viagem, sem que se soubesse os reais motivos, o comandante da charrua fora trocado, ao invés de um brasileiro, um português chamado Joaquim Estanislau Barbosa assumiu o comando da embarcação. Apesar do destino planejado ser o porto de Havre, em dois momentos distintos, este mesmo comandante teria tentado entregar a charrua e seus passageiros em mãos inimigas, primeiro em Portugal, e depois, na Espanha.

Em suas anotações, Drummond nos revela que a viagem até a Europa se deu de maneira muito lenta, sobretudo, na altura de Lisboa. Onde “estaria o comandante a ver se despontava um navio de guerra português que capturasse o *Lucônia*, como se imaginara no Rio, na trama de alguns potentados do comércio luso e de grandes proprietários de escravaria”<sup>121</sup>.

Após a tentativa frustrada, seguiu-se a viagem, repleta de dificuldades como a escassez de alimentos, além de um violento temporal que causou avarias na embarcação. Com isso, o comandante resolveu parar no porto de Vigo, na Espanha, já em fevereiro de 1824. Lá, a charrua foi declarada incomunicável, seu leme foi retirado e os passageiros impedidos de desembarcar. Dias depois, chegara ao mesmo porto uma corveta

<sup>119</sup> SOUSA, Otávio Tarquínio de. Op. Cit. pp. 211-212.

<sup>120</sup> DRUMMOND, Antônio M Vasconcelos de. Op. Cit. p. 158.

<sup>121</sup> SOUSA, Otávio Tarquínio de. Op. Cit. p. 213.

portuguesa, chamada *Liberdade*, a fim de apresar a charrua com todos os brasileiros exilados que ainda estavam a bordo.

José Bonifácio valendo-se do seu antigo cargo de Ministro dos Estrangeiros do Brasil, utilizou-se da sua influência e consideração, diante de questões em que atuara - como na Execução do Tratado de Comércio em 1810 e pela campanha contra o infame comércio de negros - e escreveu ao ministro dos Estrangeiros da Grã-Bretanha pedindo a sua proteção e apoio.

Taquínio de Sousa aponta que foi possivelmente a partir desta intervenção diplomática que José Bonifácio e seus companheiros de viagem conseguiram desembarcar em Vigo, atingir por terra Corunha, para dali, serem transportados para Bordéus, no navio *Saint Martin*, onde chegaram em 5 de junho de 1824. Portanto, mais de seis meses após a sua partida no Rio de Janeiro. Ali, um forte esquema de segurança foi preparado para vigiar os ex-deputados, vistos pelas autoridades locais como perigosos revolucionários.

Ao considerar o clima, a tranquilidade e o custo de vida, José Bonifácio escolhera, após breve passagem por Caudéran, a cidade de Talence (próxima à Bordéus) para viver sua velhice – afinal como vimos brevemente em sua biografia, José Bonifácio já chegara ao exílio com sessenta e um anos de idade e lá permanecera até os sessenta e seis - e tornar o seu exílio mais suportável. Durante os anos em que lá viveu, cultivou a companhia dos irmãos, que também viviam em Bordéus, e dos amigos próximos, alguns deles, com idade para serem seus filhos.

“Será uma fase que durará cinco anos e em que, não esquecendo nunca, ora com azedume maior, ora em disposição de mais sabedoria, a terra que servira e que o expulsara, verá ressurgir a curiosidade científica e o gosto pelos estudos de sua especialidade abafados pelas exigências das lutas da emancipação brasileira [...] Não se isolou dos amigos, não se desinteressou do mundo, pouco teve de ermitão no sentido de isolamento voluntário”<sup>122</sup>.

Os outros exilados tomaram os mais variados destinos: José Joaquim da Rocha e seus dois filhos fixaram-se em Paris, para onde também se dirigiu Meneses Drummond – que havia conseguido fugir para a Bahia e chegou à França após passar uma temporada na Inglaterra, Montezuma passou por vários lugares tais como Baiona, Biarritz, Orleães,

---

<sup>122</sup> Ibidem., p. 216.



Bruxelas e Paris e finalmente, o Padre Belchior que permaneceu junto à José Bonifácio, seu parente.

Esses homens estavam diretamente ligados por relações de afeto e amizade e como tal, mantiveram contato, sobretudo, através de correspondências. Com isso, cultivaram redes de apoio – ajudando-se inclusive, financeiramente e redes de sociabilidade – compartilhando ideologias, vinculados entre si por interesses e histórias em comum.

Ao comunicarem-se entre si, portanto, falavam com seus pares políticos e sociais. Neste sentido, buscaremos o suporte teórico de Pierre Bourdieu acerca das redes de sociabilidade, que podem ser exemplificadas como intelectuais que constituem-se em seres socialmente determinados em função da classe, ocupação, ideologia e da posição ocupada no campo intelectual, mantendo diálogos e intercâmbios intelectuais, além de vínculos políticos e ideológicos.

Para compreendermos o funcionamento de tais redes, antes é preciso apreender os conceitos de habitus, campo e capital propostos por este mesmo autor:

Segundo Bourdieu (2001), o Habitus é como uma segunda natureza, em parte autônoma, sendo que é histórica e presa ao meio. Ele usa o termo infraconsciente para localizar o habitus, visto que, seria um princípio de um conhecimento sem consciência, de uma intencionalidade sem intenção. Podendo ser transferido e adquirido de maneira explícita ou implícita, através da aprendizagem e funciona como um sistema de esquemas geradores de estratégias, que podem ser ou não de acordo com os interesses dos seus autores, sem terem sido idealizadas com esse fim.

"sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados"<sup>123</sup>.

O Habitus então funcionaria como um esquema de ação, de percepção e de reflexão, que está presente no corpo e na mente – como em posturas e gestos (hexis), maneiras de ver e classificar da coletividade de um determinado campo, operando

---

<sup>123</sup> BOURDIEU, Pierre. In: ORTIZ, Renato Org. Pierre Bourdieu Sociologia. São Paulo: Ática. 1983. p. 65.

distinções. As disposições presentes no habitus são plásticas e flexíveis, podendo ser fortes ou fracas e são adquiridas pela interiorização das estruturas sociais.

"sistemas de posições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares', sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro"<sup>124</sup>.

Já o conceito de campo complementa o de habitus, pois para Bourdieu o campo consiste no espaço em que ocorrem as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais, espaço este sempre dinâmico e com uma dinâmica que obedece a leis próprias, animada sempre pelas disputas ocorridas em seu interior, e cujo móvel é invariavelmente o interesse em ser bem-sucedido nas relações estabelecidas entre os seus componentes (seja no nível dos agentes, seja no nível das estruturas).

“É um universo social particular constituído de agentes ocupando posições específicas dependentes do volume e da estrutura do capital eficiente dentro do campo considerado. É um sistema de posições que podem ser alteradas e contestadas.”<sup>125</sup>

Ele representa, portanto, um espaço simbólico, como um microcosmo dotado de leis próprias, no qual as lutas dos agentes determinam, validam e legitimam representações. É o poder simbólico. Nele se estabelece uma classificação dos signos, do que é adequado, do que pertence ou não a um código de valores. No campo, local empírico de socialização, o habitus constituído pelo poder simbólico surge como todo e consegue impor significações tornando-as legítimas. Os símbolos afirmam-se, assim, na noção de prática, como os instrumentos por excelência de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida.

Por fim, o capital é um conceito que discute a quantidade de acúmulo de forças dos agentes em suas posições dentro do campo. Os capitais possuem volume (quantidade) e estrutura (tipo de capital). São quatro os principais tipos de capital: o capital econômico – que está ligado aos meios de produção e renda, o capital cultural – que se subdivide em 3 tipos: saber: institucionalizado (diplomas e títulos), incorporado (expressão oral) e

<sup>124</sup> BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 2002.

<sup>125</sup> Idem.

objetivo (posse de quadros ou obras de arte), o capital social - que é o conjunto das relações sociais de que dispõe um indivíduo, sendo que, é necessária a manutenção das relações sociais, das redes (convites recíprocos) e o capital simbólico – que está ligado à honra, ao reconhecimento e corresponde ao conjunto de rituais (etiquetas, protocolo).

Com isso, podemos relacionar as redes de sociabilidade ao capital social, à medida que segundo Bourdieu, elas representam um conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis.

Apenas cinco anos depois de ter deixado a Europa para trás, lá estaria novamente José Bonifácio, desta vez, contra a sua própria vontade. Cabe-nos aqui refletir sobre o cenário encontrado por ele, afim de refletir acerca da possibilidade deste ter influenciado o seu pensamento político, econômico e social.

Segundo Eric Hobsbawn<sup>126</sup>, entre fins do século XVIII e início do XIX, o cenário na Europa era de frustração, depois desta ter passado pelo processo que chamou de dupla revolução, sendo elas: a Revolução Industrial, iniciada em 1760 e a Revolução Francesa, iniciada em 1789.

Segundo o autor, nas duas primeiras décadas do século XIX, observa-se um constante estado de guerra na Europa, que aos poucos foi se estabilizando e consolidando seu poderio econômico de forma definitiva, com a vitória do Capitalismo. A economia que passou a dominar o mundo desde este período foi a industrializada. Dentre as mudanças significativas acarretadas por tal revolução o autor cita: a explosão demográfica como nunca se havia observado na história da humanidade; a comunicação internacional propriamente dita (facilitada pela melhoria de estradas e construção de ferrovias); a emigração de europeus dentro do próprio continente e para a América, principalmente; e a intensificação massiva do comércio, seja interna ou externamente. A

---

<sup>126</sup> HOBBSBAWN, Eric. A Era das Revoluções (1789 – 1748). Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

partir de então, as mudanças que se observarão no mundo até a atualidade foram progressivamente mais visíveis, rápidas e significativas.

No campo político, com o fim do governo de Napoleão Bonaparte, em 1815, após a longa, difícil, tortuosa e desestabilizada revolução política – que ocorrera não apenas na França, mas em outros locais), a revolução industrial impulsionaria e promoveria um vasto desenvolvimento econômico por todo o continente.

Hobsbawm ainda expõe conflitos étnicos em vários países, interna e externamente, anexações e disputas por terras, questões de sucessão, substituição de formas de governo, condição do proletariado, etc. Segundo ele, as relações diplomáticas também intensificaram-se, tentando evitar ao máximo os conflitos bélicos - prejudiciais para a população e também para a economia.

Para Hobsbawm, todos esses fatores concorreram para tornar a Europa uma espécie de teia, onde os países, por mais que exercessem influência e poderes propriamente ditos uns sobre os outros, estavam interligados de uma forma ou de outra. Caso duas nações entrassem em guerra, por exemplo, não só apenas estas que se prejudicariam. Mas as demais, dependentes de suas importações ou exportações, também seriam prejudicadas. Migrações motivadas, para fugir de conflitos, a populações se dispersando, e naturalmente que a recuperação seria lenta e dolorosa. É a economia de mercado, dinâmica, interdependente, propiciada graças à Revolução Industrial.

O autor ressalta ainda que poucas vezes a incapacidade dos governos em conter o curso da história foi demonstrada de forma mais decisiva do que na geração pós-1815. Evitar uma segunda Revolução Francesa, ou ainda a catástrofe pior de uma revolução europeia generalizada tendo como modelo a francesa, foi o objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de vinte anos para derrotar a primeira; até mesmo dos britânicos, que não simpatizavam com os absolutismos reacionários que se restabeleceram em toda a Europa e sabiam muito bem que as reformas não podiam nem deviam ser evitadas, mas que temiam uma nova expansão franco-jacobina mais do que qualquer outra contingência internacional. E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo<sup>127</sup>.

---

<sup>127</sup> Ibidem., p. 180.

Ao abrir o capítulo sexto – “As Revoluções” – de seu livro, o autor nos mostra o que a Revolução Francesa trouxe para a Europa: ares de mudança. A principal empresa dos governantes, principalmente dos monarcas, pós-1815 seria a de manter as estruturas consolidadas de seus países, o que quase sempre não aconteceu. Num segundo momento, tais dirigentes não iriam se opor totalmente às revoluções, temerosos de terem o mesmo destino de Luís XVI. Ao contrário, iriam apoiá-las; com o intento de manterem-se no poder, mudando a forma de governar, mas não o governo em si.

Segundo o autor uma nova onda de revoluções voltaria a se instaurar na Europa entre os anos de 1830 e 1848. Na França, resultou na abdicação forçada de Carlos X, da Casa de Bourbon, que atentou contra o liberalismo e buscou concentrar muito poder em si. A burguesia – já consolidada desde o início do século – coroou Luís Felipe, um Orleans, liberal e aliado dos burgueses. Novamente a França encabeçaria e desencadearia novas mudanças: onde a tentativa de restaurar o absolutismo monárquico foi vislumbrada, rapidamente fracassou. A “era das revoluções”, sobretudo as de 1830, incutiu no imaginário popular a noção do movimento nacionalista, de exaltação da pátria, de renovação das estruturas ultrapassadas e de autoafirmação enquanto nação.

Com isso, por mais que os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da França tivessem ressoado por Paris e por todo o território durante os dez anos em que tradicionalmente enquadramos o evento, as mudanças sociais vieram muito depois. A Revolução Industrial, que podemos afirmar estar em progresso desde 1780, gerou uma nova classe, a dos operários, que começaram a se organizar e a liderar lutas apenas em 1840.

Cabe lembrar que o pensamento político de José Bonifácio estava fortemente marcado pelo liberalismo econômico moderado, com críticas ao radicalismo, característico do jacobinismo.

Como mencionamos no início deste trabalho, nosso objetivo é analisar as diferentes implicações do exílio na vida e na obra de José Bonifácio, dentre as quais neste capítulo, destacaremos este período como um momento de estímulo à criatividade e de relevância em termos de produção de conhecimento, bem como de intercâmbio de ideias.

Antes de iniciarmos as discussões teóricas acerca do exílio, no entanto, cabe-nos ressaltar que existem diferentes tipos. Ao refletir sobre o tema, Edward Said propôs que

“embora seja verdade que toda pessoa impedida de voltar para casa é um exilado, é possível fazer algumas distinções entre exilados, refugiados, expatriados e emigrados”<sup>128</sup>.

Nesse sentido, os primeiros teriam a sua origem na prática do banimento e levando uma vida anômala e infeliz, com o estigma de um forasteiro. O termo exilado, portanto, traria consigo um toque de solidão e espiritualidade. Já os segundos, seriam uma criação do século XX, que tornou o termo “refugiado” uma palavra política que sugere grande contingente de pessoas inocentes e desnorteadas que precisam de ajuda internacional urgente.

Com relação aos expatriados, seriam àqueles que moram voluntariamente em outro país, geralmente por motivos pessoais ou sociais, podendo sentir a mesma solidão e alienação do exilado, mas sem sofrer as mesmas rígidas interdições. Por fim, os emigrados seriam aqueles que gozam de uma situação ambígua, à medida que gozam da possibilidade de escolha.

No caso do exílio vivido por José Bonifácio, apesar da grande desconfiança inicial, ele ainda manteve certos privilégios como a pensão que recebia do Estado e também não chegou a sofrer grandes perseguições ou censuras, já que aos poucos, ele e seus companheiros de exílio deixaram de ser encarados como uma ameaça.

Segundo Edward Said, o exílio poderia se constituir como um posto de observação alternativo, de certa maneira uma vantagem, para o intelectual que pretenda assumir essa função crítica, uma vez que se teria a tendência de “ver as coisas não apenas como elas são, mas como se tornaram o que são”:

“Isso significa observar as situações como contingentes e não como inevitáveis, encará-las enquanto resultado de uma série de escolhas históricas feitas por homens e mulheres, como fatos da sociedade construída por seres humanos e não como naturais ou ditadas por Deus e, por consequência, imutáveis, permanentes, irreversíveis”<sup>129</sup>.

Cabe ressaltar, que este ‘posto de observação’ do exilado diz respeito a uma perspectiva de pensamento, uma condição a ser escolhida. De acordo com seu argumento, essa condição pode ser entendida como um modelo a ser perseguido (talvez até mesmo um ideal), ou seja, uma forma de resistência para o intelectual que se sinta “tentado, ou

<sup>128</sup> SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 54.

<sup>129</sup> \_\_\_\_\_. Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993. Tradução: Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, p. 67 e 68.

mesmo assediado ou esmagado, pelas recompensas da acomodação, do conformismo, da adaptação”<sup>130</sup>:

“Mesmo que não seja realmente um imigrante ou um expatriado, ainda assim é possível pensar como tal, imaginar e pesquisar apesar das barreiras, afastando-se sempre das autoridades centralizadoras em direção às margens, onde se podem ver coisas que normalmente estão perdidas em mentes que nunca viajaram para além do convencional e do confortável”<sup>131</sup>.

Apesar de também enfatizar diversos aspectos aterradores da experiência do exílio para a humanidade: tristeza, dor mutiladora da separação, perda, angústia, mudez, negação da dignidade e da identidade, punição política, solidão miserável, privação, banimento<sup>132</sup>, Edward Said afirma que há coisas positivas a serem mencionadas:

“O exilado sabe que, num mundo secular e contingente, as pátrias são sempre provisórias. Fronteiras e barreiras, que nos fecham na segurança de um território familiar, também podem se tornar prisões e são, com frequência, defendidas além da razão ou da necessidade. O exilado atravessa fronteiras, rompe barreiras do pensamento e da experiência”<sup>133</sup>.

Desse modo, o exilado não é somente um infeliz, pois seus sofrimentos e perdas não são os únicos elementos definidores de sua experiência. Ao comentar que ‘Cultura e Imperialismo’ é o livro de um exilado, Said explica que diz ‘exilado’ sem pensar nas tristezas ou privações:

“Pelo contrário, pertencer, por assim dizer, aos dois lados da divisa imperial permite que os entendamos com mais facilidade. Além disso, Nova York, onde escrevi inteiramente este livro, é sob muitos aspectos a cidade do exílio por excelência [...]. Talvez tudo isso tenha estimulado os interesses e interpretações aqui propostos, mas essas circunstâncias certamente me permitiram sentir como se pertencesse a mais de uma história e a mais de um grupo. Agora, cabe ao leitor decidir se é possível considerar como uma alternativa de fato salutar à sensação normal de pertença a uma única cultura e de lealdade a uma única nação”<sup>134</sup>.

Contribuindo para este debate, Marion de Magalhães, na coletânea Memória e (Res)sentimento, reitera a ideia de que o ressentimento do exílio pode gerar produção de conhecimento e análises políticas. Ao citar os estudos de Hannah Arendt sobre a exclusão social do povo judeu a autora destaca exemplos deste tipo de produção intelectual:

Enquanto o parvenu (ou o arrivista) nega-se totalmente, transformando-se em um dos outros da cultura dominante, apagando a diferença e

<sup>130</sup> Ibidem., p. 70.

<sup>131</sup> Idem.

<sup>132</sup> SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio e outros ensaios. Op. Cit, pp. 46 -60.

<sup>133</sup> Ibidem., p. 58

<sup>134</sup> \_\_\_\_\_. Cultura e imperialismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 31

assimilando-se, o pária (ou o judeu rebelde) é um outsider, que não nega ou apaga suas diferenças, mas as mantém conscientemente, transformando sua fraqueza e marginalidade em fonte de força e desafio. [...] Atitude que supera a raiva, autovitimização ou o próprio ressentimento, deslocando-se inconscientemente para outros objetos<sup>135</sup>.

## 2.2 – Análises políticas e sociais, rede de sociabilidade e a experiência do exílio nas correspondências.

As chamadas *Cartas Andradinas*, como já nos foram apresentadas anteriormente, tratam-se de um conjunto de correspondências particulares de José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva dirigidas ao jornalista, diplomata e amigo pessoal Antônio Meneses Vasconcellos de Drummond, publicadas nos Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro no ano de 1890.

“José Bonifácio aumentou de tal sorte a amizade que me tinha que até o último instante de sua vida me deu disso as mais exuberantes provas. Era eu o seu melhor amigo. Causa que parece providencial. O incêndio de agosto de deste ano [1860], que devorou todos os meus preciosos papéis e mais objetos que ficaram na casa do meu amigo Dr. Melo Moraes, respeitou um só livro e esse foi a coleção de algumas cartas do meu amigo José Bonifácio de Andrada e Silva, que eu havia mandado encadernar em Paris no ano de 1854. Eram algumas das muitas que havia recebido a maior parte das quais incêndios de outra natureza já haviam devorado”<sup>136</sup>.

Ao todo, o conjunto é composto por sessenta e nove cartas, das quais trinta e quatro foram escritas por José Bonifácio e as demais pelos seus irmãos Martim Francisco e Antônio Carlos. Juntas, elas nos trazem importantes informações dos mais variados temas, tais como; os desdobramentos do processo de independência, seu reconhecimento pelas províncias e pelos países estrangeiros, bem como os tratados e conflitos em que se envolveram o Brasil e o imperador, etc.

Anteriormente, já haviam sido publicadas no volume XIII dos Annaes desta mesma Biblioteca, as *Memórias de Drummond*, escritas anos depois daquelas cartas e que também nos fornecem uma série de informações importantes referentes ao período da independência brasileira, bem como, sobre o primeiro reinado, a partir das anotações pessoais do autor.

<sup>135</sup> MAGALHÃES, Marion B. de. O ressentimento do exílio: a estética da perda em Alfred Doblin. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA org.). Op. cit., p.492.

<sup>136</sup> DRUMMOND, Antônio M. de Vasconcellos. Op. Cit., p. 102.



“As ‘Anotações’ poderiam ser também chamadas de Ascensão, Auge, Queda e Exílio do Patriarca da independência pela minudência e pela inserção de Drummond no cerne dos acontecimentos da época”<sup>137</sup>.

Segundo consta na Advertência que antecede o conteúdo das *Cartas Andradinas*, tanto elas quanto as *Memorias*, foram adquiridas pela Biblioteca Nacional em Junho de 1883, por compra feita ao Sr. Dr. Alexandre José de Melo Moraes Filho<sup>138</sup>, que as havia recebido como herança paterna. Juntos, este dois conjuntos de fontes podem ser confrontados afim de nos fornecer informações complementares acerca deste período da história brasileira.

Tais publicações tornam-se pertinentes ao recordarmos que o fazer historiográfico no contexto da segunda metade do século XIX estava voltado para as ações daqueles que eram considerados como ‘ilustres brasileiros’, e que fizeram a história do Brasil na condição de agentes heroicos. Esta era portanto, a história dos grandes homens.

Ao estudar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX, a autora Maria da Glória de Oliveira<sup>139</sup>, destaca que durante este período a tarefa da história era vista como a de fixar a memória das vidas e feitos dos grandes homens, funcionando como argumento decisivo para a incorporação da escrita de biografias.

Ao citar Araripe a autora coloca que “o historiador brasileiro deveria ‘pintar’ os nossos grandes varões, após examinar ‘com escrupulosa diligência a verdade’, de modo a despertar o patriotismo nos leitores”<sup>140</sup>. Desde a sua formulação inicial, a proposição de salvá-los do esquecimento, mediante a publicação das suas biografias, conteria um forte apelo político e coletivo.

“A nossa historia abunda de modelos de virtudes; mas um grande numero de feitos gloriosos morrem ou dormem na obscuridade, sem proveito das gerações subseqüentes. O Brazil, senhores, [...] pode comtudo apresentar pela historia, ao estudo e emulação de seus filhos, uma longa serie de varões distinctos por seu saber e brilhantes qualidades. Só tem faltado quem os apresentasse em bem ordenada galeria, collocando-os segundo os tempos e os logares, para que sejam melhor percebidos pelos que anhelam seguir os seus passos nos caminhos da honra e da gloria nacional”<sup>141</sup>.

---

<sup>137</sup> DRUMMOND, Antônio M. de Vasconcellos. Op. Cit. p . 144

<sup>138</sup> Filho do historiador de igual nome, foi um poeta, prosador e memorialista brasileiro. Doutorou-se pela Faculdade de Medicina de Bruxelas.

<sup>139</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2009.

<sup>140</sup> ARARIPE, Indicações. Apud. OLIVEIRA, Maria da Glória de. Ibidem.

<sup>141</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. IHGB, Tomo I, 1839, pp. 15-16. Apud. OLIVEIRA, Maria da Glória de. Ibidem.

A biografia de brasileiros ilustres deveria ser empreendida por meio do esforço coletivo de dar vida aos grandes homens que, por diversas qualidades, pudessem ser “oferecidos às nascentes gerações como typos de grandes virtudes”<sup>142</sup>.<sup>28</sup> Para eternizar as vidas e os feitos dos cidadãos notáveis, caberia ao historiador nomeá-los, julgá-los, emitindo o seu juízo como um “austero sacerdote da verdade”<sup>143</sup>.<sup>29</sup> Plenamente afinada ao programa da história magistra, a escrita biográfica apresentava-se, portanto, como portadora de exemplos, servindo, acima de tudo, para instruir os brasileiros no presente.

Segundo Oliveira, a necessidade de arrancar do esquecimento os nomes dos brasileiros ilustres afinava-se com o ambicioso empenho em coligir documentos para a elaboração da história nacional, tendo em vista as demandas políticas peculiares à consolidação do Estado monárquico no Segundo Reinado.

Ao trabalharmos com correspondências, consideramos estas como um espaço privilegiado para a observação da relação do indivíduo consigo mesmo e com os outros. Para trabalhar com este tipo de fonte textual, utilizaremos como inspiração metodológica Roger Chartier que, em seu livro *La Correspondance*, dedica-se aos usos sociais da escrita através da pesquisa de manuscritos franceses da metade do século XIX. Para o autor, investigar as práticas de escrita ajuda a entender os modos como uma comunidade constrói suas representações sobre o mundo, investindo-o de significados plurais.

Como observa Chartier, a leitura da correspondência ajuda a compreender melhor a maneira como os indivíduos constroem as suas representações sobre o mundo, pois ao associar práticas sociais e a subjetividade, o gênero epistolar revela-se como um espaço privilegiado para a observação das relações do indivíduo consigo mesmo e com os outros.

“Numa História Cultural redefinida como o lugar no qual se articulam práticas e representações, o gesto epistolar é um gesto privilegiado. Livre e codificada, íntima e pública, mantendo a tensão entre o segredo e a sociabilidade, a carta, melhor do que qualquer outra expressão associa o lugar social e a subjetividade”<sup>144</sup>.

Para o autor, enquanto ato de comunicação que oferece um testemunho escrito, a carta implica tanto uma lucidez introspectiva como uma retórica demonstrativa, inscrevendo-se num contexto pessoal e social que é inseparável das circunstâncias históricas e culturais em que foi produzida, fornecendo, com isso, preciosas informações

---

<sup>142</sup> Ibidem., pp.14-15.

<sup>143</sup> Ibidem., pp. 13-14.

<sup>144</sup> CHARTIER, Roger (dir.). *La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle*. Paris: Fayard, 1991. p.9.

sobre a visão de mundo dos seus autores e a atividade intelectual de uma determinada sociedade.

Segundo Ângela de Castro Gomes<sup>145</sup>, embora sempre tenham sido usados como fontes pelos historiadores, o conjunto de fontes documentais composto por diários, correspondências, biografias e autobiografias, apenas recentemente passaram a ser considerados fontes privilegiadas de análise e objetos da pesquisa histórica. Resultado das transformações na prática historiográfica vindas da consolidação da chamada História Cultural, social e política, que estabeleceu novos recortes e temáticas, bem como objetos, metodologias e fontes ao trabalho do historiador.

“Um primeiro aspecto a ser observado diz respeito à valorização desse conjunto de fontes produzidas no âmbito do privado quer por ‘grandes’ homens, quer por homens ‘comuns’, e que precisaram ser recolhidas, organizadas e socializadas para a pesquisa histórica. Um movimento que, nacional e internacionalmente, adensou-se nas três últimas décadas do século XX e que trouxe à público um grande número de instituições de guarda de arquivos privados, onde os documentos autobiográficos estão sempre presentes, isto sem considerar que um arquivo pessoal pode ser tratado, ele mesmo, como uma modalidade de ‘produção do eu’”<sup>146</sup>

Ao tratar especificamente das correspondências, a autora destaca que o trabalho de crítica exigido por essa documentação não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra fonte de análise. No entanto deve levar em conta determinadas características próprias da “escrita de si”, tais como as relações do texto com seu “autor”, seus objetivos e perspectivas na construção voluntária ou involuntária do “eu”. Bem como, tratando-se da escrita epistolar, atentar-se para uma série de questões que não envolvem apenas o indivíduo “autor” da carta, mas também a relação que se estabelece com o “receptor”, a quem ela se dirige.

Cartas, são assim, um tipo de escrita que tem fórmulas muito conhecidas, porque aprendidas, inclusive na escola, como a datação, o tratamento, a despedida e a assinatura, além de um papel mais apropriado, um timbre/uma marca, um envelope, uma subscrição correta. Têm também um certo ritmo que é descontínuo e cíclico, podendo se acelerar ou desacelerar de acordo com determinados acontecimento e momentos de vida dos correspondentes. A escrita epistolar envolve o envio e recebimento de mensagens entre indivíduos e uma observação básica é a que ressalta os múltiplos distanciamentos constitutivos desta prática cultural. O primeiro a ser notado é o da distância no espaço e no tempo entre as ações de escrever e ler as cartas: a distância entre os correspondentes que se encontram neste lugar, físico e afetivo, constituído pelas cartas. Outro é o distanciamento entre o autor da carta e todos os acontecimentos narrados, principalmente os

<sup>145</sup> GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004.

<sup>146</sup> Ibidem., p. 14.

que tem nele mesmo o principal personagem. Ou seja, no momento da escrita, os acontecimentos/personagens narrados experimentam tempos variados, que podem se situar no passado – ‘ontem aconteceu’, ‘você se lembra de?’ – no presente – estou escrevendo esta carta’ – ou no futuro, nos projetos anunciados e planejados em conjunto”<sup>147</sup>.

Antes de adentrarmos no conteúdo das cartas em si, é preciso conhecer melhor o seu destinatário. Antônio de Menezes de Vasconcellos de Drummond nasceu em 21 de Maio de 1794 na cidade do Rio de Janeiro. Aos quinze anos de idade, ele já havia terminado os seus estudos literários e aprofundado seus conhecimentos na área de economia política – com profundo conhecimento na doutrina de Adam Smith - e filosofia – sobretudo, Kant - além de falar quatro idiomas. Drummond havia sido destinado à Marinha de Guerra, porém, a sua aversão à carreira, fez com que seu pai<sup>148</sup> solicitasse para o filho um lugar de grande chancelaria dos reinos unidos de Portugal, Brasil e Algarves no ano de 1809.

Com a revolução em Pernambuco, no ano de 1817, Drummond fora denunciado ao rei D. João VI como membro de um grupo revolucionário. Todo o crédito e consideração depositados em seu pai, porém, fizeram com que ele fosse colocado ao abrigo dos ataques dos seus inimigos e para tal, fora afastado da capital numa espécie de exílio na ilha de Santa Catarina, onde implementou um plano de melhorias.

Nos primórdios da independência, em 1821, Drummond se encontrava em Portugal. Retomou ao Brasil, e seguiu primeiro para Pernambuco e depois para a Bahia, com o intuito de trabalhar em prol da Independência e pelo reconhecimento de D. Pedro I. De volta à capital, alinhou-se ao partido dos Andradas.

Com a ajuda do desembargador Francisco da França Miranda, Drummond fundou e dirigiu o jornal *O Tamoyo*, principal veículo de propaganda dos Andradas . O jornal surgiu logo após a demissão de José Bonifácio do Ministério do Reino e Negócios Estrangeiros, e de seu irmão Martim Francisco, do Ministério da Fazenda, e teve seu primeiro número lançado em 12 de agosto de 1823. É considerado pela historiografia, um jornal de feições modernas, de linha liberal e com forte teor oposicionista em relação ao governo de D. Pedro. O nome do periódico fazia referência à tribo indígena que mais lutou contra a dominação portuguesa. Seu último número saiu em 11 de novembro do mesmo ano, por ocasião do fechamento da Assembleia Constituinte

---

<sup>147</sup> Ibidem., p. 20.

<sup>148</sup> O Capitão Antônio Luiz de Ferreira de Meneses Vasconcelos de Drummond.

“A amizade que me unia a José Bonifácio era tão estreita que entre nós, apesar da diferença das idades, não havia a menor divergência. As opiniões de José Bonifácio na generalidade eram as minhas; eu o respeitava como amigo, como mestre e diretor, e para mim tudo isso era uma glória que enchia a minha alma da mais pura satisfação. O imperador sabia muito bem que em política eu não tinha outros sentimentos que não fossem os sentimentos de José Bonifácio”.<sup>149</sup>

Ligado aos Andradas, depois da dissolução da Constituinte, em 1823, fugiu do país e seguiu, processado e degredado, também para a França. Já em Paris, manteve contatos próximos com os outros exilados, sobretudo, com os irmãos Andradas e José Joaquim da Rocha, e conquistou posição de destaque ao publicar periodicamente no jornal *La France Chrétienne*, além de figurar entre os membros fixos do *Journal de Voyages*, no qual publica o *Diário de Viagem Mineralógica* de Martim Francisco Ribeiro e José Bonifácio, bem como outros textos deste último.

Durante todo o período em que permaneceu na Europa, Drummond se empenhou em pesquisar e coletar documentos relevantes para a história do Brasil e o próprio fato de guardar e arquivar todas as cartas recebidas pelos Andradas, nos demonstra a sua preocupação em manter viva a memória destes, a quem tanto admirou e valorizou. Por tal preocupação, foi elogiado por José Honório Rodrigues:

“Os valiosos papéis e documentos que Drummond coletou pelo mundo tinham dois destinos: ou eram ofertados ao Instituto Histórico ou foram para nas mãos de Melo Moraes [...] a mais rica coleção que um historiador pode desejar, composta de crônicas manuscritas, de cartas régias, cartas de doações, ordenações regimentos, alvarás, correspondências, notas de fundação, etc.”<sup>150</sup>

Ao retornar para o Brasil em 1829, ingressou em uma longa carreira diplomática ao ser nomeado encarregado dos negócios interino e cônsul-geral na Prússia. Em seguida, tornou-se encarregado de negócios na Sardenha, em Roma e na Toscana. De lá fora elevado à ministro residente e posteriormente, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Portugal, aposentando em junho de 1862.

Cabe ressaltar que apesar de Drummond ser o principal destinatário deste conjunto de cartas, algumas delas foram enviadas com cópia para o também amigo pessoal José Joaquim da Rocha. Este fora Capitão-mor, advogado e deputado pela província de Minas Gerais, e também fora preso e deportado para a França após o fechamento da Constituinte.

---

<sup>149</sup> DRUMMOND, Antônio M. de Vasconcellos. Op. Cit., p. 112.

<sup>150</sup> Ibidem., p 13.

Joaquim da Rocha residiu em Paris até princípios de 1830, quando regressou para sua casa, e deu continuidade à sua profissão de advogado até a abdicação de D. Pedro I em abril de 1831, quando foi nomeado pela regência provisória em nome do Sr. D. Pedro II, em 12 do dito mês, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do império em Paris.

Em suas correspondências durante o exílio, José Bonifácio demonstrou bastante intimidade e afeto com os seus destinatários e se referiu aos mais diversos assuntos, como à sua vida doméstica, notícias de amigos em comum, sobre seu estado de saúde, problemas financeiros, às dificuldades de se adaptar à vida fora do país, sobre seus estudos e produções, e sobretudo, às notícias sobre o Brasil, que correspondiam .a grande parte das linhas que escrevera ao longo daqueles cinco anos, além do seu desejo de descansar os seus últimos dias na sua tão amada pátria.

“Tudo interessava a esse homem, as questões de Estado e os casos íntimos, a política de seu país e os amores fáceis dos amigos. Rocha e Drummond, em Paris procuravam compensar da melhor maneira as desvantagens do exílio: Drummond escreveu muito, publicou em diversas revistas artigos e estudos; Rocha fez viagens de turismo; e ambos, este beirando os cinquenta anos, aquele mal passados os trinta, decidiram a aventuras galantes larga parte do seu tempo”<sup>151</sup>.

Como vimos anteriormente, compartilhar a mesma condição de exilado, criou entre esses homens redes de sociabilidade, ligadas por laços de reconhecimento e de pertencimento. Por tal motivo, mesmo estando em cidades diferentes, eles buscaram estar sempre em contato através da troca de correspondências – dividindo entre si suas conquistas e angústias. Quando este contato direto não era possível, por vezes, buscavam notícias através de amigos em comum.

“não pude responder ao amigo e honrado Vidigal, a quem escreverei a-Roma, e mandarei a carta a Paris, para d'ahi ser-lhe enviada; e também ao Raymundo, a quem dará muitas saudades nossas; pois minha mulher nunca se esquece da amizade e estima que sempre teve pela sua digna e amável família”<sup>152</sup> [...] “Saudades aos mais senhores. Diga ao Juvencio que deixe de ser muito parisino nos pés e nos cabellos. Meus irmãos ainda não vieram de Mucidan, porém consta-me que vem adiante como Aposentador-mór o Antonio”<sup>153</sup>.

Quanto à essas amizades tão valorizadas, Menezes Drummond demonstrava ser o seu amigo mais próximo – muito mais jovem que José Bonifácio e que o via como uma

<sup>151</sup> SOUSA, Otávio Tarquínio de. Op. Cit. p. 224.

<sup>152</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 20/01/1825.

<sup>153</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 17/10/1825.

espécie de mentor – não foram raras as demonstrações de carinho, chegando à chama-lo de Nhonhô Antonio, amigo do coração, meu bom amigo e companheiro, entre outros.

“Recebi com muito gosto a sua carta tambem commum de dois de 6 do corrente, porque nella me dá V. S.· esperanças de que bem cedo terei o gosto de abraça-lo nesta vinhosa cidade ourinol do mundo”<sup>154</sup>.

E ainda:

“Deus nos fade bem em geral, e a V. S.”, a um dê melhor saude, para ter o gosto de abraçal-o aqui, e a outro novas forças para os combates amorosos, e boa ventura em encontrar novas muchachas, que não precisem dos talentos officiosos das modistas para empolpar partes chatas, *scilicet, mamas* e., e talvez *pernas* [...] Queira eu que um de vós recobre a saúde e o outro a conserve sempre para que eu os possa abraçar bem cedo e de entulhar a língua sobre o quanto nos importa como é o Brazil”<sup>155</sup>

Esses laços de amizade e estima estendiam-se aos familiares de ambos e exemplos não faltaram para demonstrar tal relação. Ao longo das cartas, José Bonifácio buscou sempre informar aos amigos o estado em que sua família se encontrava, ao passo que demonstrou igual preocupação com relação aos outros.

Sofrendo dos males da idade, José Bonifácio permaneceu doente grande parte do período em que permaneceu na Europa. As queixas só faziam aumentar o seu desejo de voltar ao Brasil, pois acreditava que depois de tanto ter contribuído para o seu país, merecia descansar nele, os últimos tempos de vida que lhes restassem.

“pelo muito frio e humidade, tenho soffrido muito das minhas antigas mazellas de hemorrhoides e rheumatismo j de modo que até as mãos se têm entorpecido e recusam escrever. Mas, já envergonhado da minha apathia, dei um pulo da cama, puz-me ao borrarho, e vou satisfazer, como posso, as necessidades do coração”<sup>156</sup>

A velhice, no entanto, era apenas um dos problemas enfrentados por José Bonifácio durante este período. Pois apesar de todos os exilados receberem pensões do governo brasileiro, estas pareciam não condizer com os custos de vida na Europa – eram chamadas pelo próprio José Bonifácio de ‘magra bolsa’ - e por vezes, ainda eram recebidas com atraso. Produzindo, com isso, constantes queixas acerca da falta de dinheiro entre José Bonifácio e os seus amigos em situação semelhante.

“Até para mais penas sentir, como dizem, não sei o que foi feito das pensões; e começo a temer que só se pagou ao amigo e Sfr. Rocha, que tinha então o tio alcaide”<sup>157</sup> [...] “Se não pagarem mais, estou resolvido,

<sup>154</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 13/10/1824.

<sup>155</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 20/01/1825.

<sup>156</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 20/01/1825

<sup>157</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 20/01/1825

na primavera, a ir trabalhar nas minas de Guatemala, e dizer um final adeus ao Brazil”<sup>158</sup>..

Tais problemas financeiros teriam afetado inclusive a sua constante busca por conhecimento, já que Bonifácio dependia da sua pensão para fazer as suas inúmeras encomendas de livros e boletins, etc. Além de impedi-lo de mandar imprimir e publicar os seus próprios escritos – sobretudo, as suas poesias.

“Vamos aos livros: aqui darei ao Balguerie os 46 francos para que lh'os remetta; e, como não devo abusar da sua generosidade para o privar do dinheiro, que muito lhe será preciso em um paiz em que elle tanto vale, apezar da precisão da edição de Pindaro por Reine, V. s.<sup>a</sup> o não compre, porque é assaz caro por 36 fr” [...] “Se estivera em Paris, e com a bolsa menos magra, já as teria impresso, antes que levas em todas o mesmo caminho que já por tres vezes tiveram as outras. Aqui a impressão é mais cara; todavia, se receber algum dinheiro do Brazil, por certo farei imprimir duzentos exemplares para repartir com alguns amigos”.<sup>159</sup>

Sobre a sua mania de leitor, dizia:

“Mas tudo está optimo, excepto o não saber eu o que lhe devo para desonerar a sua bolsa, que não será muito gorda, e saber regular-me para o futuro na minha bibliomania; assim, meu caro senhor, saia de casa e vá aos livreiros buscar as clarezas necessárias”<sup>160</sup>.

Ao que consta nas cartas, este momento do exílio parece ter sido de constante troca de ideias e de intercâmbio cultural. Pois José Bonifácio demonstrou ter lido e produzido bastante. Afinal, segundo Edward Said,

“grande parte da vida de um exilado é ocupada em compensar a perda desorientada, criando um novo mundo para governar. Não surpreende que tantos exilados sejam romancistas jogadores de xadrez, ativistas políticos e intelectuais”<sup>161</sup>

Neste sentido, durante os anos em que permaneceu em seu exílio em Talance, foram diversos os pedidos de remessas de publicações – como boletins científicos, periódicos, poesias, literatura, filosofia, etc. – além de indicar tantas outras obras à seus amigos e de escrever e lhes enviar as suas próprias.

“Afastado bruscamente dos acontecimentos políticos de sua terra, a que se dera sem nenhuma ambição pessoal, renasceu nele, com a intensidade dos dias em que se consagrara inteiramente à a investigação científica, o homem de estudos, o trabalhador intelectual. No retiro de Talance o que mais o desejou, a não ser a volta ao Brasil, foram livros e mais livros, revistas e mais revistas, quase sempre de ciências”<sup>162</sup>.

---

<sup>158</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 12/01/1827

<sup>159</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 13/10/1824

<sup>160</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 14/11/1825

<sup>161</sup> SAID, Edward. Op. Cit. p. 54

<sup>162</sup> SOUSA, Otávio Tarquínio de. Op. Cit. p. 217.



Dentre os autores que leu neste período, por meio de tantas aquisições e empréstimos, não foram poucas as referências de José Bonifácio à autores clássicos como Camões, e à obras como a *Eneida* de Virgílio, a *Ode das Olympicas* de Píndaro, etc., e que certamente o influenciaram em seus escritos. Já em relação aos seus estudos científicos – seu principal campo de formação e interesse intelectual – dedicou-se a assuntos como Mineralogia e Fisiologia Vegetal do território brasileiro.

“Tornando outra vez à remessa de livros, rogo-lhe que assigne e me remetta a parte do Bulletin des sciences historiques, antiqués, philogie, etc., e veja entre os Livreiros de livros allemães, se tem a obra de Mobs-Grundriss der Miluralogie - Fundamentos de Mineralogia, dois volumes em 8.º, caso estejam já completos neste anno”<sup>163</sup> [...] “Tambem peço que queira ler o n.º 1 Livraison da Histoire des plantes les plus remarquables du Brésil et du Paraguay, de St Hilaire onde vem uma vista de olhos sobre a vegetação em geral do Brazil, que traz muitas noticias importante até para quem não é botanista; e diga-me depois o que lhe parece”<sup>164</sup>.

Homem de estudos, dedicou grande parte do seu tempo para fazer traduções e críticas literárias:

“Traduzi a 1ª Ecloga de Virgílio, e estou com a 2ª entre mãos e tambem me abalancei ao trabalho herculeo de traduzir a Ode das Olympicas de Pindaro, apesar das falhas e mazellas da lingua portugueza, e estou com a 1ª das Pythicas do mesmo autor”<sup>165</sup> [...] “A traducção do Leitão é dura como um corno e muitas vezes infiel; a franceza é delambida, mas igualmente infiel e parafrastica; assim, veja o amigo e Snr. Menezes se a traducção allemã de Voss se poderá comprar com a das Georgi a sómente, ou quando muito com a da Eneida; porque todas as obras de Voss juntas custam um dinheirão, com que eu não posso. Cuidei que a collecção das viagens novas por Eyries seria mais ampla; é muito magra em factos e pouco vale; os novos Annaes são boa obra; mas é muito cara a collecção, para quem deve comprar o atrasado”<sup>166</sup>.

No campo da literatura destacava:

“Com estes subsidios e mais que tudo com a lição não só do imortal Camões, mas tambem de outros poetas do seu tempo, Antonio Ferreira, Diogo Bernardes, Jeronymo Côrte-Real, Fernão Alvares elo Oriente, Sá de Miranda e Francisco Rodrigues Lobo, que apesar de não terem a belleza de Camões, têm muita coisa boa e conservaram o genio da lingua e a graça do estylo”<sup>167</sup>.

Já no campo da história:

<sup>163</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 13/10/1824

<sup>164</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 20/01/1825

<sup>165</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 23/10/1824

<sup>166</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 17/10/1825

<sup>167</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 14/11/1825

“entre os historiadores do século de 1500 e principios de 1600, merecem ser lidos as Décadas de João de Barros, os Commentarios de Albuquerque, a Vida de S. Francisco Xavier por Lucena, Fernando Mendes Pinto, Antonio de Castilho, e sobre todas a Historias de S. Domingos, e a Vida de Fr.. Bartolomeu dos Martyres, que, apesar da mesquinhez do assumpto, não têm rivaes modernos quanto á belleza do estylo e a pureza da língua”<sup>168</sup>.

Por fim, no campo da poesia, ao qual tanto se dedicara, não deixou de fazer recomendações:

“Entre os Poetas modernos tem bellas coisas o Garção, José Basilio da Gama e Diniz (6 vol. I2.0). Tolentino, Francisco Manoel do Nascimento, os dois Alvarengas, Brasileiros, as lyras de Dirceo de Gonzaga, Domingos Maximiano Torres, Bocage em certas peça, etc”<sup>169</sup>.

No que diz respeito às suas próprias publicações, merecem destaque durante este período, as suas odes publicadas em Bordéus em 1825, nas *Poesias Avulsas* de Américo Elísio – seu pseudônimo. Carregadas de saudosismo e nostalgia, tinham como inspiração os estados do Rio de Janeiro e da Bahia e nos serão melhor apresentadas no capítulo a seguir.

Era comum compartilhar entre seus amigos as suas poesias:

“Tenho feito muitas outras coisinhas, como Odes Sappicas e Anacreonticas, tenho revisto as minhas antigas composições que destino para a impressão e por fim, no mez passado, escrevi uma longa carta em ver o a um sonhado amigo do Rio, que não me desagrada pelos rasgos de poesia e pphilosophia que encerra, e pela pintura da nossa viagem deportatoria. Logo que a tiver copiado em limpo, lhes enviarei com a promessa porém antecedente, de que não ha de sahir das suas mãos por ora, pois assim me convem”<sup>170</sup>.

Mas não só de estudos científicos e literários, ou de exercícios poéticos viveu José Bonifácio durante o seu exílio. Segundo Tarquínio de Sousa, ele:

“Não deixava esmorecer os seus cuidados de homem público pela questão mais séria e mais difficil do Brasil, aquela que encerraria provavelmente a chave do segredo do seu banimento prolongado e da sua exclusão do governo e da vida pública – o trabalho escravo, o tráfico africano”<sup>171</sup>.

No mesmo ano em que publicou as suas poesias, a tipografia de Firmin Didot, em Paris, imprimia a sua *Representação à Assembleia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura* - escrita ainda em 1823 para ser apresentada na Assembleia

---

<sup>168</sup> Idem

<sup>169</sup> Idem

<sup>170</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 23/10/1824

<sup>171</sup> SOUSA, Otávio Tarquínio de. Op. Cit. p. 221.

Constituinte, mas por conta da sua dissolução e banimento do autor, fora publicada apenas dois anos depois.

Vale lembrar que a análise desta Representação nos auxilia a recortar o pensamento de José Bonifácio, a medida que tratava-se de um conjunto de artigos baseados “no estudo e na experiência”<sup>172</sup>, acerca da civilização dos índios para que estes pudessem substituir a mão-de-obra escrava, a criação de uma nova lei sobre o comércio da escravatura, a melhorada sorte dos cativos e a promoção de sua emancipação progressiva, já que segundo José Bonifácio, a emancipação repentina traria consigo grandes males. Tais ideias recebiam forte influência da “justiça e generosidade do povo inglês”<sup>173</sup> que desde 1807 havia abolido o tráfico negreiro realizado por súditos ingleses. Para Bonifácio, era “de espantar que uma pratica que vai contra as leis da moral humana, às santas máximas do evangelho e à sã política, pode durar há tantos séculos entre homens que se dizem civilizados e cristãos! Mentem, nunca o foram”<sup>174</sup>.

No campo político, Bonifácio destacava que a escravidão impossibilitaria a existência de uma Constituição Liberal. Tese esta que com o tempo mostrou-se frágil, já que a construção do Estado Nacional e a Constituição se deram tomando como base justamente o regime escravista. Reiterando esta afirmação, podemos destacar o autor Ricardo Salles em *Nostalgia Imperial*, trabalho no qual destaca que o projeto de construção e hegemonia do Estado e dos cafeicultores fluminenses se deu a partir das relações sociais escravistas. Foi justamente a particularidade do Brasil em manter uma monarquia em meio as repúblicas da América, o que o autor intitula como a “planta exótica da América”<sup>175</sup>, que permitiu estas construções.

Segundo ele, a manutenção da escravidão também não se mostrava favorável para a economia, já que “os escravos não aumentam nossa população”<sup>176</sup>, pois eles morriam cedo e muitas vezes não pagavam o dinheiro empregado. Além disso, “a escravatura deve

---

<sup>172</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Representação à Assembleia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. In.: DOLHNIKOFF, Mirian (org). Projetos para o Brasil. Coleção: Grandes Nomes do pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras – Pulbifolha, 2000.p.23.

<sup>173</sup> Ibidem p.23

<sup>174</sup> Ibidem, p.30

<sup>175</sup> SALLES, Ricardo. Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Ponteio, 2013, p. 41.

<sup>176</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Op. Cit. p.28.

obstar a nossa indústria, pois os senhores não se veem com necessidade de aperfeiçoar sua indústria ou melhorar a lavoura – máquinas são desprezadas”<sup>177</sup>.

Mostrando certo anti-clericalismo, Bonifácio atribuía a Igreja Católica grande parte da responsabilidade pelo atraso nacional e afirmava que “apesar do bonito evangelho que dizemos seguir [...] a nossa religião é pela maior parte um sistema de superstições e abusos antisociais; o nosso clero, em muita parte ignorante e corrompido, é o primeiro que se serve de escravos”<sup>178</sup>.

Do ponto de vista moral – tendo como base as leituras que fez de autores como Rousseau e Montesquieu durante a fase em que estudou na Europa – Bonifácio, contrariando a concepção que se tinha à época, destacava: “O escravo não deve ser tomado como propriedade, pois esta foi sancionada para o bem de todos. Mas qual é o bem para o escravo? [...] Que justiça tem um homem para roubar a liberdade do outro?”<sup>179</sup>

Por fim, o que parecia despertar maior preocupação no pensamento de José Bonifácio, era a questão da segurança nacional que como vimos no capítulo anterior estava ameaçada, segundo ele, pela forte presença do elemento negro. Tido como inimigo interno capaz de provocar verdadeira sublevação como ocorrera em São Domingos, onde a população de escravos conseguiu tomar o controle das instituições locais através da ação violenta. Contra isso, Bonifácio alertava: “Os homens escravos, que na menor desgraça veem a morte certa e nada pior, naturalmente procuram perturbar o Estado, e conspirar contra o soberano, único remédio que lhes resta”<sup>180</sup>.

Como vimos, José Bonifácio ao justificar suas propostas para abolir à escravidão, apelou para razões políticas, econômicas, religiosas e sociais que auxiliaram na causa nacional, vinculando o suposto atraso brasileiro à grande quantidade de negros. Por esta razão, foi caracterizado como ambíguo pelo historiador Kenneth Maxwell<sup>181</sup>, que acreditava que Bonifácio, assim como as principais lideranças intelectuais do seu período, agia em prol dos interesses da nação e não por questões humanitárias, como por vezes tentou justificar-se.

---

<sup>177</sup> Ibidem, p.29.

<sup>178</sup> Ibidem, p.27.

<sup>179</sup> Ibidem, p.30.

<sup>180</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Avulsos. In.: DOLHNIKOFF, Mirian (org). Op. Cit, p.45.

<sup>181</sup> MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem Incompleta - A experiência Brasileira. São Paulo: Editora Senac, 2000.

Resumidamente, Ana Rosa Cloquet da Silva<sup>182</sup> coloca que, para José Bonifácio, além de contrapor-se à imperativa criação de uma identidade nacional, a existência da escravidão chocava-se com as bases de um “Império Constitucional”: economia de livre mercado, desenvolvimento industrial e agrícola, construção do cidadão civilizado e, finalmente, o reconhecimento externo da nação soberana – estando esta condicionada à pressão inglesa pela abolição do tráfico.

Sua maior preocupação, portanto, era com o bem da nação e da elite. Esta, no entanto, composta em sua maioria por proprietários de terras e de escravos, não estava disposta a pagar o preço da modernidade que supostamente a beneficiaria.

Segundo Emília Viotti da Costa<sup>183</sup>, sua representação ganhou diversas outras publicações, inclusive em inglês [já no ano seguinte, em 1826, fora publicada em Londres pela Buttetxvorth], e posteriormente foi elogiada por diversos autores positivistas que apoiavam a causa da abolição.

Sobre a sua representação à Assembleia, Bonifácio disse em suas cartas:

“Ha 15 dias que escrevi ao amigo e Sr. Menezes, remetendo-lhe o resto do opúsculo sobre a escravatura, de que não conservo borrão, e até hoje nada de resposta”<sup>184</sup> [...] “A Representação é tão pouca coisa que não merece os typos de Didot e, quanto aos exemplares que para mim quer guardar, basta que sejam 20, e em papel ordinário, pois pouca gente ha a quem eu faça presente d’elles”<sup>185</sup>.

E ainda:

“Rogo-lhes que, se puderem obter a minha Representação á Assembléa sobre a civilização dos Indios, que se imprimiu e distribuiu, me queiram enviar; pois a quero corrigir e aumentar, e depois imprimir”<sup>186</sup> [...] “diga-me tambem se achou a minha Representação sobre os Indios, que quero dar-lhe novo vestido e talhar-lhe roupas mais largas e á tragica. - Veja se se acha por lá a - História of Brazil de Roberto Southey, em 3 vol. 4º, pois a não tenho, e é boa compilação, e pode servir-me”<sup>187</sup>.

Ainda no exílio, José Bonifácio teria mais duas publicações. Em 1826 publicou, em nome dos três Andradas, uma resposta defendendo-se de ataques que receberam da imprensa Europeia, o qual chamaram de calúnias, intitulado “*Réfutation des calomnies*

<sup>182</sup> SILVA, Ana Rosa Cloquet da. De Império a Nação. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, p. 30 - 33, 07 set. 2007.

<sup>183</sup> COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit, 1977

<sup>184</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 07/10/1825.

<sup>185</sup> Carta enviada à Menezes Drummond em 17/10/1825

<sup>186</sup> Carta enviada à Menezes Drummond em 09/09/1826

<sup>187</sup> Carta enviada à Menezes Drummond em 22/10/1826

*relatives aus affaires du Brésil, insérées par um Sieur De Loy dans l'Indépendant de Lyon; par Messieurs José-Bonifácio d'Andrada, Antonio-Carlos d'Andrada [et] Martin-Franciscod'Andrada*, pela Imprimerie d'A Béraud – que nos revela a preocupação que os irmãos Andradas tinham com as suas próprias imagens<sup>188</sup>, e em 1827 publicou ainda a *Ode aos Gregos, por um brasileiro* pela mesma tipografia.

No que diz respeito aos acontecimentos no Brasil durante seu exílio, José Bonifácio procurou acompanhar, ainda que de longe, a situação - sobretudo política – que o país enfrentara nos anos imediatamente posteriores à independência: “Principiemos pela politica, já que ella nos deve muito interessar, visto o nosso estado”<sup>189</sup>. Neste momento, cabe-nos recordar que durante os anos em que permaneceu em Talence, ocorreram importantes episódios como a Confederação do Equador e a Guerra da Cisplatina, que acabaram por contribuir com o aumento da impopularidade do Imperador, D. Pedro I.

O primeiro, constituiu-se em um movimento de caráter separatista que defendia a formação de uma República. Liderados pela classe média e fazendeiros de algumas províncias do nordeste, como Pernambuco – onde o movimento eclodiu em Julho de 1824 - Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, e influenciados pelos ideais da Revolução Pernambucana de 1817, estes revoltosos questionavam a postura autoritária de D. Pedro I e a crise econômica, que impulsionara o aumento de impostos naquela região. Esse movimento, no entanto, fora duramente reprimido pelo governo, que, em setembro do mesmo ano, retomou o controle de Recife. As punições contra os revoltosos foram severas e um dos seus principais líderes, frei Caneca, foi executado.

Já o segundo episódio, ocorreu na província da Cisplatina – região esta que havia sido anexada definitivamente ao Brasil no ano de 1816, ainda no período Joanino – entre os anos de 1825 e 1828. O conflito teve início quando um grupo de dirigentes da província Cisplatina declarou a separação do Brasil e a sua incorporação à República Argentina. Como resposta, o governo brasileiro declarou guerra ao governo de Buenos Aires, desagradando a elite brasileira. O fim deste conflito foi mediado pela Inglaterra, que pressionou o Brasil e a Argentina a assinarem um acordo de paz. Assim, a Cisplatina garantiu sua independência, tornando-se a República Oriental do Uruguai.

Quanto a estes acontecimentos, comentou do exílio:

---

<sup>188</sup> Tema este que nos será de grande relevância no terceiro e último capítulo desta dissertação.

<sup>189</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em Janeiro de 1826.

a guerra desastrosa da Cisplatina e Estados Unidos do Rio da Prata, que fará coalhar os mares de corsários e entrará a pé enxuto no Rio Grande, e talvez em S. Paulo, visto o destroço das nossas tropas do Sul, o desgosto necessário das Províncias comarcões e os males da prolongação de uma guerra, onde os inimigos não só combaterão com pólvora, chumbo e balas, mas com proclamações e emissários. Bem quis eu, quando estive no Ministério, evitar todo o motivo de descontentamento dos Cisplatinos e aproveitar o adio que tinham aos de Buenos-Aires; mas era preciso tirar o ladrão e despótico Laguna de lá, ~ fazer gozar o país dos benefícios da liberdade constitucional”<sup>190</sup>.

O resultado destes dois conflitos, além da perda territorial, significou uma perda moral, pois custou ao Império Brasileiro muitas mortes e gastos financeiros, além de favorecer o desgaste e a crise política que viria a culminar na abdicação de D. Pedro I poucos anos depois, em 1831.

Perda de moralidade esta que não teria passado despercebida por José Bonifácio, que de longe parecia observar – e comentar - a impopularidade do imperador, bem como as revoltas que ocorriam no Império Brasileiro:

Os corcundas pedem sem reбуço o absolutismo; mas o povo anda mais desconfiado e descontente; a tropa não se quer bater e a deserção é imensa no sul; os conquibus faltam e o banco ameaça ruína<sup>191</sup>.

Sempre atento, José Bonifácio buscava notícias entre suas próprias redes de sociabilidade, e tecia comentários a respeito das nomeações de ministros, senadores e deputados de províncias – cabe aqui ressaltar que fora eleito senador pela Bahia em 1824, falava ainda sobre sobre as repercussões internacionais da situação política brasileira, bem como, sobre os mandos e desmandos do Imperador D. Pedro I – a quem costumava se referir de maneira bastante ostensiva.

“Quanto á minha nomeação para senador, confesso que me fez algum bem ao coração ver que os Bahianos não se esqueceram de todo de um homem, que tanto gritou e forcejou para que fossem socorridos contra os vândalos de Portugal; mas, como o que por ora ambiciono é ir acabar os meus cansados dias em um cantinho bem escuro e solitário da minha bestial Província j e portanto rogo a Deus que S. M. Imperial me queira preterir na escolha”<sup>192</sup>.

Ansiando por notícias, questionava aos amigos que estavam na Inglaterra; “Rogolhe que saiba se já ha nomeações de Deputados nas Provincias do Sul, principalmente de S. Paulo, e quaes são”<sup>193</sup>.

<sup>190</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em Janeiro de 1826.

<sup>191</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 22/10/1826

<sup>192</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 23/10/1824

<sup>193</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 01/09/1824.

“Como estou certo que os Bahianos me nomearão Deputado, apesar das ameaças da dita carta, estou resolvido a ir ao Brazil; e lá verei se devo ficar em tal Paiz, ou vender os meus tarecos e abalar para Colombia, paiz quente e proprio para um velho rheumatico, e sobre tudo paiz Americano e Livre”<sup>194</sup>.

E ainda:

“Srs. que noticias me dão das nossas camaras? Morreram á nascença? Por que razão, ao menos, a Camara da Bahia me não tem enviado o Diploma de Deputado eleito? Talvez o Borges saiba d'isto, pois devia ter a participação da sua escolha de senador. Quais foram os Deputados nomeados por S. Paulo e Minas? E esta ultima provincia não se abalará com a nova desordem da Bahia?”<sup>195</sup>

José Bonifácio mencionou o Brasil - comumente referindo-se a ele como país dos Tatambas - em praticamente todas as suas correspondências, e em quase todas como assunto principal. Sempre mencionando este tema como de maior interesse de ambos, devido a situação em que eles se encontravam.

“As cartas que recebi do Brazil nada dizem; porque o terror Robspeniano, que reina no Rio, ata as linguas daquella pobre e timida gente e até os obriga a mentir talvez [...] Como tem chegado embarcações de Pernambuco e da Tatamba Bahia, se circularem por ahi noticias que consolem uma alma do Purgatorio, queira communicar-me”.<sup>196</sup>[...] “Ora diga-me: como quer por ora que cuide da historia da Revolução do Brazil, *cujus pars magna fui*, nas actuaes circumstancias, sem documentos originaes, nem sequer Gazetas e impressos do tempo? Ainda peor é ler as mentiras do Annuaire historique e não pode-las confutar”<sup>197</sup>.

Mostrando preocupação com as repercussões internacionais acerca do conturbado contexto político brasileiro, escrevia:

“Então que lhes parecem as noticias dos jornaes sobre as negociações de Lord Stuart? Seremos atados ao cepo de Portugal; e o Defensor perpetuo (nome emphatico!) daria em droga? Pobre Brazil! O que diz o Brasileiro, que julgo conhecer, acêrca d'isto é singular, mas não responde a nada; só admiro a bondade com que elogia ao bambo mulato e seus companheiros em luzes, patriotismo e virtude”.<sup>198</sup>

E ainda:

“O Jornal de hoje traz noticias de 24 de Agosto do Rio de Janeiro, e nada de novo sobre a famosa Tratada de Lisboa, com que o perfido Gabinete de Londres procura engodar o Brazil, - para repartir a carga

---

<sup>194</sup> Carta escrita à Menezes Drummond em 13/10/1824

<sup>195</sup> Carta enviada à Menezes Drummond em 20/01/1825.

<sup>196</sup> Carta enviada à Menezes Drummond em 07/10/1824

<sup>197</sup> Carta enviada à Menezes Drummond em 13/10/1824

<sup>198</sup> Carta enviada à Menezes Drummond em 07/10/1824



do agonisante Portugal, que tanto lhe pesa nos hombros, com os estupidos poltrões do grande Imperio nominal do Equador”<sup>199</sup>.

Sobre o reconhecimento da independência brasileira dizia:

“Emfim, poz o ovo a grã pata e veiu a lume o decantado Tratado, que sahiu melhor do que esperava; - ao menos temos Independencia reconhecida, bem que a soberania nacional recebeu um coice na bocca do estomago, de que não sei se morrerá, ou se se restabelecerá com o tempo; tudo depende da conducta futura dos Tatambas. Que galantaria jocosa de conservar João Burro o - titulo nominal de Imperador, e ainda mais de convir nisso o P. malasartes! Mas, com esta farça o astuto Caning escamotou o reconhecimento a Vienna e Paris. Se for certa a amnistia de Pernambuco creio que Stuart a ampliará com mais justiça a todos os fugitivos e deportados, que não têm nem vislumbre de crime”<sup>200</sup>.

Quanto à já mencionada Guerra da Cisplatina, Bonifácio fez duras críticas à conduta do governo brasileiro, lembrando – e autovalorizando - a sua conduta enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros:

“Parece-me que, mais cedo do que pensava o velho do Rocio, se cumprirá a sua propheta acêrca do Imperador de mata-porcós. As camaras não se juntam, e nem sequer se tem escolhido os Senadores, com que se abateria a desconfiança publica, e teriam os corcundas basbaques algum motivo para acalmarem o povo e tecerem elogios ao Sultão. Acrescente a isto o resfriamento e azedume do Gabinete Inglez, que não quiz ratificar o Tratado de commercio e amizade, e de novo a guerra desastrosa da Cisplatina e Estados Unidos do Rio da Prata, que fará coalhar os mares de corsarios e entrará a pé enxuto no Rio Grande, e talvez em S. Paulo, visto o destroço das nossas tropas do Sul, o desgosto necessario das Provincias comarcães e os males da prolongação de uma guerra, onde os inimigos não só combaterão com polvora, chumbos, balas, mas com proclamações e emissarios. Bem quiz eu, quando estive no Ministerio, evitar todo o motivo de descontentamento dos Cisplatinos e aproveitar o adio que tinham aos de Buenos Aires; mas era preciso tirar o ladrão e despotico Laguna de lá e fazer gozar o paiz dos beneficios da liberdade constitucional. Escapou-me o ladrão de vir rebulindo, prevenido pela traição do General Marques e do Syndico Zuniga. Com a minha demissão foi tudo a peor, e o Laguna teve a imbecilidade de um novo Cabildo de todos os corcundas do paiz, que teve o desaccordo de pedir o Absolutismo, os quaes foram depois premiados com habitas e commendas, que, bem que fantasticas, indispuzerem cada vez mais os animas; e o resultado de tudo isto foi a revolta e guerra, que hoje soffre o Brazil”<sup>201</sup>.

Com isso, não deixou de ressaltar o quanto àquele episódio contribuiu para a impopularidade de D Pedro I:

“A estrella da Imperial criança vai-se offuscando e o tempo ameaça borrascas grandes; o peor é que temos perdido a liberdade e a honra nacional. O sul foi-se, e dizem que Bolivar caminha para nossas

<sup>199</sup> Carta enviada à Meneses Drummond em 17/10/1825

<sup>200</sup> Carta enviada à Meneses Drummond em 14/11/1825

<sup>201</sup> Carta enviada à Meneses Drummond em Janeiro de 1826

fronteiras. E onde está a gente que o deve combater e o dinheiro para a guerra? Seja o que Deus quiser”<sup>202</sup>.

Tais críticas foram largamente demonstradas ao longo de suas cartas, marcadas pela sua insatisfação, constantemente referindo-se a D. Pedro I como “Imperial criança”, e por tantas outras, citando o seu caráter autoritário. Como veremos no capítulo a seguir, tal perspectiva fez com que ele reconstruísse uma autoimagem de vítima – em vista daquela de herói da nação, que acreditara ser - e buscasse legitimar suas ações durante o processo da independência brasileira.

“O Rapazinho tem com que coçar- e agora com o Patriota Portuguez; que vão incendiar até aos pés de chumbo, assim o quis, assim o tenha”<sup>203</sup> [...] “O pior é, segundo os infaustos vaticínios do meu Tibiriçá, que talvez o Senhó Imperadó para se lavar do crime de ingrato, não se lembre de mim para alguma coisa publica, o que já agora me assusta; pois o que só desejo é ir acabar os meus cansados dias de jaleco e bombachas de algodão nos meus outeirinhos”<sup>204</sup>.

Em 1826, ao escrever sobre a ocasião da morte de D. João VI e o problema gerado em torno da sucessão do trono português, José Bonifácio voltou a condenar as atitudes do Imperador do Brasil, desta vez no que dizia a respeito sobre as suas intenções:

“A Imperial criança está com dysenteria de tenesmos, ou com febre maligna de tresvarios; de qualquer modo vai mal, e irá de mal a pior com a morte do Pai e com a sucessão do Throno Portuguez, de que dizia não queria nada, nada e nada. Quem me diria a mim que eu tinha inspirações de profeta!”<sup>205</sup>.

Por fim, cabe ressaltar que ao longo dos cinco anos em que José Bonifácio permaneceu no exílio, entre os anos de 1824 e 1829, o número de correspondências diminuiu com o tempo - sobretudo a partir do ano de 1827 - e ao mesmo passo, a partir destes momentos é possível notar um certo apaziguamento no tom destas cartas. Se nos primeiros anos encontramos um José Bonifácio marcado pelo rancor e pela mágoa de sentir-se traído, tal qual veremos no último capítulo desta dissertação, no fim, a partir de 1827 – quando a possibilidade de regresso ao Brasil começou a tornar-se mais concreta, descobrimos um Bonifácio esperançoso, ansioso com a proximidade da volta para a sua pátria.

---

<sup>202</sup> Carta enviada à Meneses Drummond em 04/10/1826

<sup>203</sup> Carta enviada à Meneses Drummond em 20/01/1825

<sup>204</sup> Carta enviada à Meneses Drummond em 14/11/1825.

<sup>205</sup> Carta enviada à Meneses Drummond em 04/04/1826.

### 3- EXÍLIO E RESENTIMENTO: A CONSTRUÇÃO DE UMA AUTOIMAGEM

#### 3.1– O olhar ressentido e a busca por reconhecimento

Como mencionamos anteriormente, neste terceiro capítulo, buscaremos destacar os aspectos mais subjetivos do exílio de José Bonifácio, àqueles que dizem respeito aos seus conflitos internos e escolhas individuais e que portanto, estão diretamente relacionados à afetividade e a sentimentos como a frustração e o ressentimento. Tais apreciações serão possíveis graças ao caráter subjetivo dos escritos pessoais, sejam eles nas “Cartas Andradas” ou nos textos do livro “Projeto para o Brasil”.

Sobre este momento, Otávio Tarquínio de Souza resumia:

“Com os amigos de Paris, sobretudo Rocha e Drummond, José Bonifácio se comunicava por meio de longas cartas, sem sombra de pedantismo ou hipocrisia, dizendo tudo o que sentia e pensava. Por essa correspondência de homem franco e sincero será fácil reconstruir lhe os estados d’alma, as preocupações, os projetos, os desejos, as decepções, as alegrias”<sup>206</sup>.

Com o fim da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823, e a partida de José Bonifácio e dos demais opositores do Imperador para o exílio na Europa, discutir projetos para a nova nação já não fazia sentido para o personagem, que a esta altura estava fora do cenário político brasileiro. Foi a partir de então, que Bonifácio reconstruiu o seu discurso, demonstrando todo o seu ressentimento e sua decepção com os rumos tomados pelo Brasil. Afinal, ele se sentia vítima por achar que suas condutas foram todas em prol do bem da nação e, ao mesmo tempo, viu seus projetos falharem tanto no âmbito político quanto no âmbito social. Tal perspectiva é fundamentada pela definição dada por Claudine Haroche para o ressentimento como “uma resposta inconsciente, efeito longínquo de uma angústia ignorada, recalcada, ligada ao sentimento ameaçador de uma negação da existência”<sup>207</sup>.

Claudine Haroche pensa o ressentimento através de um conjunto de quatro autores: Erich Fromm, Strauss, Arendt e Elias. A reflexão da autora e o uso desses autores remetem ao tema escolhido para pensar o ressentimento, o nazismo. As análises de

<sup>206</sup> SOUSA, Otávio Tarquínio de. *José Bonifácio*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1988. (Coleção História dos Fundadores do Império do Brasil, v. 1). p. 216.

<sup>207</sup> HAROCHE, Claudine. Elementos para uma antropologia política do ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res) sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2001. p.340.

Fromm têm como alvo a psicologia do nazismo, análises que Elias retoma, buscando compreender como a “personalidade social” das classes médias alemãs encorajava o desejo de submissão e de dominação<sup>208</sup>. Fromm demonstra como grande parte dessas classes médias tinha um lugar em um sistema social estável, identificando-se com a monarquia. Sua imagem, seu sentido de existência se inscreve na submissão aos dominantes. O fim da Primeira Guerra transformou radicalmente aquela realidade e desmoronou o *status* desse grupo. Estavam dadas as condições para o surgimento do ressentimento, que logo contaminou a sociedade alemã como um todo. Apoiado na análise de Strauss sobre o niilismo alemão, Fromm detém-se no desejo de submissão dessas classes médias e no ódio pelos fracos, componentes encorajados pelo nazismo.

Continuando sua reflexão, Haroche lembra como Hannah Arendt via nessa personalidade submissa incondicional a característica dos movimentos totalitários. Arendt retrata a personalidade do homem totalitário: submissão às regras, falta de classificação, inutilidade, ausência de consciência, incapacidade de pensar e o mal radical. Elias retoma as reflexões desses três autores - Strauss, Fromm e Arendt - e apresenta uma explicação para a gênese dos mecanismos do ressentimento: o clima geral seria fruto de uma mistura de tipos específicos de estruturas sociais e das personalidades - que é “parte inerente aos ideais do ego, da formação da consciência e dos códigos de comportamento”<sup>209</sup>.

Contribuindo para este debate acerca do ressentimento, Pierre Ansart<sup>210</sup> faz uma análise da historiografia do tema e indica seus três principais autores: Nietzsche, Scheler e Merton. Segundo o autor, foi Nietzsche que em 1887, elaborou a noção de ressentimento, através do cruzamento de três abordagens complementares: histórica, psicológica e sociopolítica. É este autor ainda quem debate a questão de forma a descrever o ressentimento que surge de algum conflito em sua interiorização e denegação. Ao longo do tempo, esse ódio e esse ressentimento são interiorizados pelos dominados e

---

<sup>208</sup> Ibidem., p. 336.

<sup>209</sup> Ibidem., p. 339.

<sup>210</sup> ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In.: In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória (res)sentimento, indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001

modificados em valor positivo: surge uma humildade resignada, um ódio recalcado que pode ser transformado, eventualmente, em “ódio de si mesmo”<sup>211</sup>.

Nietzche, ao estudar as origens do ressentimento, buscou uma série de exemplos de sublevação dos dominados contra os dominantes ao longo da história. Segundo o autor, o que animava a esses dominados era o ódio e seus derivados como a inveja, o ciúme assassino e o desejo de vingança - emoções comuns ao ressentimento. Ao resumir tal ideia, Ansart afirma:

“Historicamente, o ressentimento seria o resultado longínquo de um conflito, de uma ação conduzida, no início da nossa era, pela religião judaico-cristã contra os guerreiros aristocratas, que possuíam o privilégio de poder exprimir livremente e realizar sua vontade de poder no exercício de sua dominação”<sup>212</sup>.

Prosseguindo esta análise acerca do ressentimento, Ansart destaca que Max Scheler abandona a perspectiva histórica de Nietzsche por uma análise dos diferentes componentes do ressentimento, universalizáveis a qualquer povo. Para Scheler o ressentimento é:

“uma atitude mental duradoura, causada pela repressão sistemática de certas emoções e afetos que são normais da natureza humana. A repressão dessas emoções leva a uma tendência constante de se permitir atribuir valores incorretos e juízos de valor correspondentes. As emoções e afetos primordialmente referidos são vingança, ódio, malícia, inveja, o impulso a diminuir e desprezar.”<sup>213</sup>

Enquanto isso, segundo o autor, Merton dá ênfase ao sistema sócio afetivo que resulta do ressentimento, e sua definição tem três elementos:

“O primeiro compõe-se de sentimentos difusos de ódio, de inveja e de hostilidade; o segundo é a sensação de ser impotente para exprimir de forma ativa estes sentimentos; o terceiro é a experiência continuamente renovada de impotente hostilidade”<sup>214</sup>.

Ansart destaca ainda as consequências (práticas e simbólicas) e manifestações do ressentimento. Enquanto os três autores clássicos que tratam do ressentimento destacam a sua tendência à imobilidade, Pierre Ansart procura entender a ação que é resultante do

---

<sup>211</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da moral*. Apud.: ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos.

<sup>212</sup> ANSART, Pierre. Op. Cit. p. 21

<sup>213</sup> SCHELER apud KONSTAN, David. Ressentimento — história de uma emoção. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). Memória (res)sentimento, indagações sobre uma questão sensível, op. cit., p. 62.

<sup>214</sup> MERTON Apud ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos, Op. cit., p. 18.

ressentimento. Ou seja, restituir aos sujeitos o papel de criadores de história, e vê-los não apenas como repositórios de um ressentimento autodestrutivo.

“O ressentimento é dinâmico, criador de valores (como afirmava Scheler), assim, a questão essencial colocada, às vezes de difícil resposta, é a necessidade de compreender e explicar como o ressentimento se manifesta, a quais comportamentos serve de fonte e que atitudes e condutas inspira, consciente ou inconscientemente”<sup>215</sup>.

Entre outras decorrências da ação, o autor lembra a capacidade que a manifestação do ódio recalcado tem para constituir a coesão no interior de grupos, caso este que podemos relacionar à rede de sociabilidade de José Bonifácio estreitada durante o seu exílio. Ansart afirma ainda que há uma necessidade permanente, em qualquer sociedade, de encontrar inimigos a serem odiados, por quem se deve nutrir ressentimentos. A construção de inimigos seria uma das “necessidades normativas da cultura”<sup>216</sup>.

Por fim, outras dimensões a acrescentar às análises sobre o ressentimento, segundo Ansart, seriam as ênfases não apenas nos indivíduos, mas também nas representações, ideologias e imaginários que são reveladores no devir do ressentimento, por um lado e, por outro, a consideração do papel dos porta-vozes do ressentimento (escritores, líderes carismáticos, seitas etc.), pois o papel dos provocadores pode elucidar muitos processos históricos de exasperação dos ressentimentos.

Complementando esta discussão, Edward Said<sup>217</sup> destaca que os exilados olham para os não exilados com ressentimento. Pois sentem que eles - os não exilados - pertencem ao seu meio, ao passo que um exilado está sempre deslocado.

Cabe-nos ressaltar que o ressentimento de José Bonifácio durante o exílio se personificou, sobretudo, na figura de D. Pedro, para o qual dedicou duras palavras, devido a sua conduta em relação aos irmãos Andradas mesmo depois de tudo àquilo que acreditara terem sido significativas contribuições para o Brasil. Para Bonifácio, D. Pedro agia como um “ditador que governa com um cetro de ferro”<sup>218</sup> e suas atitudes, portanto, não condiziam com o projeto de Constituição Liberal que tanto sonhara.

---

<sup>215</sup> ANSART, Pierre. Op. Cit. p. 21

<sup>216</sup> Ibidem. , p. 25.

<sup>217</sup> SAID, Edward. Reflexões sobre o Exílio e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 54.

<sup>218</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada e. A dissolução da Assembleia foi mais que um crime, foi um erro palmar Ibidem, p.125.

“Pérfido Pedro, quando me fazia amizades com a metade do rosto, com a outra se azedava da minha popularidade e no seu corrompido coração tramava calúnias, que espalhava contra mim e por todos os meios procurava abortar os meus planos e projetos” [...] “Com a máscara da franqueza iludia minha boa-fé e acolhia os meus mais secretos pensamentos que espalhava às escondidas, desnaturando-os e empeçonhendo-os. Quando obrava despropósitos, dizia que lhos tinha aconselhado e quando cedia às minhas representações dizia que se tinha arrependido de ter cedido à amizade que bazofiava ter por mim”<sup>219</sup>

Completando suas críticas, dizia ainda:

“O Brasil só quer um restaurador da ordem social, um defensor da sua independência, um pai e benfeitor, e não um ditador, que o governe com cetro de ferro, e que pise aos pés seus direitos e sua felicidade. Queria um soberano que fomentasse a sua instrução, o seu comércio e a sua nascente indústria e não um Pedro cru, que só cuidasse de derramar sangue e de fazer escravos. De outro modo só será monarca do Brasil por três ou seis anos, como são os juízes de fora. A sua obra informe e sem bases não pode passar a seus filhos, e aos filhos de seus filhos... Deve atender que está rodeado de novos Estados republicanos, com todo o vigor da mocidade que creem que a América deve expulsar a realeza; que devem temer as forças de um império nascente, e com um Pedro à testa”<sup>220</sup>.

Além das duras críticas apontadas em suas notas durante o exílio, não faltaram correspondências dirigindo ofensas ao Imperador e suas atitudes questionáveis a frente do governo brasileiro

“Ó meu bom Deus, porque me conservas a vida para ver o meu país enxovalhado a tal ponto! E esses bandalhos do Governo não vêm a impolítica de tal procedimento, que fará pulular novos inimigos á Imperial criança [...] Parece-me que, mais cedo do que pensava o velho do Rocio, se cumprirá a sua profecia acerca do Imperador de mata-porcós. As câmaras não se juntam, e nem sequer se tem escolhido os Senadores, com que Se abateria a desconfiança publica, e teriam os corcundas basbaques algum motivo para acalmarem o povo e tecerem elogios ao Sultão”<sup>221</sup>.

Ainda criticando as consequências das atitudes de D. Pedro para o Brasil, dizia:

“Vistas as circunstâncias criticas em que se acha a Imperial criança, e os sucessos rápidos, assim internos como externos, do nosso desgraçado país, será talvez mais prudente esperar pela peripécia da Tragicomédia Tatambica”<sup>222</sup>

Posição esta que o acompanhou ao longo dos anos:

A estrela da Imperial criança vai-se ofuscando e o tempo ameaça borrascas grandes e o pior é que temos perdido a liberdade e a honra nacional. O sul foi-se, e dizem que Bolívar caminha para nossas

---

<sup>219</sup> Idem.

<sup>220</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada. Op. Cit., p.114.

<sup>221</sup> Carta enviada a Meneses Drummond em Janeiro de 1826.

<sup>222</sup> Carta enviada a Meneses Drummond em 14/02/1826.

fronteiras. E onde está a gente que o deve combater e o dinheiro para a guerra? Seja o que Deus quiser<sup>223</sup>.

Por fim, em uma de suas última cartas, José Bonifácio passa a se referir a D. Pedro com certa piedade, por acreditar que ele estava mal amparado. E no que parecia ser um presságio do que iria se tornar dois anos depois, desejava que seu sucessor não tivesse o mesmo destino:

Pobre- Portugal, e pobre D. Pedro, que não teve ao lado quem lhe abrisse os olhos sobre a infernal política da Europa, assim como não teve sobre a bestial guerra de Buenos-Aires I - Para que não suceda o mesmo ao sucessor do trono, grite, meu bom amigo, que lhe deem quanto antes um aio, homem de energia, probidade e saber. Sem educação, quem nos assegura que não saia um novo D. Miguel, para infelicidade sua e do Império?<sup>224</sup>

Apesar de demonstrar acreditar em tudo aquilo que dizia, José Bonifácio queria reconhecimento e por isso, passou a agir de maneira tão ostensiva com relação à D. Pedro e aos novos rumos políticos tomados pelo Brasil, que em nada se aproximavam do seu projeto de nação.

Tudo isso lhe parecia uma ingratidão cometida contra os que haviam sido ‘beneméritos da pátria’. Tudo fizera para salvá-la da anarquia, do despotismo e a paga que recebera fora o ostracismo: ‘Fui preso e deportado sem crime, sem sentença, assim a liberdade pessoal foi atrozmente injuriada’<sup>225</sup>.

E ainda:

Desterrado em Talence, França, confessava-se desiludido de um mundo corrompido e ingrato que o privara de todo trabalho e de qualquer esperança<sup>226</sup>.

Para compreender tal necessidade de sentir-se reconhecido, nos embasaremos na obra “A Vida em Comum” de Tzvetan Todorov, que trata-se de um ensaio sobre a condição humana, mais especificamente, da necessidade de partilhar a vida com outrem. Amparado em estudos que absorvem contribuições da Filosofia, Psicanálise, Economia, entre outros, o autor reforça o argumento de que um humano só se constitui na relação com um outro de sua mesma espécie.

---

<sup>223</sup> Carta enviada a Meneses Drummond em 04/10/1826

<sup>224</sup> Carta enviada a Meneses Drummond em 02/04/1829.

<sup>225</sup> COSTA, Emília Viotti da. José Bonifácio: mito e história. In.: Da Monarquia a República, momentos decisivos. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p. 98.

<sup>226</sup> Ibidem., p. 99.



Baseado em Rousseau – para quem a vida em sociedade é uma vocação humana- Tzvetan Todorov<sup>227</sup> destaca que o homem é de fato um ser social. De um ponto de vista antropológico, o autor busca compreender não o lugar que o homem ocupa na sociedade, mas, ao contrário, o lugar que a sociedade ocupa no homem.

A intenção do autor é ter uma melhor compreensão do objetivo da existência humana. Ele demonstra que é preciso ir além do que se percebe a partir de concepções correntes (e antagônicas), carregadas de conceitos antropológicos subjacentes. Tais concepções induzem a pensar que o objetivo da existência humana é o desenvolvimento do indivíduo, a realização de si ou o progresso da sociedade, ainda que este implique em sacrifício de certas vantagens do indivíduo.

Para o Todorov, estas duas versões do ideal humano participam de uma mesma concepção do homem, que o representa em antagonismo com seu meio social, tornando necessário escolher: o indivíduo ou a sociedade.

O autor destaca, porém, que “o si mesmo” existe apenas na e por sua relação com os outros e intensificar a troca social significa intensificar o si mesmo. Segundo ele, tomar consciência de que o objetivo do desejo humano não é o prazer, mas a relação entre os homens, pode, ao mesmo tempo, nos permitir reconciliar-nos com situações que pareceriam insatisfatórias sob outros critérios e agir de forma a melhorar a vida da sociedade de modo duradouro e geral.

Ainda tratando da questão da alteridade, Tzvetan Todorov em seu livro *A Conquista da América*<sup>228</sup>, apresenta a descoberta e as relações que se estabelecem entre o eu e o outro a partir da chegada europeia nos territórios americanos. O autor propõe a análise dessa chegada, e do que dela representou em relação ao encontro dos europeus com os índios, diferenciando quatro etapas: descobrir, conquistar, amar e conhecer.

No momento em que aborda a etapa do conhecer, Todorov menciona que a relação com o outro não acontece a partir de uma dimensão única, mas ocorre através de diversos modos que definem diversas tipologias, das quais ele distingue três eixos principais – e os quais trazem a questão da alteridade: o axiológico, no qual se realiza um julgamento de valor: o outro é bom ou é mau, apetece ou não apetece, é igual ou inferior ao referente

---

<sup>227</sup> TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum*. São Paulo: Papirus, 1996.

<sup>228</sup> \_\_\_\_\_ *A Conquista da América: a questão do outro*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2010.

(o mesmo, o eu, o mim); o plano praxiológico, que ocorre na ação de aproximação ou distanciamento, que define o eixo em que o referente adora os valores do outro, identificando-se com ele, assimilando-o, impondo a ele a imagem do referente; entre essa perspectiva de submeter-se ao outro ou submeter o outro ao referente existe ainda a possibilidade de permanecer neutro ou indiferente; e em terceiro o epistêmico, segundo o qual se pode conhecer ou ignorar a identidade do outro. Ainda que esses planos possam coexistir e se relacionar, Todorov afirma que eles são bem definidos, pois, é possível amar sem conhecer, conhecer sem se identificar e se identificar sem amar; diz ele: “conquistar, amar e conhecer são comportamentos autônomos e, de certo modo, elementares”<sup>229</sup>.

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, Emília Viotti da Costa ao estudar as imagens traçadas de José Bonifácio ao longo do tempo, destaca que além das já conhecidas correntes “Andradina”, “Antiandradina” e “Revolucionária”, há ainda que se ressaltar àquela imagem de José Bonifácio visto por si mesmo.

Segundo a autora, esta imagem nos é fornecida através da análise de suas numerosas notas, poesias e correspondências, escritas, sobretudo, durante o exílio. Era a imagem de um homem que creditava ter desempenhado um importante papel no movimento da Independência e ter sido alvo da mais terrível injustiça, vítima de conspirações e intrigas palacianas.

Costa destaca ainda que em sua própria visão, escapavam-lhe as suas contradições:

O conflito entre executivo e legislativo, as contradições de sua política escapavam à sua consciência. Apoiara-se nos meios conservadores cujos interesses, no entanto, ferira pleiteando o confisco de propriedades improdutivas, a emancipação dos escravos e criticando os títulos de nobreza. Identificara-se aos comerciantes portugueses nas críticas que estes faziam aos tratados de comércio com as nações estrangeiras, mas, ao mesmo tempo, perseguira os próprios comerciantes determinando o confisco de suas propriedades; manifestara-se favorável à emancipação dos escravos, embora temesse uma revolta destes. Criticara a corrupção e a venalidade das “elites” dirigentes, mas procurara restringir o voto popular entregando consequentemente o poder a essa mesma elite que desprezava. Desconfiava da Assembleia procurando reforçar o poder do imperador, cujo arbítrio, no entanto, condenava. Todas essas contradições passavam-lhe despercebidas<sup>230</sup>.

Sobre a sua visão de si mesmo, a autora conclui que:

---

<sup>229</sup> Idem, p. 270.

<sup>230</sup> COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit. pp. 98-99.

Esboçava-se a imagem que durante muito tempo retrataria José Bonifácio: líder da emancipação política do Brasil, amante da pátria e da liberdade, homem abnegado, desapegado das riquezas e das glórias, vítima das intrigas dos áulicos, corcundas, pés de chumbo e do ódio dos republicanos “democratas”, abominando os despotismos, desejosos de conciliar a ordem com a liberdade, temendo tanto a arbitrariedade do poder real quanto os excessos do povo, adepto da monarquia constitucional, “único sistema que poderia conservar unida e solidária” a nação<sup>231</sup>.

Tratando da temática da escrita de si, Ângela de Castro Gomes organizou uma coletânea intitulada “Escrita de si, escrita da História”, em que propõe um debate teórico-metodológico acerca da “escrita de si”.

A coletânea está dividida em duas partes cuja apresentação dos temas segue uma ordem cronológica que percorre a história do Brasil desde meados do século XIX até o fim do século XX. A primeira parte é composta de sete artigos e tem na “escrita de si” seu objeto de análise. São textos voltados para figuras intelectuais de destaque tais como Gilberto Freyre, Oliveira Lima, Monteiro Lobato e Capistrano de Abreu. Cinco deles trabalham com a correspondência pessoal enviada e recebida entre esses intelectuais. Nelas estão explícitas suas relações de amizade, trabalho, ideias, projetos opiniões, interesses e sentimentos. Redes de sociabilidade que possibilitam analisar o “mundo das letras” através das relações estabelecidas em espaço privado e refletidas no espaço público através da troca de favores, e mesmo, de uma espécie de apadrinhamento que dinamiza a circulação das ideias nos meio intelectuais.

Já a segunda parte, composta por nove artigos, apresenta a “escrita de si” como fonte para a discussão de determinadas questões da história do Brasil. Também verifica-se textos que a recortam tanto como fonte quanto como objeto de estudo. Dialogando principalmente com as temáticas de gênero e da política, estes estudos abarcam também a “escrita de si” realizada pelos chamados homens e mulheres “comuns”.

A autora destaca que o trabalho de crítica exigido por esse tipo de documentação não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra fonte de análise. No entanto deve-se levar em conta determinadas características próprias da “escrita de si”, tais como as relações do texto com seu autor, seus objetivos e perspectivas na construção voluntária ou involuntária do “eu”. Bem como, tratando-se da escrita epistolar, atentar-se para uma

---

<sup>231</sup> *Ibidem.*, pp. 102-103.

série de questões que não envolvem apenas o indivíduo autor da carta, mas também a relação que se estabelece com o receptor, a quem ela se dirige<sup>232</sup>.

“a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade” [...] “O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento”<sup>233</sup>

Emília Viotti da Costa destaca que no período do exílio, José Bonifácio cria “uma imagem subjetiva e personalista informando pouco sobre os fatos e muito sobre os sentimentos pessoais”<sup>234</sup>. Diz ainda que suas notas:

[...] nos oferecem a imagem do homem tal como ele se vê, imagem idealizada de si mesmo e da sua participação nos acontecimentos, revelando o conjunto de valores constitutivos de seu credo, sua adesão ao quadro de referência da poética pré-romântica e aos valores da ilustração<sup>235</sup>.

Para a autora, Bonifácio permaneceu fiel ao seu ideário durante toda a sua vida, colocando-se como amante da pátria e da liberdade e avesso ao despotismo. Este ideário, porém, carregava consigo diversas contradições, sobretudo em relação à emancipação dos escravos e a reforma agrária, que, no entanto, escaparam à sua compreensão.

Tal ideário podia ser visto, inclusive, nas suas poesias publicados em seu livro “Poesias Avulsas”. Como em sua Ode aos Baianos, após ser eleito deputado.

Altiva musa, ó tu que nunca incenso  
Queimaste em nobre altar ao despotismo;  
Nem insanos encômios proferiste  
De cruéis demagogos  
Ambição de poder, orgulho e fausto  
Que os servis amam tanto, nunca, ó musa  
Acenderam teu estro – a só virtude Sonhe inspirar louvores.

Mais adiante, dizia ainda no mesmo poema:

Arbitrariade fortuna! desprezível  
Mais que essas almas vis, que a ti se humilham

<sup>232</sup> GOMES, Angela de Castro (org). Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 10

<sup>233</sup> Ibidem, p.14

<sup>234</sup> COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit. p.81.

<sup>235</sup> Ibidem, p.81.

Prosterne-se a seus pés, o Brasil Todo.

Eu nem curvo o joelho.

A preocupação com a construção da imagem de José Bonifácio por ele próprio aparece antes mesmo do exílio, no momento de sua ruptura com D. Pedro e sua consequente demissão do Ministério. Tal construção, deu-se sobretudo, através da imprensa periódica.

Segundo Lúcia Neves<sup>236</sup>, o principal veículo de propaganda do grupo Coimbrão – o qual José Bonifácio fazia parte - era o periódico *O Tamoyo*, fundado e dirigido por seu amigo pessoal Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, com a ajuda do desembargador Francisco da França Miranda. O jornal surgiu logo após a demissão de José Bonifácio do Ministério do Reino e Negócios Estrangeiros, e de seu irmão Martim Francisco, do Ministério da Fazenda, e teve seu primeiro número lançado em 12 de agosto de 1823. É considerado pela historiografia, um jornal de feições modernas, de linha liberal e com forte teor oposicionista em relação ao governo de D. Pedro. O nome do periódico fazia referência à tribo indígena que mais lutou contra a dominação portuguesa. Seu último número saiu em 11 de novembro do mesmo ano, por ocasião do fechamento da Assembleia Constituinte, quando os seus redatores foram obrigados a fugir, indo ao encontro de José Bonifácio, já exilado na França.

Em linhas gerais o que ocupou a maior parte das edições deste periódico foram as respostas aos opositores, que segundo seus autores, lançavam calúnias sobre os irmãos Andradas. Neste sentido, destacava-se o *Correio do Rio de Janeiro*, periódico contemporâneo ao *O Tamoyo* que mais disparou críticas a José Bonifácio. A partir desta defesa empreendida pelo *O Tamoyo* através das “Resenhas analíticas dos periódicos da Corte”, títulos como “Pais da Pátria” e “Franklin brasileiro”, foram largamente empregados para exaltar a participação de José Bonifácio e de seus irmãos no processo da independência brasileira. Emília Viotti da Costa, porém, destaca que o uso de tais adjetivos surgem ainda em 1822, pois referem-se ao período imediatamente posterior a sua demissão do ministério.

“Em meio às agitações, quando da demissão de José Bonifácio e Martim Francisco do Ministério, poucos dias depois de proclamada a Independência, eram lançadas proclamações e representações em que José Bonifácio figurava como „Pai da Pátria“ e „timoneiro da independência“. Distribuída por seus agentes e partidários, circulou

---

<sup>236</sup> NEVES, Lúcia Maria B. P. Corcundas e Constitucionais: A Cultura Política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro. Revan, FAPERJ, 2003.

uma representação, levada ao Senado da Câmara Municipal um „tumultuário concurso do povo“, na qual se dizia que os Andradas eram a „única âncora do novo Império“, concitando-se o Imperador a reintegrá-los no ministério, pois não encontraria cidadãos mais dignos”<sup>237</sup>.

Em resposta a uma edição do *Correio do Rio de Janeiro*, no dia 26 de Agosto de 1823 os autores respondem a seguinte pergunta: Para que se precisa dos Andradas? Depois de enaltecerem as suas figuras, respondem que é “para consolidar a independência que eles criaram” e “para que enfim não seja possível no Brasil nem a escravidão, nem a anarquia”<sup>238</sup>. Em outro número, no dia 02 de Setembro, através da carta de um leitor que diz ter visitado José Bonifácio, chamando-o de “velho Rocio”, é o próprio que sai em sua defesa, justificando-se:

Eu fui o primeiro Ministro d’Estado [...] o primeiro que trovejei contra as perfídias das Cortes Portuguesas e o primeiro que pregou a independência e a liberdade do Brasil. Uma liberdade justa e sensata debaixo das formas tutelares da monarquia Constitucional, único sistema que poderia conservar unida e sólida esta arquitetura social. [...] Os facciosos trabalharam tanto que conseguiram iludir Sua Majestade com palavras vãs e vi-me forçado a pedir minha demissão, porque não queria, nem devia, consentir que o reduzissem a mero imperador do Espírito Santo<sup>239</sup>.

Com mais agressividade comentava adiante:

Pela minha parte desprezo tão vis caluniadores, e apelo para os documentos irrefragáveis que se acham impressos na Gazeta e Diário do governo e em outras folhas do tempo, assim como nas secretarias do Estado e estou certo que virá um dia em que os brasileiros honrados hão de fazer-nos justiça, e estigmatizar com o ferrete da infâmia, todos esses traidores que pretenderão iludir de novo a mocidade inexperta e fogosa<sup>240</sup>.

Nesta mesma edição do periódico clamava ao povo:

“Estou certo que virá um dia em que os brasileiros honrados hão de fazer-nos justiça, e estigmatizar com o ferrete da infâmia, todos esses traidores que pretenderão iludir de novo a mocidade inexperta e fogosa”<sup>241</sup>.

E concluía com certa melancolia, dizendo:

“Uma amável e virtuosa companheira que tenho, um verdadeiro Amigo (animal bem raro em nossos dias) e alguns bons livros, são as únicas necessidades da vida, que não posso ainda escusar. Acolher-me ao retiro dos campos e serras, que me viram nascer e folhear ali algumas páginas do grande livro da natureza que aprendi a decifrar com aturado

<sup>237</sup> COSTA, Emilia Viotti da. Op. cit., p. 87.

<sup>238</sup> O Tamoyo, 26 de Agosto de 1823.

<sup>239</sup> O Tamoyo, 02 de Setembro de 1823.

<sup>240</sup> Idem.

<sup>241</sup> Idem.

e longo estudo, sempre foi uma das minhas mais doces e suspiradas esperanças, que praza ao Céu possa eu ver de qualquer modo, contanto que seja bem cedo realizada”<sup>242</sup>

Outros periódicos como *O Sentinella*, *O Sylpho*, e *O Malagueta* também foram alvo de tais réplicas. Segundo o número lançado em 16 de Setembro, *O Sentinella da Liberdade* chamava a nação às armas e incentivava a revolta nas províncias e, por isso, os autores de *O Tamoyo*, preocupados com a unidade da nação, afirmavam que “esses periódicos anarquizam os povos”<sup>243</sup>.

Em síntese, nas páginas deste periódico, os irmãos Andradas tiveram sua participação extremamente valorizada nos acontecimentos do processo da independência brasileira e eram colocados como defensores do bem desta Nação que ajudaram a construir. Diziam sobre eles: “Na verdade eles preferem o bem comum do que o particular e são vingativos porque desafrontavam a pátria dos insultos dos lusitanos e das ocultas tramas dos democratas”<sup>244</sup>. Visão esta bastante similar a do próprio José Bonifácio que se colocava diante da Assembleia Constituinte como um procurador da Nação.

Para os redatores de *O Tamoyo*, portanto: “Os Andradas foram os libertadores da pátria e os fundadores deste vasto e rico Império”<sup>245</sup>.

Já no período de exílio na França, o personagem em questão intensificou ainda mais tais justificativas, através de suas notas, comentando vários de seus atos ao longo de sua carreira política. Estas, tratam de diversos temas e iremos analisá-las aqui de maneira a elencar algumas das temáticas desenvolvidas por ele no período. Quanto a sua demissão do cargo de Ministro de Estado dos Negócios do Império, em julho de 1823, ele justificava:

“Que outro meio me restava para mostrar que não aprovava o sistema novo que ia se introduzindo no Estado, senão dar a minha demissão. Este é o único meio constitucional e legítimo de exprimir uma respeitosa desaprovação das novas medidas; é uma advertência sem tumulto que se faz a um governo que sai do verdadeiro caminho”<sup>246</sup>.

Quanto a sua participação e de seus irmãos na Assembleia Constituinte, José Bonifácio dizia-se perseguido, pois acreditava que o papel de destaque que estes

---

<sup>242</sup> Idem.

<sup>243</sup> *O Tamoyo*, 16 de Setembro de 1822.

<sup>244</sup> *O Tamoyo*, 11 de Outubro de 1823.

<sup>245</sup> *O Tamoyo*, 28 de Outubro de 1823.

<sup>246</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Os Brasileiros querem ter liberdade*. Op. cit., p.109.

desempenhavam na Constituinte despertou a rivalidade de seus opositores que, então conspiraram para sua exclusão.

“Vendo o ascendente que os Andradas adquiriram na Assembleia, e que o povo apelidava os Pais da Pátria à vista mesmo do Imperador, os áulicos e corcundas reuniram-se aos diversos partidos de chumbistas de democratas; e urdiram a mentirosa representação das tropas para se excluírem os Andradas da Assembleia<sup>247</sup>. E ainda: Os Andradas que se temiam foram vítimas inocentes do medo e do ódio”<sup>248</sup>.

Com relação aos motivos de sua deportação, voltou a comentar em carta de 30 de Novembro: a nossa deportação tinham muito concorrido os pés de chumbo, e que o medo é quem por aqui nos retém.

Para Bonifácio, foi em consequência desta perseguição que deu-se também a dissolução da Assembleia Constituinte antes mesmo desta encerrar seus trabalhos. Tal atitude provocou nele uma revolta, já que a julgou como uma ação autoritária e precoce, e, portanto, inconsequente já que comprometia o futuro do país em diversos aspectos.

“O Imperador dissolvendo a Assembleia, e deportando seus deputados, mostrou energia aparente; mas não é pela violência que se remédiam males de opinião – foi um mal exemplo que compromete o futuro. Esta dissolução fora de tempo foi obra do orgulho e da vaidade, de intrigas e ódios ridículos”<sup>249</sup>.

Além das notas, José Bonifácio utilizou-se também dos seus poemas para se defender, como em sua “Ode aos Gregos”:

Amei a liberdade e a independência  
Da doce cara pátria, a quem Luso  
Oprimia sem dó, com riso e mofa  
Eis o meu crime todo

Ao resumir o que dizia acerca da sua condição de exilado, Emília Viotti da Costa destaca que José Bonifácio:

Procurando explicar as razões de seu exílio dizia que depois da Independência a política ficara reduzida a uma almotaceria, pretendentes a lugares e empregos tinham-no assediado e, descontentes com a negativa, passaram à oposição. Errara em contar com os que julgara homens de bem<sup>250</sup>.

<sup>247</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada e. A dissolução da Assembleia foi mais que um crime, foi um erro palmar. *Ibidem*, p.112

<sup>248</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Todo governo em revolução só faz descontentes. *Ibidem*, p.111.

<sup>249</sup> *Ibidem*, p.110.

<sup>250</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Op. Cit.* p. 97.



E ainda afirmava:

Fora ingênuo em não espiar o Paço para abafar as intrigas e saber as tramas “tenebrosas”, faltara-lhe dinheiro para comprar os “Bercós e companhia”, concluía que “sem dinheiro nada pode a política”. Sua popularidade fora a causa de sua deportação como também sua franqueza, amor à verdade, a confiança no imperador e a inveja que despertara<sup>251</sup>.

Seguindo esta tendência de defender-se e de construir uma autoimagem de vítima, em 1826, após uma publicação de um jornal Francês – Independente de Lyon - criticando a atuação política dos irmãos Andradas, José Bonifácio empreendera uma verdadeira caçada afim de dar a sua versão da história e de defender-se junto aos irmãos. Em tom de ameaça, dizia: “Deus perdoe a quem atija ainda cães gosos contra nós”<sup>252</sup>.

Com relação ao redator de tais acusações, chamando-o de caluniador dizia ainda:

Nada me admira do despejo do Francês, autor da história da nossa literatura, porque conheço ha muito a leviandade e vaidade francesa; basta lhes que façam dinheiro, o mais é nada<sup>253</sup>

Após escrever a sua resposta, assinada por todos os irmãos, Bonifácio frustrou-se com a falta de interesse dos jornais franceses em publicarem. Escreveu então ao seu amigo Drummond instruindo-o à traduzi-la e remete-la a algum jornal da Corte:

Ai lhe envio a gazeta de Lyon e a resposta em português, assignada por nós; mas, como até agora parece que nenhum jornal de Paris fez caso dela, V. s<sup>a</sup> a lerá, a fará traduzir em francês, e, se lhe parecer necessário, quererá mete-la em algum dos jornais da Corte, contanto que não seja o Constitucional, que parece ser hoje pago pelo Rio de Janeiro<sup>254</sup>.

No mês seguinte, demonstrou-se disposto a processar o seu “caluniador”, segundo afirmava ser vontade dos seus irmãos, e mesmo sem muitos recursos ordenou que se imprimisse duas centenas da carta resposta, afim de distribuí-las na França e no Brasil.

Ai vai a resposta, de que se fará um extrato, como da antecedente e ambas elas deverão ser impressas com a tradução francesa ao lado; porém basta que se tirem 200 exemplares para se espalharem por França e Brasil. Pagaremos a despesa de tudo, bem como os portes das cartas. Eu não sou da opinião de se chamar o caluniador a juízo' porém meus irmãos o querem se V. depois de consultar alguns hábeis letrados, assentar que venceremos o pleito, e este se puder intentar sem irmos a Paris ou Lyon. Medite depois da consulta e diga sem paixão o que se pôde fazer sem menoscabo e dano nosso<sup>255</sup>.

---

<sup>251</sup> Idem.

<sup>252</sup> Carta enviada a Meneses Drummond em 09/08/1826.

<sup>253</sup> Carta enviada a Meneses Drummond em Janeiro de 1826

<sup>254</sup> Carta enviada a Meneses Drummond em 21/07/1826

<sup>255</sup> Carta enviada a Meneses Drummond em 09/08/1826.

Finalmente, dias depois, obtiveram a resposta de que sua carta seria publicada no jornal ‘caluniador’. A notícia, no entanto, não era completamente satisfatória, ao passo que junto a ela chegara a notícia de que o mal fadado redator iria ao Rio de Janeiro buscar notas e traduções de periódicos, dentre os quais o Correio do Rio de Janeiro, que Bonifácio afirma também proferir calúnias.

“Acabo de receber hoje a Opinião, que me enviou, em que se zurze ao infame caluniador, que só merece resposta de pau. Hoje mesmo recebi uma carta do redator do Independente de Lyon, Vernay-Giradet, em que me diz que porá no seu periódico a minha resposta ao nº 79, mas que me não espante se Deloy ajuntar algumas notas e traduções de diversas passagens do Tamoyo e do Correio do Rio de Janeiro. Que bela autoridade esta? Eu estou enfastiado de polemicas e desaforas, mas a autoridade e calúnias do Correio deviam ser rechaçadas e patentes as intrigas dos Bercós, etc., e a paga que teve o caluniador em Pernambuco. Ontem vi um novo artigo do Independente de 18 de Agosto, em que pretende responder aos da Opinião de 13 de Agosto, em que nos chama Malfeitores e Tartufos, e a V. S. de estar comprado por uma Potência inimiga da prosperidade do Brasil. Enfim, nos ameaça com a sua ida ao Brasil. Permitisse o Céu que voltássemos e lá o encontrássemos para lhe pagar com um pau os favores que lhe devemos; e, caso lá vá o infame, não haverá um mulatão que lhe tose o espinhaço?”<sup>256</sup>

A preocupação de ver sua carta publicada prolongou-se ao longo de todo aquele ano. Em 06 de Outubro questionava ao amigo: “Já saiu, ou quando sairá, a nossa reclamação ao redator?” e mais adiante:

Cá recebi os dois cadernos da França Cristã e admirou-me não ver mais artigo Brasílico; e já vou desconfiando de que ponham a nos a reclamação, pois conheço há muito o que é essa miserável raça de Periodistas Parisienses<sup>257</sup>.

Mostrando acompanhar o que se falava dele não só na Europa mas principalmente no Brasil, comentou:

Do Rio só sei que tudo ali é um caos; que o Diário não cessa de pregar absolutismo e declamar contra os Maçons e Republicanos; e também o pobre Tamoio e os Andradas são objeto do seu ódio figadal. Pobre Brasil e pobre gente!<sup>258</sup>

Vaidoso com relação a sua própria imagem, comentou sobre as eleições da legislatura Brasileira:

Já sabia que a Bahia queria eleger os três irmãos para o lugar de senador, vago pela morte do bambo lill/lato, e agora não me admiro do trabalho que teve aquele bom Governo para impedir es a infernal cabala bem que

<sup>256</sup> Carta enviada a Meneses Drummond em 27/08/1826.

<sup>257</sup> Carta enviada a Meneses Drummond em 22/10/1826.

<sup>258</sup> Carta enviada a Meneses Drummond em 25/09/1826.

não pode obstar que pelo menos eu não tive se na cidade a maioria de voto<sup>259</sup>.

Por vezes, quando não recebia tal reconhecimento, mostrava-se vingativo:

“Julgo que está próxima a época em que a Imperial criança há de conhecer o desatino que fez em perseguir e desterrar a quem só o poderia salvar dos corcundas e pés de chumbo”<sup>260</sup>

Cabe ressaltar que o fato de o sujeito reivindicar o seu lugar de vítima, depende de como ele enxerga a sua própria atuação no passado, e portanto, da maneira como ele faz a sua leitura deste passado. Logo, este olhar é subjetivo e decorre do ponto de vista de cada indivíduo. Ao colocar-se nesta situação, o sujeito empreende uma verdadeira luta de memória, afim de prova-la.

Neste sentido, iremos nos inspirar nos trabalhos de Michael Pollak<sup>261</sup>, que ao dialogar sociologia, história e psicanálise, aponta a memória como um fenômeno coletivo, definindo-a como uma construção social. Por ser uma construção, a memória envolve um processo de escolha, sendo parcial e seletiva. O autor a define ainda como uma construção do passado realizada no presente. Ela seria, então, variável, e também múltipla, pois cada grupo cultiva um conjunto particular de recordações. Por fim, Pollak aponta o papel fundamental da memória para a criação do sentimento de identidade.

Segundo Pollak, apesar da memória ser coletiva, ter uma dimensão social e ser parcialmente herdada pelos sujeitos, o indivíduo também tem suas lembranças. Ele seria, portanto, capaz de formar e acessar memórias, participando ativamente da construção das recordações dos grupos. O sujeito administra as influências que lhe chegam de fora a fim de construir suas próprias recordações. Sendo assim, ele não se encontra totalmente submetido aos quadros sociais da memória. As lembranças dos indivíduos e grupos se organizam em torno de alguns pontos mais ou menos estáveis, que conferem ordem às suas representações. Contudo, o poder de agência dos indivíduos também se faz presente e deve ser considerado.

Ainda segundo o autor, as memórias – sejam elas individuais ou coletivas – incluem sempre três elementos: acontecimentos, personagens e lugares. Os acontecimentos consistem em eventos dos quais uma pessoa pode ter participado

---

<sup>259</sup> Carta enviada a Meneses Drummond em 18/04/1826.

<sup>260</sup> Carta enviada a Meneses Drummond em 21/07/1826

<sup>261</sup> POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. . “Memória e identidade social”. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

diretamente ou não, isto é, que podem ter sido vivenciados “por tabela”, a partir do pertencimento do indivíduo a um determinado grupo. Do mesmo modo, as personagens que integram as lembranças de alguém podem efetivamente ter feito parte do seu círculo de convívio, ou podem apenas ter-se tornado conhecidas devido a sua relevância como figuras públicas. Por fim, os lugares que servem de base para o desenvolvimento das memórias de um sujeito podem ter sido realmente frequentados durante certo tempo, ou podem ter sido incorporados de modo indireto às suas experiências.

Em suma, na perspectiva deste autor, a constituição de memórias envolve não só experiências vividas diretamente, mas também, experiências herdadas, aprendidas, transmitidas aos indivíduos pelos grupos através do processo de socialização. Vale ressaltar que, mesmo os acontecimentos, personagens e lugares que compõem as experiências diretas dos indivíduos e grupos são alterados quando registrados na forma de lembranças, não correspondendo de modo totalmente fiel à realidade.

Sendo assim, as memórias podem se basear em fatos reais, ou não. O processo de constituição das lembranças dá lugar a invenções, confusões, imprecisões, projeções, e incoerências, o que pode ocorrer de modo deliberado ou não, envolvendo ainda silêncios e esquecimentos, que se dão de modo consciente ou inconsciente. Segundo o autor, a formação de recordações também não precisa se desenvolver a partir de datas precisas: a memória tende a prevalecer sobre a cronologia oficial, apesar de essa última ter ligações com interesses políticos, sendo mais bem informada pela historiografia.

Por fim, para Pollak, a memória contribui para a criação do sentimento de identidade dos indivíduos e grupos. Em sua definição, a identidade é a autoimagem que os indivíduos e grupos constroem para si mesmos e para outros. Ele concebe a identidade a partir de três elementos: a unidade física, que se refere ao corpo, no caso dos indivíduos, e ao território, no caso dos grupos; a continuidade no tempo e ao sentimento de coerência. Ao lançar as origens de um grupo no passado, investindo-o de autoridade, a memória serve de base para a construção de uma narrativa coerente sobre sua trajetória, contribuindo para a criação do sentimento de identidade. Essa seria, portanto, a função da memória: ela participaria não só da criação do senso de igualdade entre os membros de uma dada coletividade, mas também da demarcação de fronteiras entre os outros.

Sendo assim, memória e identidade têm sempre um caráter relacional, o que pode resultar em conflitos. Ao invés de serem tomadas como essências, Pollak as define como

construções sociais – a memória é uma reconstrução do passado realizada a partir dos interesses e preocupações dos grupos e indivíduos no presente. Isso lhe confere um caráter circunstancial e mutável, pois ela se encontra sempre num processo de reinterpretação e mudança. A memória pode variar, mas deve haver sempre algum nível de concordância das novas representações com aquelas já existentes. Uma vez constituídas, as lembranças tendem a realizar um trabalho de conservação em prol da manutenção das representações do grupo. Caso essa continuidade entre o novo e o velho seja rompida bruscamente, uma crise de identidade pode vir a se instalar.

Com isso, podemos dizer que José Bonifácio construiu a sua própria imagem e memória, colocando-se como vítima diante dos seus opositores políticos e do próprio imperador.

“Fui deportado, creio que só por medo, mas que puerilidade de haver-se medo de um indivíduo, em um vasto Estado, onde a influência individual se perde em um montão de influências individuais, de riqueza, parentela, variedades territoriais, etc. Ninguém tem direito, diz um sábio escritor, de arrancar um cidadão de sua pátria”<sup>262</sup>.

### 3.2 - O olhar saudoso e o retorno para o Brasil

Sob o pseudônimo de Américo Elísio, José Bonifácio dedicou-se à atividade de poeta. Segundo Otávio Tarquínio de Souza, este era um codinome pastoril e patriótico. Em seu único livro de poesias intitulado “Poesias avulsas”, publicado em 1825, ainda durante seu exílio na França, esse pseudônimo exprimiu toda uma plataforma literária: o Elísio, território das musas, transplantado para a América. Para Tarquínio, nitidamente inspirado pelo arcadismo, com seus motivos pastoris, seus amores idílicos, evocativos muitas vezes de cenas gregas.

“Saberão V. S.º ambos que a solidão do campo me tem trazido de novo a mania antiga de poeta, com que espanco lembranças aflitivas, que de quando em quando me assaltam”.<sup>263</sup>

Segundo Edward Said<sup>264</sup>, poetas e escritores exilados conferem dignidade a uma condição criada para negar a dignidade e a identidade às pessoas. Para ele, ver um poeta no exílio — ao contrário de ler a poesia do exílio — é ver as antinomias do exílio encarnadas e suportadas com uma intensidade sem par

<sup>262</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Os Brasileiros querem ter liberdade. Op. cit., p.108

<sup>263</sup> Carta enviada a Meneses Drummond em 23/10/1824.

<sup>264</sup> SAID, Edward. Op. Cit., p. 48.

Ao citar o crítico George Steiner, o autor afirma que ele chegou a propor a tese de que todo um gênero da literatura ocidental do século XX é "extraterritorial", uma literatura feita por exilados e sobre exilados, símbolo da era do refugiado. E sugeriu:

Parece apropriado que aqueles que criam arte numa civilização de quase barbárie, que produziu tanta gente sem lar, sejam eles mesmos poetas sem casa e errantes entre as línguas. Excêntricos, arredios, nostálgicos, deliberadamente inoportunos<sup>265</sup>.

Neste sentido, José Bonifácio confessava: “Quem me diria no Rio de Janeiro que eu também havia de tornar a ser Poeta”<sup>266</sup> E mais adiante: “para espancar melancolias tenho feito várias imitações de poesias espanholas e inglesas, que desejo venha logo aqui ler”<sup>267</sup>.

Fortemente marcado pelo saudosismo da sua pátria, Bonifácio escreveu *Ode ao Rio de Janeiro* ressaltando suas belezas:

Vales e serras, altas matas, rios,  
Nunca mais vos verei – sonhei outrora  
Poderia entre vós morrer contente  
Querem que em França um desterrado morra

Em sua *Ode à rolla*, afirmava ter como inspiração também o cenário do Rio de Janeiro:

Entre a plumagem de arroxadas cores,  
Alegre trazes pálidas violas!  
Porque no bico de romã tu levas Jasmins e rosas!  
[...]  
Desd' os pendores da gentil Tijuca  
Vim ao chamado do rmeu grão Poeta:  
Meigo me trata; porém eu submissa  
Senhor o chamo.  
[...]  
De que me serve recrear os Echos  
D'essas montanhas com lascivo arrulho;  
E em duras garras do gavião pirata  
Perder a vida?

<sup>265</sup> STEINER, George. Apud. SAID, Edward. Op. Cit., p 46.

<sup>266</sup> Carta enviada a Meneses Drummond em 04/04/1826.

<sup>267</sup> Carta escrita a Menese Drummond em 22/10/1826.

Já ao escrever a sua *Ode aos Gregos* era no Brasil que buscava inspiração:

Ó musa do Brasil vem inspirar-me  
Tempera a lira, o canto meu dirige

Segundo Emília Viotti da Costa, suas poesias demonstravam sua adesão ao quadro de referência da poética pré-romântica e aos valores da Ilustração. Para a autora:

“Desprezo pelas riquezas, horror ao despotismo, orgulho de ser independente, incapaz de servilismo e bajulação, amor à liberdade e à natureza, fidelidade à pátria são temas freqüentes em suas notas e poesias”<sup>268</sup>

Ao falar ao “leitor brasileiro” de quem se dizia amigo, e a quem afirmava, ter dado provas disso e que continuava a dá-las no “desterro”, escreveu em sua dedicatória no livro “Poesias Avulsas”:

“Que eu seja vosso amigo, ó Brasileiros, algumas provas tenho d'isto dado; e para as continuar d'aqui, onde minhas circunstancias me não permitem mais, ousou oferecer-vos estes poucos e desvairados versos”.

Com isso, vimos que ao longo dos anos em que permaneceu exilado na França, José Bonifácio demonstrou grande saudosismo com relação a sua pátria e por vezes, deixou claro o sentimento de não pertencimento àquele lugar, tecendo comentários hostis tanto ao clima quanto aos franceses. Como em janeiro de 1826, escrevera: “Se ficar por aqui por mais tempo correrá perigo de se afrancesar de todo e de se esquecer da doce língua de Nossa Senhora”.

Dizendo-se insatisfeito com o clima Francês, dizia:

Eu também desejava trocar Bordéos pelo Algarve, clima Africano que me conviria; mas não me é possível nas minhas circunstâncias e portanto por aqui ficarei, até que Deus o queira; porém Deus é grande, dizem os Mahometanos<sup>269</sup>.

Tais sentimento são classificados por Tarquínio de Souza como de:

“Profunda melancolia que não o deixou nunca, a saudade da terra do seu nascimento, num tal estado nostálgico que ao maior dos Andradas pareceu comparável ao banzo, tristeza mortal de muitos escravos africanos inadaptáveis ao novo meio em que vinham a viver”<sup>270</sup>.

<sup>268</sup> COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit., p.96.

<sup>269</sup> Carta enviada a Meneses Drummond em 06/10/1826.

<sup>270</sup> SOUSA, Otávio Tarquínio de. Op. Cit. p. 216.

Esta melancolia era constantemente admitida pelo próprio personagem, que por vezes intitulava-se como “Ermitão de Talence”. Em um poema intitulado “O Poeta Desterrado” dizia:

Para a moleza não nasceu o vate  
 Em ditosos dias chamejava  
 Sua alma ardente, de heroísmo cheia  
 Quando uma pátria tinha

Ainda sem perspectiva de quando voltaria ao Brasil, escreveu lamentando-se:

“Não sei qual será o meu destino futuro: se poderei regressar ao Brasil, ou ir para outra parte da America; em todo o caso, farei todos os esforços para a apertar ainda uma vez nos meus braços”<sup>271</sup>.

E mais adiante:

Quem furta, e pode não servir á imperial Criança, faz muito bem; mas eu que não furtei, porque nunca tive jeito para tão honrado officio, e demais só quero servir a Deus e a Nosso Senhor Jesus Cristo, não sei o que será de mim!<sup>272</sup>

Segundo Edward Said, estas características são comuns aos exilados, marcados por “uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada”<sup>273</sup>

“Agarrando-se à diferença como uma arma a ser usada como vontade empedernida, o exilado insiste ciosamente em seu direito de se recusar a pertencer a outro lugar [... ] Isso se traduz geralmente numa intransigência que não é ignorada com facilidade. Obstinação, exagero, tintas carregadas são características de um exilado, métodos para obrigar o mundo a aceitar a sua visão – que ele torna mais inaceitável porque, na verdade, porque não está disposta a vê-la aceita. É a visão dele afinal de contas. Compostura e serenidade são as últimas coisas associadas à obra dos exilados. Os artistas do exílio são decididamente desagradáveis e a teimosia se insinua até mesmo até mesmo em suas obras mais elevadas”<sup>274</sup>.

Ao buscar relacionar nacionalismo e exílio, Said<sup>275</sup> destaca que o primeiro é uma declaração de pertencer a um lugar, a um povo, a uma herança cultural. Ele afirma uma pátria criada por uma comunidade de língua, cultura e costumes e ao fazê-lo, rechaça o exílio, luta para evitar seus estragos. A interação entre nacionalismo e exílio é como a

<sup>271</sup> Carta enviada a Meneses Drummond em 02/08/1826.

<sup>272</sup> Carta enviada a Meneses Drummond em 30/11/1826.

<sup>273</sup> SAID, Edward. Op. Cit., p. 46.

<sup>274</sup> Ibidem., p. 55.

<sup>275</sup> Ibidem., p. 49.



dialética hegeliana do senhor e do escravo, opostos que informam e constituem um ao outro.

Em seus primeiros estágios, todos os nacionalismos se desenvolvem a partir de uma situação de separação. Segundo o autor, todos os nacionalismos têm seus pais fundadores, seus textos básicos – quase religiosos – uma retórica do pertencer, marcos históricos e geográficos, inimigos e heróis oficiais.

Said propõe ainda que os nacionalismos dizem respeito a grupos, enquanto o exílio é uma solidão vivida fora do grupo. Para ele, é impossível discutir exílio e nacionalismo separadamente<sup>276</sup> pois ambos incluem sentimentos coletivos e privados.

Neste sentido, Edward Said define o exílio como:

“Um estado de ser descontínuo. Os exilados estão separados das raízes, da terra natal, do passado...sentem uma necessidade urgente de reconstituir suas vidas rompidas e preferem ver a si mesmos como parte de uma ideologia triunfante ou de um povo restaurado”<sup>277</sup>

E ainda completa:

“O exílio é uma condição ciumenta. De um lado, um sentimento exagerado de solidariedade de grupo, do outro, uma hostilidade exaltada em relação aos de fora do grupo, mesmo daqueles em mesma situação”<sup>278</sup>.

Ansiando pelo seu regresso ao Brasil, afirmava aos seus amigos em carta de 14 de novembro de 1825: que desejava acabar os “cansados dias de jaleco e bombachas de algodão nos meus outeirinhos”. José Bonifácio sempre acompanhou as notícias que de lá chegavam acerca desta permissão e fazia deste um tema comum em suas correspondências com Drummond, o que intensificou-se, nos últimos anos de exílio:

Ainda no início do Exílio, já sonhava com a volta:

O que por ora ambiciono é ir acabar os meus cansados dias em um cantinho bem escuro e solitário da minha bestial Província e portanto rogo a Deus que S. M. Imperial me queira preterir na escolha<sup>279</sup>.

Anos depois, este ainda era seu maior desejo:

---

<sup>276</sup> Ibidem., p. 50.

<sup>277</sup> Ibidem., p. 50

<sup>278</sup> Ibidem., p. 54

<sup>279</sup> Carta enviada à Meneses Drummond em 23/10/1824.

“O diabo leve tanta velhacada e nos dê paciência para sofrermos o desterro e vermos os males da nossa bestial pátria, que não obstante é nossa pátria”<sup>280</sup>.

Ansioso, seguia acompanhando: Enfim, chegou o pacote, e o negócio do nosso regresso está no mesmo pé de incerteza, como d'antes, e pouca ou nenhuma esperanças me restam<sup>281</sup>.

Com a morte do rei D. João VI e a questão da sucessão do trono português, D. Pedro I outorgou uma carta decretando anistia geral e abdicando em favor de sua filha, a princesa Maria da Glória. Tal atitude gerou queixas por parte de Bonifácio que viu o processo de sua devassa – aberta em 24 de novembro de 1823 – continuar prolongando-se até o ano de 1828. Quanto a isso, lamentava-se: “Dão-se Constituição e anistia a Portugal e os deputados do Brasil sem processo e sem crimes, andam desterrados”.

Seus irmãos, Antônio Carlos e Martim Francisco, valendo-se de termos processuais, conseguiram autorização para regressarem ao Brasil em abril de 1828. Ao chegarem ao Rio de Janeiro, porém, tiveram de apresentar-se para as autoridades e foram recolhidos na Ilha das Cobras, obtendo a liberdade meses depois, em setembro do mesmo ano.

Sobre os esforços de seu irmão para obter tal autorização, Bonifácio escreveu:

“Já me tarda a ida dos meus irmão para esmagar tal canalha [...] patifes que nos perseguem com um ódio tão figadal que saltariam de prazer se pudessem inventar outor pecado mortal, além dos sete cristãos, para nos lançarem as costas”<sup>282</sup>

A tão esperada vez de José Bonifácio, no entanto, chegaria apenas no ano seguinte ao dos seus irmãos. Sobre os seus planos de retornar ao Brasil entre abril e maio de 1829, José Bonifácio escreveu ao amigo Drummond, aconselhando-o a fazer o mesmo:

“Parta meu bom amigo, vá ver se ainda pode ser útil ao seu desgraçado país [...] forceje por lhe ser útil, já que a minha idade provecta e o desengano de um mundo corrompido e ingrato me privam de todo o trabalho e qualquer esperança”<sup>283</sup>

E mais adiante completou:

Estimarei que parta quanto antes para o bom pais dos Tatambas, onde desejo que não se aplique ó a ganhar dinheiro, mas tambem a servir a

---

<sup>280</sup> Carta enviada à Meneses Drummond em 08/05/1826

<sup>281</sup> Carta escrita à Meneses Drummond em 10/05/1827.

<sup>282</sup> Carta escrita à Meneses Drummond em 23/01/1828

<sup>283</sup> Carta escrita à Meneses Drummond em 03/03/1829

sua desgraçada pátria, que tanta precisão tem de homens instruídos e ativos<sup>284</sup>.

Nesta mesma carta afirmava seus objetivos:

Eu conto partir d'aqui a 10 ou a 15 de Maio no navio *Phenix*, e, como ajustei não pagar senão a metade da passagem aqui e a outra no Rio, -e para isso pode bastar a minha pobre bolsa<sup>285</sup>.

Finalmente à 25 de maio de 1829, após conseguir o seu passaporte na prefeitura de Bordéus, José Bonifácio e sua família partiram no navio *Phenix* rumo ao Rio de Janeiro. Chegando a este porto em 23 de julho do mesmo ano, portanto, cinco anos e oito meses após deixá-lo para trás de maneira forçada. O Bonifácio que agora chegara, no entanto, era um homem idoso de sessenta e seis anos de idade e viúvo, já que sua esposa morrera durante este trajeto.

Passando por problemas financeiros após todos os gastos com a viagem, José Bonifácio teve de recorrer a um empréstimo com o amigo Luís de Meneses Drummond – pai de seu maior confidente durante o exílio – para pagar os gastos com o enterro de D. Narcisa Emília O’Leary, que se deu quatro dias após a sua chegada na Igreja do Carmo.

Num primeiro momento, José Bonifácio foi residir na casa do amigo Drummond, mas não sem antes hesitar, segundo Tarquínio de Sousa, por pensar que tal aproximação custaria aos amigos calúnias, prisões, etc. Num primeiro momento, Bonifácio mostrou-se disposto a afastar-se da vida pública, isolando-se e evitando contato. Afinal, encontrara antigos adversários políticos no poder: José Clemente Pereira era Ministro do Império e Marquês de Aracati – que fora seu companheiro no governo provisório de São Paulo e mais tarde, adversário - era Ministro dos Estrangeiros.

Ao resumir o cenário político brasileiro encontrado por José Bonifácio, Sousa destaca:

“A situação política não parecia das melhores. Havia quase quatro anos que estava a funcionar o Poder Legislativo e com ele não se entendia bem o imperador. Na Câmara dos Deputados, uma corrente, cada ano mais forte, exercia severa e minuciosa crítica sobre os atos do governo. O imperador, desde a dissolução da Constituinte, revelara o gosto de governar sem contrastes, cercado as vezes de homens de valor, às vezes de figuras insignificantes, e não tendo nunca a preocupação de escolher ministros que desfrutasse do apoio da Câmara dos Deputados”<sup>286</sup>.

<sup>284</sup> Carta enviada a Meneses Drummond em 02/04/1829.

<sup>285</sup> Idem.

<sup>286</sup> SOUSA, Otávio Tarquínio de. Op. Cit. p. 239.

Na Câmara, reinstaurada desde 1826, os atritos entre os grupos dominantes e o imperador multiplicavam-se. Segundo Emília Viotti da Costa<sup>287</sup>, a questão fundamental continuava a ser a da discriminação dos poderes que os representantes do legislativo procuravam decidir em seu favor. Os elementos liberais que pleiteavam uma intervenção maior no governo do país conseguiram arrancar do imperador medidas liberais, tais como:

“a instituição dos juizes de paz eletivos (lei de 15 de outubro de 1827), a responsabilidade dos ministros, secretários de Estado e conselheiros de Estado (lei de 15 de outubro de 1827), a criação do Supremo Tribunal de Justiça (18 de setembro de 1828), a extinção dos Tribunais do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens (22 de setembro de 1828), o regimento das câmaras municipais das cidades e vilas do Império concedendo-lhes autonomia administrativa relativa, subordinando-as aos Conselhos Gerais da Província”<sup>288</sup>.

Em 1830 começou a funcionar a segunda legislatura brasileira e a composição da Câmara provou o grande passo que a opinião liberal dera. Segundo Tarquínio de Sousa<sup>289</sup>, nessa Assembleia era grande o número de deputados que almejava examinar os atos do governo e fazer deste uma expressão da vontade da maioria parlamentar. O que contrariava os anseios de D. Pedro, que desejava nomear, bem como demitir, livremente seus Ministros.

Considerado incompatível com o sistema representativo e incapaz de ajustar-se a um regime liberal, o Imperador foi ficando cada vez mais impopular e com dificuldades para contornar tal situação. Tal ambiente tornou-se propício para os mais exaltados, que almejavam uma mudança violenta nesta situação, estabelecendo um governo democrático.

A inquietação e descontentamento cresceu no Rio de Janeiro e nas províncias, impulsionadas, sobretudo, pelos periódicos. De acordo com Tarquínio de Sousa, além das conquistas liberais, os jornalistas levantavam temas como:

“Levantavam a questão nativista, renovando talvez com mais força as reivindicações de 1822. Essa propaganda estimulava o ódio contra os antigos colonizadores, contra os “pés-de-chumbo”, contra os portugueses [...] não faltando sequer o exemplo estrangeiro, a repercussão dos sucessos políticos da Europa: a revolução que derrubou Carlos X na França”<sup>290</sup>

Como resultado, o autor resume a impopularidade de D. Pedro I:

---

<sup>287</sup> COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit.

<sup>288</sup> Ibidem., p. 93.

<sup>289</sup> SOUSA, Otávio Tarquínio de. Op. Cit.. 243.

<sup>290</sup> SOUSA, Otávio Tarquínio de. Op. Cit. p. 243.

“Perdera de todo a popularidade dos dias da Independência, e aos olhos dos liberais aparecia como um usurpador estrangeiro, como um rei português governando o Brasil apoiado apenas pelos portugueses do comércio e pela camarilha que o rodeava.”<sup>291</sup>

Este cenário de instabilidade política culminou, no dia 7 de abril de 1831, na abdicação do Imperador. Tal acontecimento ocorreu logo após um episódio em que líderes populares, juntos do povo e apoiados pelo elemento militar, insurgiram-se contra o governo durante uma festa em que comerciantes portugueses davam em homenagem à D. Pedro I.

Ao abdicar o trono em favor de seu filho D. Pedro II, que a esta altura tinha apenas cinco anos de idade, escolheu José Bonifácio como seu tutor. Em seu decreto, dizia:

“Tendo maduramente refletido sobre a posição política deste Império, conhecendo quanto se faz necessário a minha abdicação e não desejando mais nada neste mundo senão glória para mim e felicidade para minha pátria: hei por bem usando do direito que a Constituição me concede no capítulo 5º, artigo 130, nomear, como por este meu imperial decreto nomeio, tutor dos meus amados e prezados filhos ao muito probo, honrado e patriótico cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, meu verdadeiro amigo”<sup>292</sup>.

Junto a este decreto seguia-se uma carta:

“É chegada a ocasião de me dar mais uma prova de amizade, tomando conta da educação de meu amado e prezado filho, seu imperador. Eu delego em tão patriótico cidadão a tutoria do meu querido filho, e espero que educando-o naqueles sentimentos de honra e patriotismo com que devem ser educados todos os soberanos para serem dignos de reinar, ele venha um dia a fazer a fortuna do Brasil, de quem me retiro saudosos. Eu espero que me faça este obséquio, acreditando que não mo fazer eu viverei atormentado. Seu amigo constante, Pedro”<sup>293</sup>.

De acordo com Emília Viotti da Costa, durante esses anos, o cenário político estava composto por dois partidos: o liberal e o conservador, cada qual com um programa diferente. Nos primeiros anos da Regência, liberais e conservadores usaram discursos diversos e pareciam estar lutando por causas diferentes. Os primeiros eram federalistas, favoreciam a autonomia local, exigiam a abolição do Poder Moderador e do Conselho de Estado, opunham-se à vitaliciedade do Senado e à intromissão do governo na economia. Também eram favoráveis ao comércio livre, à liberdade de expressão e de culto. Bem como, defendiam o princípio de que o rei reina, porém não governa. Já os conservadores defendiam exatamente a posição oposta: a centralização, o Poder Moderador, o Conselho

---

<sup>291</sup> Idem.

<sup>292</sup> Apud. SOUSA, Otávio Tarquínio de. Op. Cit. p.246.

<sup>293</sup> Idem.

de Estado, a vitaliciedade do Senado, a religião católica como religião de Estado e o princípio de que o rei reina e governa.

Ainda segundo autora, após a abdicação, os liberais tomariam o poder. Diante das agitações que eclodiam por toda parte, envolvendo pretensões democráticas dos que almejavam prosseguir na obra revolucionária iniciada em 1831, os moderados procurariam deter o espírito revolucionário. Até 1834, a luta dos moderados se travaria, de um lado, contra as pretensões restauradoras e, de outro, contra as pretensões dos democratas, que expressavam suas aspirações através de periódicos como a *Nova Luz Brasileira*, ou *Jurujuaba dos Farroupilhas* propondo a desapropriação das terras em mãos de grandes proprietários, incentivando a luta de classes entre pobres e ricos, pleiteando a abolição do trabalho escravo, condenando os tratados de comércio realizados com os estrangeiros, etc.

Viotti da Costa conclui este debate afirmando que, na prática essas divergências políticas não eram tão profundas quanto pareciam. Pois o temor aos radicais havia aproximado liberais e conservadores, tornando suas diferenças cada vez menos relevantes. Quando os movimentos revolucionários foram finalmente subjugados e o aparelho do Estado reforçado, liberais e conservadores serviram juntos nos mesmos ministérios. Uma vez no poder, os liberais se esqueciam das demandas que haviam feito quando na oposição. De outro modo, os conservadores no poder realizavam as reformas pelas quais os liberais tinham lutado. Tal cooperação viria a ocorrer de fato anos mais tarde, em 1852.

Para a autora, na luta contra os restauradores, José Bonifácio seria um dos elementos mais visados:

“Disputavam-lhe o cargo de tutor dos filhos do imperador que aceitara, a pedido de D. Pedro, por ocasião da Abdicação. O título seria contestado pela Câmara, sob alegação de que o tutor não podia ser nomeado pelo imperador, competindo à Câmara a nomeação e a investidura. O ato de D. Pedro foi anulado, embora um novo ato, emanado do legislativo, mantivesse José Bonifácio no cargo de tutor, ficando assim resguardada a autoridade da Regência. José Bonifácio protestaria contra a deliberação da Câmara mas acabaria acatando-a”<sup>294</sup>.

Ainda segundo Costa, os desentendimentos entre a Câmara e o tutor de D. Pedro II se agravariam ainda mais, tendo em vista que a primeira desejava assumir livremente a direção do país, enquanto o segundo, zelava por suas funções, mas estava incapacitado

---

<sup>294</sup> COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit. p. 94

em virtude de uma lei assinada em 12 de agosto de 1831, proibindo-o de participar de atos políticos em nome de seus pupilos. Restava a José Bonifácio, portanto, apenas o exercício de deputado na 2ª legislatura, já que fora empossado na qualidade de suplente eleito pela Bahia em 1831<sup>295</sup>.

Na Câmara seguiram-se discussões quanto a destituição do tutor, que após uma acusação formal do Ministro da Justiça, Diogo Antônio Feijó- seu antigo inimigo – em 1832, chegou a ser aprovada por quarenta e cinco votos contra trinta e um. Tal medida, porém, foi rejeitada no Senado por apenas um voto de diferença, o que revelou sua falta de bases. Segundo Costa, os discursos de oposição eram liderados por Evaristo da Veiga e Honório Hermeto, enquanto em sua defesa saíam Barbacena, Cairu e Caravelas – antigos companheiros do tempo da Independência, conhecidos por suas convicções conservadoras.

A campanha contra José Bonifácio não cessou e em 1833, em virtude dos boatos quanto a volta de D. Pedro, reavivou-se ainda mais. Através do periódico *Aurora Fluminense* – que representava o ponto de vista dos liberais moderados – Evaristo da Veiga empreendeu uma verdadeira cruzada afim de tirá-lo do cargo. Como consequência, em 14 de dezembro de 1833, através de um decreto arbitrário da Regência, José Bonifácio fora destituído – retirando-se como na condição de preso por conspiração e perturbação da ordem pública. O que contrariava as normas que exigiam que este ato viesse da Assembleia Geral.

“Preso e processado como conspirador, o ministro seria, em 1835, absolvido unanimemente pelos jurados, ovacionado por uma população, segundo se dizia, de mais de duas mil pessoas que acompanhavam o julgamento”<sup>296</sup>.

Apesar de absolvido, José Bonifácio nunca mais retomaria à vida política. Finalmente recolheu-se para o seu retiro, em sua casa na Ilha de Paquetá, e já no final da vida mudou-se para a cidade de Niterói, onde morreu em 6 de Abril de 1838, aos setenta e cinco anos de idade.

Nas palavras de Otávio Tarquínio de Sousa:

“Aproveitando a pausa, procurou José Bonifácio, nos arredores do Rio, um refúgio, um canto tranquilo, onde pudesse arrumar os seus livros e papéis, e acabar os seus ‘cansados dias’. O lugar escolhido foi a Ilha de

<sup>295</sup> DOLHNIKOFF, Mirian (org). Projetos para o Brasil. Coleção: Grandes Nomes do pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras – Pulbifolha, 2000. p. 19

<sup>296</sup> COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit. p. 95

Paquetá, com um sol quente para o seu reumatismo de velho, com muitas árvores para abrigar-se, com o mar bem perto para dar-lhe saudades da terra de nascimento, com um doce silêncio para pensar e sonhar<sup>297</sup>.

---

<sup>297</sup> SOUSA, Otávio Tarquinio de. Op. Cit. p. 241.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizamos neste trabalho a trajetória intelectual e a produção de conhecimento de José Bonifácio de Andrada e Silva durante os anos em que permaneceu exilado na França, logo após o rompimento com a figura de D. Pedro I e o conseqüente fechamento da Assembleia Constituinte, que perdurou entre os anos de 1824 e 1829. A partir deste recorte, procuramos tratar das influências de se pensar as disputas políticas brasileiras à distância e o quanto a frustração pela falta de reconhecimento no Brasil, mesmo depois de tudo àquilo que acreditara ter feito, o influenciou. Seja se tratando de estímulo sua produção de conhecimento, seja contribuindo para a construção de uma autoimagem marcada pela vitimização.

Para que este trabalho fosse possível, utilizamos, sobretudo, dois conjuntos de fontes primárias:

O primeiro tratou-se de uma coletânea de textos – de caráter bastante diversificado nas esferas pública e privada – organizada por Miriam Dolhnikoff no livro *Projetos para o Brasil*, onde é possível traçar um paralelo dos principais assuntos de interesse de José Bonifácio durante o período da independência brasileira e imediatamente posterior a ela, bem como a sua trajetória e eventuais mudanças ao longo dos anos.

Na coletânea, os textos escritos pós-exílio, apesar da sua possibilidade de identificação devido às diferenças no tom do seu discurso, não são datados, e portanto, viu-se a necessidade de buscar novas fontes para aprofundar-se no assunto.

Nesse sentido, nosso principal conjunto de fontes, foi um conjunto de correspondência ativa, reunida em uma coleção intitulada *Cartas Andradinas*, que foi publicada nos anais da Biblioteca Nacional em 1890. Tratam-se de cartas enviadas ao jornalista, diplomata e amigo pessoal, Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond<sup>298</sup>, pelos irmãos Andrada entre os seus anos de exílio na França.

Através delas, percebemos que este foi um período de constante troca de ideias e de intercâmbio cultural em que os personagens demonstraram uma forte preocupação em acompanhar não apenas os acontecimentos políticos do Brasil pós-independência, mas também as relações do país com o exterior. Tal observação era feita a partir da leitura de

---

<sup>298</sup> Enquanto político, Menezes Drummond atuou nas províncias de Pernambuco e Bahia durante o período da independência. Alinhado aos Andradas, foi um dos fundadores e redator do periódico *O Tamoyo*. Após o fechamento da Assembleia Constituinte, fugiu do país e instalou-se na França, de onde manteve correspondências com os irmãos Andradas.

periódicos nacionais, como o *Malagueta*, além de periódicos internacionais, bem como através de cartas recebidas de outros pares políticos e intelectuais, que permaneceram no Brasil.

Além disso, mesmo longe de sua biblioteca – que, segundo Otávio Tarquínio de Sousa, contava com mais de seis mil volumes – José Bonifácio dedicou boa parte do seu tempo no exílio à leitura. Nesse período, trocou uma grande quantidade de publicações com o seu principal destinatário e citou diversas referências de livros e autores que buscaremos mapear ao longo deste trabalho a fim de investigarmos suas principais influências intelectuais no período.

Com isso, no primeiro capítulo, buscamos destacar o debate acerca das principais ideias presentes no período da independência brasileira em torno do processo de construção da nação. Debate este marcado, sobretudo, pelo conflito interno entre a chamada elite luso-brasileira e que envolvia conceitos centrais como os de: nação, cidadania e liberdade. Neste contexto, traçamos um panorama da trajetória de José Bonifácio de Andrada e Silva, com destaque para sua formação e atuação política. Bonifácio formou-se bacharel em direito na Universidade de Coimbra, onde estabeleceu uma vasta rede de sociabilidade e leu uma série de autores que influenciaram seu pensamento. Destacamos ainda seu retorno ao Brasil quando ocupou uma série de cargos políticos e de confiança tanto de D. João VI quanto de D. Pedro I, sua participação na Assembleia Constituinte de 1823 e no fechamento desta, bem como seu exílio na França, entre os anos de 1824 e 1829, tema este que foi o nosso principal foco na dissertação. Analisamos também a construção da sua imagem por alguns dos seus principais biógrafos.

Já no segundo capítulo, realizamos uma primeira incursão nas fontes (sobretudo na correspondência ativa de José Bonifácio durante o exílio) e pensamos este momento como um período relevante em termos de produção intelectual. Com isso, buscamos discutir as implicações do exílio na vida e na obra de atores políticos e sociais como Bonifácio e o quanto ele pode influenciar, em termos de sentimentos, e ao mesmo tempo estimular a produção de conhecimento. Fenômeno este que ocorrera com diversos intelectuais e que guarda certas particularidades com a figura de José Bonifácio, por ele ter experimentado politicamente o momento inicial de construção do Estado nacional e de uma ideia de nação para o Brasil. Com isso, procuramos analisar não apenas suas redes de sociabilidade – mapeando com quem se correspondia durante este período –, mas

também os autores que lia e que o influenciavam. Levantamos, principalmente, os assuntos que lhe eram de maior interesse, dentre os quais mereceu destaque a sua constante preocupação em acompanhar os acontecimentos políticos do seu país de origem e construir conhecimento sobre ele olhando-o de fora, do exterior.

Por fim, no último capítulo, buscamos analisar o lado ressentido do exílio. Ainda com base nas *Cartas Andradinas* e com o apoio dos seus *Projetos para o Brasil*, empreendemos uma busca em torno da mudança no tom do discurso de José Bonifácio ao longo dos anos e a ruptura que ocorrera durante o tempo em que esteve exilado na França, entre 1824 e 1829. Com isso, pretendemos destacar aquele que consideramos o lado do exílio que está diretamente relacionado à afetividade e a sentimentos como a frustração e o ressentimento. A partir desta discussão de caráter mais subjetivo, consideramos que ao olhar para o país e não reconhecer nele os seus projetos de nação e ao olhar para si e não sentir-se reconhecido e legitimado por aquilo que ele próprio defendia terem sido seus grandes feitos para a nação que surgia, Bonifácio reconstruiu a sua própria imagem (colocando-se como vítima, sobretudo, da figura de D. Pedro I). Assim, buscou defender-se das acusações que recebera, bem como justificar suas ações políticas durante o período da independência e imediatamente posterior a ela.

Ao fim deste trabalho concluímos que as diferentes fases que José Bonifácio experimentou em razão do cenário político em que atuou politicamente influenciaram diretamente na sua produção intelectual. Portanto, logo após o exílio, longe das influências políticas e dos conflitos do período pós-independência, houve uma mudança no tom do seu discurso, que passou a ser fortemente marcado pelo ressentimento devido a forma pela qual fora tratado, pela decepção com os rumos tomados pelo Brasil e finalmente pela frustração de ver seus projetos falharem. Afirmamos que, apesar de aparentar acreditar no que dizia, José Bonifácio ansiava por reconhecimento e, por isso, teria passado a agir de maneira tão ostensiva no que se refere aos rumos políticos do Brasil que não se aproximavam dos seus projetos até então defendidos para a nação.

## FONTES CITADAS

### Correspondências:

- Carta enviada ao Conde de Linhares em 1806.
- Carta escrita à Menezes Drummond em 01/09/1824.
- Carta escrita à Menezes Drummond em 07/10/1824.
- Carta escrita à Menezes Drummond em 13/10/1824.
- Carta enviada a Menezes Drummond em 23/10/1824.
- Carta escrita à Menezes Drummond em 20/01/1825.
- Carta escrita à Menezes Drummond em 07/10/1825.
- Carta escrita à Menezes Drummond em 17/10/1825.
- Carta escrita à Menezes Drummond em 14/11/1825.
- Carta enviada a Menezes Drummond em Janeiro de 1826.
- Carta enviada a Menezes Drummond em 14/02/1826.
- Carta enviada a Menezes Drummond em 04/04/1826.
- Carta enviada a Menezes Drummond em 18/04/1826.
- Carta enviada à Menezes Drummond em 08/05/1826.
- Carta enviada a Menezes Drummond em 21/07/1826.
- Carta enviada a Menezes Drummond em 02/08/1826.
- Carta enviada a Menezes Drummond em 09/08/1826.
- Carta enviada a Menezes Drummond em 27/08/1826.
- Carta enviada à Menezes Drummond em 09/09/1826
- Carta enviada a Menezes Drummond em 25/09/1826.
- Carta enviada a Menezes Drummond em 04/10/1826
- Carta enviada a Menezes Drummond em 06/10/1826.
  
- Carta enviada a Menezes Drummond em 22/10/1826.
- Carta enviada a Menezes Drummond em 30/11/1826.
- Carta escrita à Menezes Drummond em 12/01/1827.
- Carta escrita à Menezes Drummond em 10/05/1827.
- Carta escrita à Menezes Drummond em 23/01/1828.
- Carta escrita à Menezes Drummond em 03/03/1829.
- Carta enviada a Menezes Drummond em 02/04/1829.

## Periódicos:

- O *Tamoyo*, 16 de Setembro de 1822.
- *Gazeta do Rio de Janeiro*, 2 de Novembro de 1822.
- *O Espelho*, 03 de Dezembro de 1822.
- O *Tamoyo*, 26 de Agosto de 1823.
- O *Tamoyo*, 02 de Setembro de 1823.
- O *Tamoyo*, 11 de Outubro de 1823.
- O *Tamoyo*, 28 de Outubro de 1823.

## Textos:

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. A dissolução da Assembleia foi mais que um crime, foi um erro palmar. In.: DOLHNIKOFF, Mirian (org). *Projetos para o Brasil*. Coleção: *Grandes Nomes do pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras – Pulbifolha, 2000.

\_\_\_\_\_. Os Brasileiros querem ter liberdade. *Ibidem*.

\_\_\_\_\_. Representação à Assembleia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. *Ibidem*.

\_\_\_\_\_. Todo governo em revolução só faz descontentes. *Ibidem*.

## Poesias:

SILVA, José Bonifácio de Andrada. *Ode à rolla*. In.: *Poesias Avulsas de Américo Elísio*. 2 ed. Laemmert, Rio de Janeiro. 1861.

\_\_\_\_\_. *Ode aos Baianos*. *Ibidem*

\_\_\_\_\_. *Ode aos Gregos*. *Ibidem*

\_\_\_\_\_. *Ode ao Rio de Janeiro* *Ibidem*

\_\_\_\_\_. *O poeta desterrado*. *Ibidem*

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Francisco Alves de. A Biografia e o ofício do historiador. *Dimensões*, vol. 32, 2014. pp. 292-313.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res) sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001. pp. 15 – 36.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. pp. 248 – 293.
- BASILE, Marcello. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. In: *Topoi: revista de história*, nº 3. Rio de Janeiro: 7 Letras, set. 2001. pp. 91-130.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. RJ: FGV, 2006. pp. 183-191.
- \_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CAVALCANTE, Berenice. *Razão e sensibilidade: José Bonifácio, uma história em três tempos*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CHARTIER, Roger (dir.). *La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle*, Paris, Fayard, 1991. pp. 9-10.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- DOLHNIKOFF, Mirian (org.). *Projetos para o Brasil*. Coleção: Grandes Nomes do pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.
- DRUMMOND, Antônio M Vasconcelos de. Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia. Senado Federal, volume 165, 2012
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 143-179.
- GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GOMES, Jônatas Roque Mendes. “*Novo Pacto Social*”: *As apropriações dos conceitos de Constitucionalismo e Contratualismo no processo de construção da nação no Brasil*

(1820-1831). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. UERJ/FFP, São Gonçalo, 2017.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. Narrativa biográfica e escrita da história: Octávio Tarquínio de Sousa e seu tempo. In: *Revista de História* 150 (1º - 2004). pp. 129-155.

GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do Século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. In: *Diálogos*. DHI/UEM . v.05, N. 1, 2001, pp. 11-47.

HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In: *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro, 2003. pp. 29-70.

HAROCHE, Claudine. Elementos para uma antropologia política do ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). Memória e (res) sentimento. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2001.

HOBBSBAWN, Eric J. A Era das Revoluções (1789 – 1748). Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. *São Luís: biografia*. São Paulo: Editora Record, 1999.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. RJ: FGV, 2006. pp. 167 – 182.

MAGALHÃES, Marion B. de. O ressentimento do exílio: a estética da perda em Alfred Doblin. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA (org.). *Memória e (res) sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001. pp. 487-502.

MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta - A experiência Brasileira*. São Paulo: Editora Senac, 2000.

NEDER, Gizlene. *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Achiamé Ltda, 1979.

NEVES, Lúcia Maria B. P. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da mora*. Apud.: ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Biografia, memória experiência da História. In: *Escrever vidas, narrar a História. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. pp. 137-169.

PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do Cidadão na Formação do Estado Imperial Brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010.

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. In: *Revista Estudos Históricos*. V. 5, n. 12. 1992. pp. 200-215.

\_\_\_\_\_. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RANGEL, Alberto. *Textos e Pretextos, incidentes da chronica brasileira à luz de documentos conservados na Europa*. Tours: Typographia de Arrault e Comp. 1926.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. *Reflexões sobre o Exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783-1823*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. De Império a Nação. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 07 set. 2007, pp. 30-33.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *José Bonifácio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945. (Col. Documentos Brasileiros)

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada. O Brasil como Corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do Lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum*. São Paulo: Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Conquista da América: a questão do outro*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2010.



**ANEXO 1**  
**(Levantamento de obras sobre José Bonifácio)**

<b>Autor</b>	<b>Obra</b>	<b>Editora</b>	<b>Local</b>	<b>Ano</b>
JAPIASSU, Cândido Ladislau	<i>Defesa do illustríssimo e excellentíssimo senhor desembargador José Bonifácio de Andrada e Silva, Pae da Pátria, Patriarcha da Independencia do Brasil</i>	Typografia Fluminense	Rio de Janeiro	1835
HOMEM DE MELO, Barão.	<i>Discurso feito pelo Dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo membro da comissão incumbida de eregir a Estátua de José Bonifácio de Andrada e Silva</i>	Typographia Cinco de Março	Rio de Janeiro	1872
COELHO, José Maria Latino	<i>Elogio histórico de José Bonifácio de Andrada e Silva, lido na sessão pública da Academia Real de Sciências de Lisboa</i>	Typografia da Academia	Lisboa	1877
ANDRADA Machado e Silva, Antônio Carlos Ribeiro de	<i>“Esboço biográfico de José Bonifácio” In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i>			1891
OLIVEIRA LIMA, Manuel de	<i>O papel de José Bonifácio no movimento da Independência [Conferência reproduzida na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo]</i>	Typografia do Diario Official	São Paulo	1907
SOUSA, Alberto	<i>Os Andradas: obra commemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil, mandada executar pela Câmara Municipal da cidade de Santos</i>	Typographia Piratininga	São Paulo	1922

RANGEL, Alberto	<i>Os Andradas e seus co-exilados. In Textos e pretextos.</i>	Typographia de Arrault e Companhia	Tours - França	1926
MACEDO, José Carlos de.	<i>José Bonifácio de Andrada e Silva, economista. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i>		Rio de Janeiro	1944
BRASIL. Ministério da Educação e Saúde / Instituto Nacional do Livro.	<i>Poesias de Américo Elísio (Obras de José Bonifácio de Andrada e Silva, I).</i>	Imprensa Nacional	Rio de Janeiro	1946
SOUSA, Octavio Tarquínio de	<i>José Bonifácio (Coleção História dos Fundadores do Império do Brasil, v. 1).</i>	Edusp	São Paulo	1958
SOUSA, Octavio Tarquínio de	<i>O pensamento vivo de José Bonifácio</i>	Martins		1961
CERQUEIRA FALCÃO, Edgard de (org.)	<i>Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva</i>	Câmara Municipal	Santos	1963
NOGUEIRA, Octaciano (org.)	<i>Obra política de José Bonifácio</i>	Senado Federal	Brasília	1973
COSTA, Emília Viotti da	<i>“José Bonifácio: mito e história”. In: Da Monarquia à República: momentos decisivos. 7.ed</i>	Unesp	São Paulo	1999
SILVA, Ana Rosa Clolet da	<i>Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783-1823</i>	Unicamp	Campinas	1999
DOLHNIKOFF, Miriam.	<i>Projetos para o Brasil (Col. Grandes nomes do pensamento Brasileiro)</i>	Companhia da Letras; Publifolha	São Paulo	2000
CAVALCANTE, Berenice	<i>Razão e sensibilidade: José Bonifácio, uma história em três tempos.</i>	FGV	Rio de Janeiro	2001
VARELLA, Alex Gonçalves	<i>“Juro-lhe pela honra de bom vassalo e de bom português”: filósofo natural e homem público — uma análise das memórias científicas do ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819)</i>	Unicamp	Campinas	2001

CALDEIRA, Jorge (org)	<i>José Bonifácio de Andrada e Silva (Coleção Formadores do Brasil)</i>	Editora 34	São Paulo	2002
GUNTAU, Martim	<i>José Bonifácio de Andrada e Silva: estudos e trabalhos científicos na Europa central". In: Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina</i>	Unicamp	Campinas	2008
RIBEIRO, Glaydes Sabina.	<i>Nação e cidadania no jornal O Tamoio. Algumas considerações sobre José Bonifácio, sobre a Independência e a Constituinte de 1823. In: RIBEIRO, Gladys Sabina (Org.). Brasileiros e Cidadãos</i>	Alameda	São Paulo	2008
DOLHNIKOFF, Miriam.	<i>José Bonifácio: o patriarca vencido. (Col. Perfis Brasileiros)</i>	Companhia das Letras	São Paulo	2012